

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL – PPGSS

MARIANO FAUSTINO MARTINS AROUCHE

**A CONDIÇÃO DA COMUNICAÇÃO:
A LUTA SOCIAL EM PROCESSO**

RECIFE
2009

MARIANO FAUSTINO MARTINS AROUCHE

**A CONDIÇÃO DA COMUNICAÇÃO:
A LUTA SOCIAL EM PROCESSO**

Trabalho de Tese sobre a relação que os meios de comunicação e os movimentos de lutas sociais estabelecem entre si, tendo em vista o ajuste ou a transformação do modelo vigente de sociedade, submetido à avaliação pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco – PPGSS/UFPE.

Orientadora: Profa. Dra. Edelweiss Falcão de Oliveira
Có-Orientador: Prof. Dr. Dacier de Barros e Silva

RECIFE
2009

Arouche, Mariano Faustino Martins

A condição da comunicação : a luta social em processo / Mariano Faustino Martins Arouche. - Recife : O Autor, 2009.

101 folhas.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco. CCSA. Serviço Social, 2009.

Inclui bibliografia e anexos.

1. Comunicação. 2. Movimentos sociais. 3. Conflito social. I. Título.

364.4
360

CDU (1997)
CDD (22.ed.)

UFPE
CSA2009 - 123

*“Um sentimento de gratidão a todos
aqueles que, direta ou indiretamente,
apoiaram esta produção.”*

Resumo

“A Condição da Comunicação: A Luta Social em Processo” é uma construção teórica que objetiva analisar a relação que os Meios de Comunicação e os Movimentos de Lutas Sociais estabelecem entre si. O trabalho partiu da observação e análise do fenômeno social de luta pela legalização do transporte alternativo em Recife, nos anos 2001 a 2003. Para consideração do fato ou dos fatos, priorizamos as teorias de sociedade, colocando a tecnologia apenas como um dos integrantes dessa sociedade. Isso possibilitou entender a citada relação como uma luta social em processo cujas oponentes, a partir de uma análise genética, evidenciaram, entre outras mediações, o “conflito” e o “coletivo” como potencializadores da hegemonia.

Palavras-chave: Meios de Comunicação, Movimentos Sociais, Luta Social e Luta Hegemônica.

Abstract

“Communication condition: Social Struggle in Process” is a theoretical construction aiming to analyze the relation Communication Means and Social Struggle Movements established among them. This paper started through observation and analysis of the social phenomenon of struggling for legalizing the alternative means of public transportation in Recife during years 2001 to 2003. In order to consider the fact or facts, we prioritized society theories, allocating technology restrictly as an integrated part of this society. It permitted comprehend the above mentioned relation as a social struggle in process which opponencies from genetic analysis evidenced among others mediations, “conflict” and “collective” as hegemony potentializers.

Key Words: Means of Communication, Social Struggle Movements, Social Struggle, Hegemonic Struggle.

Sumário

| | |
|--|----|
| 1. Introdução | 7 |
| 2. A Natureza da Relação entre os Meios de Comunicação e os Movimentos de Lutas Sociais | 38 |
| 3. Características da Relação entre os Meios de Comunicação e os Movimentos de Lutas Sociais | 52 |
| 4. Mediações das Relações entre os Meios de Comunicação e os Movimentos de Lutas Sociais | 63 |
| 5. Conclusão | 68 |
| Referências Bibliográficas..... | 71 |
| Anexos..... | 75 |

1. Introdução

Trata-se, aqui, de um construto teórico sobre a relação estabelecida entre mídia e sociedade, mui especificamente, sobre a relação que os meios de comunicação, caracterizados como mercantis, estabelecem com a sociedade civil organizada, expressa pelos movimentos de lutas sociais: uma relação que já se configura como expressão do antagonismo de classe.

Essa iniciativa tem origem assentada na observação da cobertura jornalística que os jornais do Estado de Pernambuco “Diário de Pernambuco” e “Jornal do Commercio” realizaram sobre o “Movimento pela Legalização do Transporte Alternativo em Recife”, nos anos 2001 a 2003. À época, a abordagem jornalística da condução da luta dos “Kombeiros” difundiu a idéia de tumulto, apreciou o fato, segundo o sistema da legalidade e evidenciou a presença operativa do Estado, representado pelos Governos Estadual e Municipal, no pretenso apaziguamento da luta. Através dessa abordagem, deu-se o recado: respeitar a ordem estabelecida e confiar nos poderes do Estado. Para construir tais subjetividades, os citados jornais relataram os fatos como fenômenos descontextualizados, focados na conservação versus negação da ordem estabelecida, e externaram a postura de observadores que se posicionavam acima do campo de conflitos.

Face a essa situação, algumas interrogações foram levantadas como: Qual a natureza da luta desenvolvida pelos Kombeiros? Por que a preocupação da imprensa com a não violação da ordem estabelecida? Onde se centralizam as subjetividades construídas pela imprensa? Por que a parcela da sociedade beneficiária do transporte coletivo só tem visibilidade no campo dos conflitos decorrentes da luta? O que leva a Prefeitura da Cidade do Recife a roubar a cena da luta das mãos dos verdadeiros batalhadores pela legalização do transporte alternativo? Para responder a tais perguntas, poderíamos, de modo simplista, evocando a eficiência tecnológica dos meios de comunicação, afirmar que esses meios podem tudo. Assumiríamos, nesse caso, uma linha de investigação e construção teórica de valorização dogmática da tecnologia, o que implicaria estudar unilateralmente os meios de comunicação e desprezar o contexto da relação que eles estabelecem com os movimentos de lutas sociais. Optamos por, sem minorizar a importância da tecnologia, buscar explicações para os desdobramentos da luta, com base em teorias de sociedade, por

estabelecerem um movimento de aproximação do fenômeno nas suas formas iniciais, para a apreensão do real,¹ Entendemos que, com esse caminho, não nos restringiríamos à tecnologia, nem nos restringiríamos aos movimentos de lutas sociais: chegaríamos ao estudo efetivo da relação que os meios de comunicação estabelecem com os movimentos de lutas sociais, enquanto uma das expressões da sociedade civil organizada.

Fugindo à análise dessa relação como o resultado de ações funcionalistas, neste construto, nós a trataremos como uma luta hegemônica, cuja teleologia é, de um lado, a conservação do sistema social vigente, de outro, é a transformação desse modelo de sociedade. Pela conservação, lutam os meios de comunicação, enquanto representantes corporativos do segmento empresarial; pela transformação, lutam os condutores do transporte alternativo, enquanto uma das expressões da sociedade civil organizada. Essa luta já expressa a luta de classes, cujas estratégias são a construção de subjetividades: Enquanto os meios de comunicação se empenham pela construção de uma vontade corporativa do mercado, os condutores do transporte alternativo se empenham pela construção da “vontade coletiva”, ou seja, “a vontade como consciência atuante da necessidade histórica, como protagonista de um drama histórico real e efetivo” (Gramsci, 1980:7). Para essa abordagem, elegemos, entre outros, os conceitos hegemonia, Estado e sociedade civil organizada, acreditando poder extrair deles os fundamentos para entender a relação que nos propusemos estudar, ou seja, a relação entre os meios de comunicação e os movimentos de lutas sociais.

Tal relação poderá ser percebida e expressa, entre outros modos, a partir da consideração do fenômeno da difusão dos movimentos de lutas sociais pelos meios de comunicação, ou a partir da consideração de elementos que se situam na gênese da relação, como Estado e sociedade civil. Considerar a relação proposta a partir do fenômeno da difusão significa ater-se à maneira como essa relação se dá, como ela salta aos olhos do cotidiano. Enquanto isso, a abordagem genética da relação significa tratá-la como um processo de caráter histórico, capaz de explicar não apenas como se dá a relação, mas, primeiramente, por que essa relação se concretiza de determinada maneira. Deparamo-nos, então, com duas opções: tratar a relação pelo lado da aparência, ou tratá-la como fato cuja essência é determinada por algum movimento. Não resta dúvida, são dois

¹ Lukács, George. Conversando com Lukács. In: Primeira Conversa George Lukács e Hans Heinz Holz (1969:3): “... devemos tentar pesquisar as relações nas suas formas fenomênicas iniciais e ver em que condições estas formas fenomênicas podem tornar-se cada vez mais complexas e mediatizadas.”

caminhos cuja escolha já define a linha metodológica da abordagem: abordar a relação enquanto fenômeno aparente, ou abordar a relação enquanto preocupação com a essência, ou seja, enquanto fenômeno histórico. O segundo caminho e, por conseguinte, a segunda linha metodológica de abordagem fundamenta-se no princípio de que “tudo que existe, tudo que vive sobre a terra e a água, não existe e não vive senão em virtude de um movimento qualquer. Assim, o movimento da história cria as relações sociais...” (Marx, 1976:102). A determinação desse movimento passa a ser conduta necessária à concretização da metodologia capaz de aproximar o real. Manuel Castell, in “Cidade, Democracia e Socialismo” (1980:15), analisando os “movimentos citadinos”, na Espanha, observa que: “... para compreender o movimento citadino, é absolutamente necessário partir de sua observação concreta, da forma pela qual se desenvolve e das ações e organizações que o integram.”

A abordagem da relação entre os meios de comunicação e os movimentos de lutas sociais a partir do fenômeno da difusão, de um lado, termina por enfatizar o modo como esses movimentos são difundidos pelos meios de comunicação e, de outro lado, por enaltecer as possibilidades hegemônicas da tecnologia na mediação da sociedade estabelecida. Nesta visão, considera-se que os movimentos de lutas sociais são difundidos como negação da ordem estabelecida, a partir de uma iniciativa julgada própria e exclusiva dos meios de comunicação. Paralelamente, outorgam-se aos meios de comunicação potencialidades também exclusivas de contenção ou mesmo de reversão das lutas sociais, através do ocultamento dessas lutas ocasionado pela sua não difusão, ou através da construção de subjetividades negativas, pelo fato de jogar os movimentos de lutas sociais contra outros segmentos da sociedade. De uma maneira ou de outra, a ênfase no modo como se dá a sua difusão centraliza a relação entre os meios de comunicação e os movimentos de lutas sociais sobre a força hegemônica dos meios de comunicação.

Uma outra ênfase dada nessa abordagem consiste em justificar a relação entre os meios de comunicação e os movimentos de lutas sociais como uma necessidade de legitimação de ambas as partes frente à sociedade: tanto os meios de comunicação, como os movimentos de lutas sociais precisam de legitimar-se diante da sociedade, como forma de permanecerem presentes no contexto histórico. Enquanto os meios de comunicação buscam essa legitimação, inclusive através da difusão, por vezes distorcida, dos movimentos de lutas sociais, esses, os movimentos de lutas sociais, para poderem ter

validade histórica, buscam a própria visibilidade, através da mídia. Nessas circunstâncias, os meios de comunicação e tais movimentos são entendidos e externados como partes de uma mesma luta, onde o antagonismo do corporativo empresarial e do corporativo não empresarial deixa de existir.

Nas duas ênfases relacionadas acima – o “modus operandi” da difusão e a difusão como modo de legitimação - sobressaem-se a dicotomia entre tecnologia e sociedade, o poder hegemônico da tecnologia, a força corporativa empresarial e a subestimação da sociedade civil organizada.

A tecnologia é expressa como uma condição “sine qua non” ao desenvolvimento da sociedade. O absolutismo do “sine qua non” substitui a condição enquanto “possibilidade de” pela condição enquanto “necessidade de primeira ordem”. Na relação entre os meios de comunicação e os movimentos de lutas sociais, o estágio de desenvolvimento da tecnologia é entendido como determinante do processo social e não, como uma determinação das novas relações advindas do modo de produção. Nessa perspectiva, os meios de comunicação colocam-se acima dos processos que engendram as relações na sociedade civil, podendo direcioná-los. Não é a toa que existem autores que acreditam na teoria do “agendamento”, isto é, a tese de que os meios de comunicação criam e cronogramam os fatos a serem difundidos, com a função de criar e/ou de controlar visões e comportamentos na sociedade, segundo os interesses do capital (financeiro). Na realidade, os meios de comunicação, ao trabalharem com a tecnologia, constituem-se como “aparelhos privados de hegemonia”, os quais, segundo Gramsci, têm a função de criar ou expandir a hegemonia de uma determinada classe.

Embora não se possa negar que a tecnologia é uma via de mão dupla, isto é, pode servir a campos ideológicos diferenciados, na visão da tecnologia absolutista, determinante do processo social, fica fortalecida a força corporativa empresarial, com a conseqüente subestimação da sociedade civil organizada, muitas vezes transformada em mera receptora de informações manipuladas. Ratifica-se, dessa forma, a teoria de que a tecnologia dos meios de comunicação potencializa a criação de realidades, isto é, os meios de comunicação são capazes não só de mudar o curso de determinada realidade, mas de criar a própria realidade. Isso significa entender que a realidade é externa ao indivíduo e, por extensão, externa aos grupos da sociedade civil organizada, nada tendo a ver com o processo das relações de produção. Isso significa pensar um indivíduo ou grupo social fora

de uma realidade histórica. Essa perspectiva ignora a condição do homem como um ser que é social, sem se despojar da condição natural. Pensar o contrário implica considerar que, enquanto ser social, o homem produz e reproduz as suas condições históricas de vida. Por isso, ele é, ao mesmo tempo, natureza e ser social, o que tem tudo a ver com as relações de produção.

Na abordagem “genética”, o entendimento e a expressão da relação entre os meios de comunicação e os movimentos de lutas sociais partem não do fenômeno da sua difusão, mas das relações de produção determinantes das relações sociais. Nessa abordagem, torna-se prioridade considerar as condições do modo de produção, as relações sociais advindas desse modo de produção e a organização social dos movimentos como resposta aos determinantes presentes no contexto de relações da sociedade civil. Nesse sentido, a tecnologia e, mais especificamente, a tecnologia dos meios de comunicação passa a ser considerada como um integrante das relações no âmbito da sociedade civil organizada, desprovido do poder único que lhe é atribuído pela abordagem da “difusão”: os meios de comunicação, em vez de construírem realidades, mediam valores e comportamentos requeridos pelos processos da sociedade civil, dando-lhes direção, de acordo com os interesses das corporações empresariais (lucrativas) da comunicação. Como os interesses dessas corporações são adversos dos interesses efetivos dos movimentos de lutas sociais, estabelece-se uma luta que, ao final, não se identifica como parceria ou como cooptação. Combatem-se os agendamentos de realidade, próprios da mídia, e se processam construções de subjetividades coletivas, segundo os interesses dos citados movimentos. No meio desses imbricados interesses, vão se construindo alguns elementos presentes na luta de classes. Por conseguinte, a luta entre os meios de comunicação e os movimentos de lutas sociais se dá ao nível da construção de subjetividades, de um lado, pró sustentação e desenvolvimento dos interesses empresariais pelo lucro mercantil, de outro, pela efetivação dos interesses coletivos processados na inter-relação de segmentos da sociedade civil que representam as classes subalternas.

Até então, na condução dessa luta, os meios de comunicação faziam da tecnologia o centro estratégico maior, com poder de difusão capaz de garantir-lhes hegemonia, enquanto os movimentos de lutas sociais, por não serem detentores da tecnologia avançada de comunicação, faziam da coesão dos grupos o centro estratégico de manutenção do poder, através de ações educativas internas ao próprio grupo. Dada a expansão dos limites

tecnológicos da comunicação e do seu poder de uso, facilitados pela popularização da internet, os movimentos de lutas sociais universalizaram as suas ações, independentemente do apoio dos meios de comunicação mercantilistas, o que representou, por sua vez, uma redução da força hegemônica desses meios de comunicação: atualmente, através da comunicação via internet, tais movimentos não só universalizam a sua estruturação – o que lhes dá força – como também, difundem as suas ações junto à sociedade, no modo como lhes convém, sem o controle dos meios de comunicação. Agora, a construção de subjetividades, via tecnologia de comunicação, deixou de ser uma estratégia de luta privativa dos meios de comunicação mercantilistas e se transformou, também, num instrumento dos movimentos de lutas sociais.

Deparamo-nos, por conseguinte, com duas maneiras de perceber, compreender e expressar a relação que os meios de comunicação estabelecem com os movimentos de lutas sociais: uma primeira maneira que percebe, compreende e expressa a relação como um fenômeno ou fenômenos isolados cuja justificativa se assenta nas potencialidades hegemônicas da tecnologia; uma segunda maneira percebe, compreende e expressa a relação como um movimento histórico, cuja justificativa se assenta em alterações dos momentos requeridos por determinantes das forças de produção na sociedade.

Para chegar a essa conclusão, partimos da percepção do real como critério de verdade e construímos três caminhos para lhe dar suporte: a observação do objeto empírico, a observação do conjunto de aportes teóricos e, a partir daí, o retorno ao objeto estudado, aproximando-nos mais de suas múltiplas determinações.

xxx

Situamos os anos 2001 a 2003. Na cidade do Recife, desenvolve-se um movimento, “arrastado” por kombeiros, pela legalização do transporte público alternativo (Kombis e Vans). Para a população, o momento mais instigante foi marcado pela paralisação do transporte coletivo. Passeatas-carreatas de kombis e vans, bloqueios à livre circulação de ônibus, congestionamentos no trânsito dos principais corredores de transporte coletivo, acesso ao trabalho dificultado; carros de som justificando a movimentação, anunciando o transporte alternativo como parceiro da população mal servida pelas linhas de ônibus, além de significar campo de ocupação de expressiva parcela de mão-de-obra. Esse foi o cenário

externo, objetivando, primeiro, uma demonstração de força dos trabalhadores do transporte alternativo e, segundo, chamar atenção dos meios de comunicação para chegar a uma visibilidade midiática. Paralelamente, a nível burocrático, a comissão do Sindicato do Transporte Alternativo articulava, junto à Prefeitura da Cidade do Recife e junto a empresas de ônibus, encontrarem saídas relacionadas à legalização do transporte alternativo, favoráveis aos interesses desse setor organizado em luta.

Ainda no campo da aparência, o fenômeno, para a mídia em geral, especialmente para os jornais impressos, não passou de um tumulto no cotidiano da sociedade,² com evidência para a atuação das forças interventivas ligadas à lei: polícia, justiça e Prefeitura da Cidade do Recife. No Diário de Pernambuco, a matéria “Kombeiros podem levar trânsito aos caos hoje” ressaltava a possibilidade do confronto com forças repressivas; e a matéria “Cidade sem lei” relaciona violações às leis de trânsito cometidas pelos condutores do transporte alternativo, como se fossem o vilão maior da desorganização do trânsito, em Recife. No Jornal do Commercio, as matérias “Vetado projeto para lotações” e “Projeto municipaliza trânsito” deslocam o foco da questão para o âmbito da legislação, via Câmara Municipal do Recife, e para a sua normatização, via Prefeitura da cidade do Recife. Dos integrantes do movimento, levantou-se, como causalidade da ação, a necessidade de salvaguardar a oportunidade de trabalho. A matéria do Diário de Pernambuco “Kombeiros podem levar trânsito ao caos hoje” finaliza com José Nery, Presidente da Associação do Transporte Alternativo de Pernambuco, ATAP, justificando a movimentação do transporte alternativo para a salvaguarda de 200 mil postos de trabalho. Ainda que o fenômeno das ruas – passeatas-carreatas, carros-de-som, bloqueios à circulação dos ônibus, transtorno momentâneo do acesso ao trabalho – aparente a totalidade da luta, não se pode esquecer que essa luta está centralizada na relação entre pessoal do transporte alternativo, empresários de ônibus, Prefeitura da Cidade do Recife e meios de comunicação. Por conseguinte, a tendência em dimensionar a luta a partir das reações da sociedade civil resulta num reducionismo que desconsidera os demais integrantes da luta, enquanto determinantes no âmbito do desenvolvimento histórico dessa luta.

² O Diário de Pernambuco registrou chamadas, como: “KOMBEIROS PODEM LEVAR TRÂNSITO AO CAOS HOJE” (17/jul./2002); “CIDADE SEM LEI” (25/dez./2002). (v. anexos)
O jornal do Comercio registrou chamadas, como: “VETADO PROJETO PARA LOTAÇÕES” (10/out./2001); “PROJETO MUNICIPALIZA TRÂNSITO” (11/OUT./2001). (v. anexos)

Quer seja considerado o espaço das ruas, quer seja considerado o espaço da burocracia, o objetivo da luta foi um só: reduzir, oficialmente, a dimensão do poder que se mantinha sob o controle exclusivo das empresas de ônibus, uma vez que o transporte alternativo lutava para oficializar a prática cotidiana de ocupação gradual do espaço das empresas de ônibus. Essa luta que aparentava uma investida pela democratização do transporte coletivo, na realidade, representava uma redistribuição do poderio econômico.

No cenário da luta, as empresas de ônibus não aparecem como o pivô da luta, embora o sejam, questão que só veio aparecer no processo dessa investigação. Eram elas que dividiam com o transporte alternativo o lucro da operação de deslocamento da população. Antes do alternativo, só elas imperavam no mercado. O “modus operandi” do transporte coletivo, sujeito a leis e regulamentações de funcionamento sob o controle do Estado, favorecia a sobrevivência das grandes empresas. A concorrência ficava por conta do transporte sobre trilhos ou do transporte de táxi. Esse contexto materializa a concepção marxiana do Estado como “Comitê da classe dominante”, uma vez que as leis favoreciam, então, o monopólio das linhas de ônibus já existentes.³

A presença do transporte alternativo veio satisfazer, em parte, ao conforto (acomodação e rapidez), mas, sobretudo, às necessidades provenientes da reconfiguração do espaço urbano provocada pelo aparecimento de novos conglomerados habitacionais. A partir daí, se, de um lado, o surgimento do transporte alternativo representou a descoberta de um nicho de mercado, de outro, a sua afirmação como transporte popular se deve ao fato de significar, mesmo de modo precário, a resposta a uma necessidade social não satisfeita pelo sistema comercial oficialmente instituído, uma vez que o transporte público é concessão do Estado.

Nesse contexto, a população colocou-se contra as grandes empresas de ônibus, criticando o tempo demorado de circulação e as condições físicas dos carros. Nos comentários dos leitores sobre a matéria “Cidade Fechada para Kombis e Vans” (Anexo V), o primeiro comentário termina dizendo: “É um absurdo ter de pegar ônibus lotados, por falta de opção”. No segundo comentário, referindo-se ao preço da passagem e ao tempo de circulação dos ônibus: “Acho um absurdo o valor dessas passagens e a demora desse serviço”. No quinto comentário, o leitor interroga: “Colocando mais ônibus com melhor

³ Marx e Engels, Manifesto do Partido Comunista 1848: “Um governo moderno é tão-somente um comitê que administra os negócios comuns de toda a classe burguesa”

qualidade não seria uma forma justa de encontrar o ponto de equilíbrio em benefício da população assistida pelo transporte público?” O acúmulo, que parecia ser apenas do capital pelo capital, foi reforçado pela voz do usuário. A essas alturas, a única saída dos litigantes foi curvarem-se diante do Estado, materializado pela Prefeitura da Cidade do Recife, e deixá-lo exercer a função de apaziguador dos litígios sociais.

Para os meios de comunicação empresariais, o grande prejudicado pelo Movimento do Transporte Alternativo foram as pessoas. Transformadas em vítimas, criticou-se a fraqueza do poder coercitivo em não coibir, de imediato, os “abusos das manifestações” e cobrou-se a intervenção imediata do Estado. A matéria “Cidade sem Lei” (Anexo IV), caracteriza os trabalhadores do transporte alternativo como “transgressores da lei”, utilizando inclusive, dados estatísticos – “os kombeiros representam 90% dos maiores infratores do Estado, de acordo com dados do Detran” – e coloca nas palavras de dois “comentários dos leitores” a cobrança de intervenção das autoridades competentes: “Gostaria de saber porque toda a sociedade e a imprensa tem o conhecimento de todo o roteiro dos kombeiros e suas atrocidades no trânsito, porém as autoridades competentes não sabem nem por onde fiscalizar...” “...se existem tantas lotações clandestinas circulando com multas tão altas, por que esses veículos não são detidos no pátio do Detran...?”

Considerando o fenômeno do Movimento pela Legalização do Transporte Alternativo no seu desenvolvimento histórico, a luta inicial se trava entre os exploradores do lucro oriundo do deslocamento das pessoas, ou seja, entre empresários de ônibus e proprietários do transporte alternativo. Quando a cidade altera a suposta normalidade do cotidiano, alguém é chamado a intervir. Uma vez reduzido o acesso das pessoas ao deslocamento, os prejuízos, em efeito cascata, vão recair sobre o mercado: queda na produção, enfraquecimento do mercado, redução do lucro. Construídas à base do setor produtivo, as relações de produção, para se tornarem eficientes e eficazes, carecem de certa organicidade,⁴ Assim, as lutas que se travam no interior do mercado, com o nome de “competição”, vão precisar de uma arbitragem – regulação, fiscalização e penalização – sob a responsabilidade do Estado que, no caso do transporte coletivo, se materializa na Prefeitura da Cidade do Recife. A presença da Prefeitura, na arena da luta, deixa claro que, embora o movimento se origine na esfera econômica, ele se processará, também, na esfera

⁴ Chamada do Jornal do Comercio: “EMTU VAI PROPOR REGULAMENTAÇÃO PARA A METRÓPOLE” (10/OUT./2001) (v. anexos)

política. A Prefeitura transfere, então, para si a responsabilidade de pôr ordem na casa, a fim de que seja assegurada a sua continuidade.

Apesar de a luta pertencer, de imediato, à esfera do capital, o seu apaziguamento extrapola essa esfera, até porque essa luta trouxe à tona a questão social da desigualdade do acesso à locomoção, imediatizada pelas transformações do espaço urbano. A Prefeitura do Recife, então, passa a intervir, a curto e a longo prazo: de imediato, dar condições para voltar a funcionar o sistema de transporte coletivo, mesmo de modo precário; posteriormente, conceber e implantar políticas públicas de acesso ao deslocamento das pessoas, regulamentando e fiscalizando a sua observação.⁵

Convém observar que, embora haja o propósito de “cuidar das pessoas” – proposta de marketing difundida, também, na mídia eletrônica – na arena de luta, a Prefeitura da Cidade do Recife cumpre a função de Estado de dar sustentação ao sistema econômico vigente.

Enquanto isso, os meios de comunicação mercantis, notadamente os impressos, exerceram, durante as manifestações de rua e durante o momento burocrático de condução do Movimento pela Legalização do Transporte Alternativo, funções tutoriais: mais do que relatar o fenômeno, denunciaram situações, cobraram intervenções das autoridades competentes, tratando, em determinados momentos, a ação dos condutores do Movimento como baderna.⁶ Esse tratamento redundou na descaracterização política do Movimento e na sua caracterização como caso de polícia, com soluções burocráticas na instância administrativa e na instância da legalidade. Nas matérias analisadas, o roteiro de sua elaboração segue a mesma trajetória: o fenômeno, identificado como conflito, a repressão como uma necessidade à conservação da ordem e a solução burocrática nos moldes consensuais do “Estado Moderno”. A normalidade fora requisitada como necessidade à manutenção da sociedade vigente. A população só foi evidenciada na primeira fase do Movimento, a fase das manifestações de rua. Na cena da segunda fase, a fase das reuniões burocráticas, aparecem, insistentemente, Sindicato do Transporte Alternativo, Representantes de Empresas de Ônibus e Prefeitura da Cidade do Recife.

Vale observar que, durante a cobertura da luta, o movimento do transporte alternativo fora inicialmente conduzido pelo Sindicato dos Kombeiros, Sindkombi, e pela

⁵ Chamada do Diário de Pernambuco: “CIDADE FECHADA PARA KOMBIS E VANS” (14/JUL./2003) (v. anexos)

⁶ V. anexos: III, IV, V e VIII

Associação dos Transportes Alternativos de Pernambuco, Atap. Na fase burocrática de busca de soluções para a questão, a própria mídia só evidencia a presença do Sindikombi como representante da categoria, embora na matéria do Diário de Pernambuco “Cidade Fechada para kombis e vans”, sejam mencionadas as instituições Sindikombi e Sindrecife. A Associação do Transporte Alternativo de Pernambuco, Atap, citada ao lado do Sindkombi, na matéria que tratava do bloqueio como forma de protesto, desapareceu da cobertura jornalística do movimento do transporte alternativo. Durante essa cobertura, registrou-se a participação de alguns movimentos ligados ao transporte alternativo, entretanto, em momento algum, ficou clara, ao longo das matérias, alguma liderança definida para representar a categoria dos condutores do transporte alternativo. Face ao fenômeno, os Meios de Comunicação Empresariais parecem ratificar soluções pelas vias da “democracia representativo-corporativa”. Essa postura dos meios de comunicação expressa a sua condição no contexto da sociedade vigente: trata-se de uma identidade cuja finalidade última é o lucro e de uma operatividade que se caracteriza pela difusão estratégica de informações capazes de dar sustentação ao modelo vigente de sociedade. Embora os meios de comunicação integrem a sociedade civil, não se pode ignorá-los como uma parcela empresarial. Enquanto tal, o seu objetivo último é o lucro e, por isso, divide com as demais parcelas do empresariado a cumplicidade na construção e distribuição do capital financeiro. Essa identidade constitui uma condição primeira à sua sobrevivência e, por esse caminho, estrutura-se, organiza-se e apresenta-se à sociedade. A sua operatividade não distoa de sua identidade, pelo contrário, procura expressá-la. Utilizando-se do potencial tecnológico que lhe é próprio, os meios de comunicação emprestam ao mercado o capital da informação, com a propriedade de construir subjetividades. Nessa esfera, a sua função é construir, junto às pessoas, o convencimento de que a sociedade só se constrói e só se sustenta, a partir da estruturação e da organização burocrática vigentes.

Em suma, o movimento pela legalização do transporte alternativo, em Recife, nos anos 2001 a 2003, configurou-se como uma luta que expressa uma aparência e identifica uma realidade: aparentemente, tratava-se de uma luta de classes que escudava a democratização do transporte coletivo; na realidade, foi identificada uma luta intraclasses por redistribuição do poder empresarial. Convém observar que essa maneira de entender o real não anula a presença dos meios de comunicação na luta; pelo contrário, constitui a condição para entender o seu “modus operandi”.

xxx

Na pesquisa de campo, foi trabalhado um universo de vinte matérias jornalísticas publicadas pelo Jornal do Commercio (PE) e vinte matérias jornalísticas publicadas pelo Diário de Pernambuco. Dessas quarenta matérias, nos ativemos em apenas dez, por expressarem, em relação à movimentação dos “alternativos”, os momentos de eclosão, visibilidade social e busca de solução; também, por expressarem uma trajetória comum, no que diz respeito à sua elaboração e ao tratamento dado ao movimento: caracterizam o fenômeno do litígio como violação da ordem, sugerem a necessidade da repressão e evidenciam a burocracia do Estado como o caminho para a solução. De algumas matérias adicionamos os “comentários dos leitores” cuja seleção traduz um direcionamento próprio do jornalismo, através do testemunho de terceiros, como no anexo IV, onde a cobrança da intervenção do poder do Estado está expressa. Na análise dessas matérias, foram considerados os integrantes da luta, como se externava a luta desenvolvida, a ação midiática diante da luta e os conceitos difundidos.

Em relação aos integrantes da luta, não se pode restringi-los ao universo dos meios de comunicação e ao universo dos integrantes do movimento do transporte alternativo. Esses dois universos revelaram-se determinados, entre outros, pelo papel social que assumiram no momento da luta, cuja operatividade envolvia, também o universo dos empresários de ônibus.

Em relação à luta, ficaram evidentes os diferentes campos de centralização dessa luta: em um primeiro momento, os meios de comunicação se encarregaram de expressar a centralização da luta no âmbito dos condutores do transporte alternativo e no âmbito dos usuários do transporte coletivo, nominalizados de população. Num segundo momento, restabelecida a habitual circulação dos ônibus e do transporte alternativo, os meios de comunicação expressaram a centralização da luta no âmbito de articulações burocráticas: articulações, conversações e acordos entre Sindicato dos Condutores do Transporte Alternativo, Associação dos Empresários de Ônibus do Recife e Prefeitura da Cidade do Recife.

Em relação à ação midiática, diante da luta, ficaram identificadas uma postura e uma expectativa dos meios de comunicação: durante toda a cobertura, os meios de comunicação apresentaram-se como observadores externos e difusores de

informações dotados de uma suposta imparcialidade; em nome da ordem estabelecida, difundia-se a expectativa de uma manutenção da ordem vigente.

Em relação aos conceitos difundidos, situa-se uma sociedade civil sofredora, passiva, com presença impotente, cuja visibilidade só se registra nos momentos primeiros da luta e, por conseguinte, sem poder de decisão; uma ordem que se efetiva segundo a manutenção do modelo de representação corporativa; um Estado – materializado pela Prefeitura da Cidade do Recife – com a função de apaziguador de litígios entre instituições corporativas e com a função de normatizar e regular as instâncias sociais.

Do exposto, conclui-se que, face à luta pela legalização do transporte alternativo, os meios de comunicação priorizaram, enquanto difusão, como integrantes da luta, os condutores do transporte alternativo, os empresários proprietários das linhas de ônibus e a Prefeitura da Cidade do Recife; evidenciaram, no primeiro momento, o movimento de rua, para caracterizar a violação da ordem pelo movimento e, num segundo momento, os acordos burocráticos, para ratificar o poderio econômico e o poder político do Estado; por último, posicionando-se com suposta imparcialidade, defenderam concepções de estrutura, organização e regulação social.

A fim de dar suporte às considerações sobre a pesquisa empírica, fizemos um levantamento do “Estado da Arte da Comunicação”, no que tange à sua relação com os movimentos de lutas sociais, no Brasil, década de 60 até a década de 90. Nos registros sobre publicações, contidos na página eletrônica da Sociedade Interdisciplinar de Pesquisa e Comunicação – Intercom,⁷ não se constata trabalhos de análise crítica da relação que os meios de comunicação estabelecem com os movimentos sociais. Na década de 80, enquanto os movimentos sociais se empenhavam em lutas políticas contra o regime militar instalado no Brasil, desde a década de 60, as Escolas de Comunicação se empenhavam em aprofundar as teorias críticas da Escola de Frankfurt. A partir dos estudos de Wainberg (2003) sobre o Estado da Arte da Pesquisa em Jornalismo no Brasil – 1983 a 1987,⁸ chega-se a algumas preponderâncias relacionadas com os estudos sobre a comunicação:

Permanência de estudos teóricos e profissionalizantes, mas com crescente diversidade temática, com destaque para experiências no âmbito da comunicação empresarial (empresas, ongs, entidades de classe, etc.). Convém observar que, a essa

⁷<http://www.intercom.org.br>

⁸ Estudos publicados na internet, página da Intercom

época, esse tipo de jornalismo era considerado alternativo; o paradigma continuava sendo a grande empresa de comunicação, ou já o macrossistema midiático.⁹

- Os livros e os artigos revelam estudos teóricos, históricos e profissionalizantes relacionados com a linguagem e a tecnologia do jornalismo, com o jornalismo alternativo e com a empresa de comunicação. A ética relacionada com os meios de comunicação só será trabalhada a partir da década de 90 e, de maneira tímida.
- As teses e dissertações apresentam uma tendência crescente – segundo lugar de abordagem da linguagem e da tecnologia dos meios de comunicação. Nessa área de trabalho, à época, constata-se um desinteresse absoluto pela abordagem do ensino de Jornalismo e pela abordagem do direito da comunicação, além do interesse dito precário pela abordagem do jornalismo econômico.

Na década de 80, é inegável o desenvolvimento da abordagem científica da comunicação. Entretanto, não se pode omitir a evidência de um crescimento umbilical. Enquanto os movimentos de lutas sociais avançavam nas discussões e operacionalizações de formas interventivas junto à realidade, a comunicação centrava-se, predominantemente, em discussões a respeito de teorias e linguagens específicas da área. Só na década de 90, seguindo as pegadas dos movimentos sociais e dos Fóruns Sociais Mundiais, a comunicação assume, também, as características de movimento de luta social, com direcionamento político. O documento “Bases de um Programa para a Democratização da Comunicação no Brasil”, lançado no Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, em Salvador, em julho de 94, retoma a trajetória desses fóruns, indicando a comunicação como ação operativa pró democratização que evolui da contestação para a proposição de políticas públicas de comunicação e para a participação em colegiados de decisão dessas políticas. Embora o foco se mantivesse sobre a comunicação, o ponto de partida para a ação operativa não estava mais nem nas teorias, nem na linguagem, nem na tecnologia relacionadas com a comunicação, mas no contexto de realidade nacional e internacional e no empunhamento de uma bandeira de luta gradual pela democratização da comunicação, a partir da construção de novas relações entre Estado, Setor Privado e Sociedade Civil.

⁹ Macrossistema Midiático: conjunto de meios de comunicação sob uma mesma gerência administrativa e uma mesma orientação ideológica.

Ainda que essa operatividade seja registrada como um desenvolvimento processual da comunicação, não se pode omitir que o modelo de democratização proposto ainda corresponde a apenas um ajuste das relações na sociedade vigente, isto é, um simples reformismo: aprimoram-se as relações entre Estado, mercado e sociedade civil, com vistas à conservação de sua estrutura piramidal, ou seja, o Estado no topo da pirâmide, e o mercado e a sociedade civil na base da pirâmide.

xxx

A partir das condições reveladas pela relação que os meios de comunicação estabeleceram com o Movimento pela Legalização do Transporte Alternativo, em Recife, ficou sinalizado que se, de um lado, a Comunicação é um dos caminhos da construção e da conservação do poder, de outro, os movimentos de lutas sociais são expressões de luta por uma nova ordem na sociedade, ou mesmo por simples caminhos capazes de levar a essa nova ordem.

Está em jogo a reordenação da sociedade, através do mero ajuste, ou através da transformação do modelo vigente. Em Gramsci,¹⁰ essa reordenação implica não apenas uma reorganização burocrática, mas um “direcionamento intelectual e político das massas”, onde os meios de comunicação funcionam não apenas como difusores, mas como organizadores de “determinados tipos cultura”, cujo ponto de partida corresponde à crítica radical a uma determinada ordem. Assim como o ponto de partida da cultura burguesa foi a crítica à ordem “natural feudal, através de um exército invisível de livros, de opúsculos...”, a construção de uma nova cultura deverá tomar como ponto de partida a crítica à cultura da burguesia. Aqui, se colocam em cena duas forças antagônicas: a cultura da ordem instituída e a cultura de uma nova ordem (a ser instituída). Enquanto aquela se cotidianiza pelo ajuste do estabelecido, esta se cotidianiza pelo processo de construção daquilo que deverá ser instituído. É evidente que não podemos conceber o movimento pela legalização do transporte alternativo, em Recife, como uma crítica radical a determinada ordem, até porque, conforme registramos anteriormente, os interesses primeiros da luta identificaram-se com as aspirações do próprio capital: dividir o lucro monopolizado pelos

¹⁰ Gramsci, Antônio. “Cadernos do Cárcere” v. 2: Os Intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Pág. 32: “... Revistas e Jornais como meios para organizar e difundir determinados tipos de cultura.”

empresários de ônibus. Por outro lado, não podemos omitir que, embora o movimento dos condutores do transporte alternativo seja identificado como instrumento de pressão para a redistribuição de lucros entre proprietários do transporte alternativo e empresários detentores das linhas de ônibus, ele, o movimento, terminou por funcionar, também, como instrumento de pressão para a construção de políticas públicas de transportes relacionadas com a reordenação física dos espaços coletivos de deslocamento.

Nesse contexto, os Meios de Comunicação encontram lugar como auxiliares que potencializam determinada forma de cultura, podendo servir tanto a um como a outro lado; o fato de se colocarem a serviço da ordem instituída não representa uma inerência da sua natureza. Em “Cadernos do Cárcere”,¹¹ Gramsci faz alusão a um jornalismo “integral” cujas potencialidades ultrapassam os limites das necessidades de uma certa categoria, podendo instrumentalizar novas modalidades de cultura.

“O tipo de jornalismo considerado nestas notas é o que poderia ser chamado de “integral”... isto é, o jornalismo que não somente pretende satisfazer todas as necessidades (de uma certa categoria) de seu público, mas pretende também criar e desenvolver estas necessidades e, conseqüentemente, em certo sentido, gerar o seu público e ampliar progressivamente sua área.”

O próprio Gramsci, embora não tenha vivenciado a força e o papel dos macrossistemas midiáticos de hoje (veículos de comunicação sob uma mesma gestão), junto à manutenção da cultura estabelecida, já pré-anunciou, à sua época, uma outra comunicação possível ao expressar a preocupação com a necessidade de um jornal específico do e para o trabalhador.¹² Dessa preocupação pode-se depreender que a crítica à comunicação não deve objetivar a tecnologia, mas as forças que determinam a cultura performática da sua produção. A presença de tais forças leva Dias (p. 70) a afirmar que “a cultura é plenamente política... e organizada”. Em se tratando da construção de uma cultura anti-hegemônica, face à ordem estabelecida, Gramsci sugere a superação da “indiferença” pelo “entusiasmo”, em compreender o próprio valor histórico, a própria função da vida, os próprios direitos e deveres”.¹³ É nesse sentido que “a comunicação é classista”: expressa a força hegemônica de uma determinada classe, no momento em que identifica a sua força e difunde a necessidade de sua conservação.

¹¹ Gramsci, Antônio. Cadernos do Cárcere, vol.2, Cad. 24 jornalismo, pág. 197.

¹² Dias, Edmundo Fernandes p. 70

¹³ Idem p. 69

Presentemente, na esfera dos movimentos de lutas sociais, a correlação de forças determinada pelas necessidades das lutas por espaços na sociedade fragmentou a teleologia hegemônica da Comunicação, distinguindo-a em Comunicação do lucro e Comunicação por direitos, com conseqüências diretas sobre a sua natureza, sobre a sua ética e sobre a sua linguagem. A Comunicação, que evoluíra de uma natureza política para uma natureza mais tendencialmente econômica, de caráter mercantilista, atualmente, incorpora a luta anti-hegemônica de uma comunicação por direitos, com caráter de movimento social. Por sua vez, acompanhando o desenvolvimento da comunicação, aparece a determinação de uma conduta ética que passa pelos estágios de valorização do indivíduo, do mercado, da tecnologia e, mais recentemente, do coletivo. Convém observar que tais elementos – natureza e ética – tornaram-se determinantes da linguagem utilizada não só pelo jornalismo, como pela propaganda.

Pelo exposto, a Comunicação, mesmo quando exerce a função de produtora de cultura, está atrelada a uma força hegemônica maior da qual se faz simplesmente reprodutora. Isso se explica pelo fato de que os meios de comunicação, através da tecnologia, potencializam a função de intelectuais. Como “não existe uma classe independente de intelectuais” (Gramsci, 2002: 64), os meios de comunicação assumem a condição de subordinados a determinado grupo social. Uma vez que “todo grupo social tem uma própria camada de intelectuais ou tende a formar uma para si” (idem Gramsci), os meios de comunicação, por sua vez, funcionam como uma camada de intelectuais subordinada ao grupo social dos articuladores do lucro; nesse grupo, incluído, também, o Estado, enquanto provedor das condições de efetivação desse lucro. No dia-a-dia, essa camada de intelectuais, ou seja, os meios de comunicação materializam a sua função, difundindo subjetividades cuja teleologia é a sustentação do modelo vigente de sociedade.

Durante a condução do movimento pela legalização do transporte alternativo, em Recife, os meios de comunicação marcaram presença, ao lado de outros intelectuais, como o Sindicato dos Kombeiros e a Associação dos Condutores do Transporte Alternativo, desde a fase das lutas de rua até a fase da luta burocrática, logicamente, com objetivos distintos: se, de um lado, os intelectuais mais próximos responsáveis pela luta – sindicato e associação – buscaram alguma reordenação das relações de deslocamento na sociedade, de outro, os intelectuais meios de comunicação posicionaram-se como apreciadores críticos das estratégias de condução da luta, o que, em última análise, significou, também, uma

tutela dos valores vigentes da organização social, cobrando intervenções do Estado, via ações judiciais e ações policiais. Essa postura dos meios de comunicação se explica pelo fato de que o grupo social dominante dos direitos de ir e vir da população – os empresários de ônibus – haviam esgotado a sua função de atendimento compatível ao crescimento da população recifense. Uma vez esgotada a função social desse grupo social dominante, “o bloco ideológico dos empresários fragmentou-se” (Gramsci, 2002:64), requerendo as coerções estatais, materializadas em medidas policiais, para, depois, anunciar-se um propalado consenso, isto é, empresários de ônibus e proprietários dos transportes alternativos concordarem em dividir os lucros, naturalmente, não por uma questão de tolerância dos empresários de ônibus, mas sim, por uma questão estratégica, uma vez que, segundo Gramsci (2002:79), “as velhas forças não querem ceder nada e, se cedem alguma coisa, fazem-no com a vontade de ganhar tempo e preparar uma contra-ofensiva”.

Esse propalado consenso, de um lado, significou a ratificação da hegemonia do Estado¹⁴, de outro, a coroação das intervenções dos meios de comunicação como intelectuais dos grupos sociais articuladores do lucro. Tal coroação que, inicialmente, aportou no elogiável, termina por ser questionada, enquanto atitude servil diante dos grupos sociais dirigentes, ou questionada pelo fato de esses mesmos meios de comunicação se julgarem integrantes das classes dirigentes:

“Para analisar a função político-social dos intelectuais, é preciso investigar e examinar sua atitude psicológica em relação às classes fundamentais que eles põem em contato nos diversos campos: têm uma atitude “paternalista” para com as classes instrumentais ou se consideram uma expressão orgânica destas classes? Têm uma atitude “servil” para com as classes dirigentes ou se consideram, eles próprios, dirigentes, parte integrante das classes dirigentes?” (Gramsci, 2002:93)

Talvez seja mais coerente considerar a intelectualidade dos meios de comunicação pelo lado do servilismo para com as classes dirigentes. Para isto, basta admitir que a ação dos meios de comunicação, enquanto intelectuais, é uma ação estratégica para fazer valer uma teleologia: a sustentação, quando muito, o ajuste do modelo vigente de sociedade.

¹⁴ As intervenções do Estado caracterizaram-se por atender a necessidades imediatas, isto é, fazer voltar o deslocamento das pessoas à normalidade e, por atender a necessidades futuras, fazendo valer leis de regulamentação do transporte alternativo, o que, segundo Gramsci (2002:80), em seu conjunto, representou o “desenvolvimento histórico integral”

Essa teleologia corresponde a uma “política geral”, capaz de direcionar todas as estratégias alimentadoras de “guerras de posição” e de “guerras de movimento”. Gramsci (2002:103) utilizou-se da figura da intervenção militar para colocar a “estratégia” em condição de subalternidade: “a direção militar deve estar sempre subordinada à direção política, ou seja, o plano estratégico deve ser a expressão militar de uma determinada política geral”. Daí, é possível entender que, se as ações dos meios de comunicação, enquanto intelectuais, se identificam como estratégias de ação subordinadas a uma orientação ideológica geral, a condição desses meios é de sujeição a um determinado grupo social, ou seja, uma condição de “servilismo para com as classes dirigentes”

Durante a cobertura jornalística do movimento pela legalização do transporte alternativo, em Recife, realizada pelos jornais “Diario de Pernambuco” e Jornal do Commercio”, existe o registro de matérias (jornalísticas) caracterizando alguns momentos da luta como expressão de caos, de baderna, de violação das leis, a exigir a intervenção do Estado, primeiramente, com ações coercitivas, depois, com ações burocráticas, visando a incorporação dos representantes do movimento – Sindicato e Associação – às atividades estatais, possivelmente caracterizando o que Gramsci (2002:139) chamou de “centralização totalitária”, próprias do “Estado Moderno”:

“O Estado Moderno substitui o bloco mecânico dos grupos sociais por uma subordinação destes à hegemonia ativa do grupo dirigente e dominante; portanto abole algumas autonomias que, no entanto, renascem sob outras formas como partidos, sindicatos, associações de cultura. As ditaduras contemporâneas abolem legalmente até mesmo estas novas formas de autonomia e se esforçam por incorporá-las à atividade estatal: a centralização legal de toda a vida nacional nas mãos do grupo dominante se torna “totalitária”.

Face ao movimento de luta pela legalização do transporte alternativo, em Recife, a Prefeitura da Cidade, incorporando a postura do “Estado Moderno”, não se furtou à convocação do representante oficial dos condutores do transporte alternativo, o Sindicato dos Condutores do Transporte Alternativo para, em mesa de negociação, juntamente com representantes da Associação das Empresas de ônibus, anunciar medidas difundidas como consenso, relacionadas à resposta imediata e depois, à resposta a longo prazo, no que tange às aspirações e contra-aspirações da luta pela legalização do transporte alternativo, em Recife.

Convém observar que, por essa ação totalitária, a Prefeitura da Cidade do Recife, além de se caracterizar como “Estado Moderno”, firmou-se como uma Prefeitura de ações populistas, justificada por empunhar a bandeira do Partido dos Trabalhadores.

Nesse contexto do “Estado Moderno”, o papel dos meios de comunicação foi difundir a necessidade da burocratização do movimento pela legalização do transporte alternativo. A operacionalização desse papel se concretizou através da formatação das matérias jornalísticas pelas seqüências: o fenômeno da luta como violação da ordem, a repressão como necessidade explícita e a solução condicionada à intervenção do Estado.

xxx

Enquanto isso, os movimentos de lutas sociais se apresentam como expressão de luta por uma nova ordem na sociedade. Tratá-los assim requer uma abordagem que considere a identidade desses movimentos, o seu papel social e a sua teleologia.

Sem menosprezar os movimentos de insurreição política e as lutas reveladoras de insubordinação social que marcaram os quatro séculos da construção primeira do Brasil¹⁵, os movimentos de lutas sociais construíram uma história de lutas, sob a bandeira da democratização, que se acirrou a partir da década de 70, através da recuperação e consolidação dos espaços desconstruídos pelo movimento militar de 64; que, na década de 80, procurou se afirmar como movimento organizado de lutas pela satisfação de necessidades sociais; que, a partir da década de 90, empunhou a bandeira de lutas por direitos sociais. Tais movimentos são estruturados molecularmente, segundo as necessidades particulares de diferentes segmentos da sociedade, e se tornam operativos, segundo a unificação da luta em torno de necessidades do “Coletivo”. Na abordagem teórica, os autores que dela se ocupam refletem esses movimentos enquanto “luta” e “luta de caráter anti-hegemônico”. No âmago de sua trajetória, situa-se a questão da cultura, enquanto sua construção, sua expressão e sua difusão. O diferencial entre esses autores está na consideração do “determinante” da luta. Entre outras, existe a postura que se limita a constatar o fato e sua projeção: relacionam-se os movimentos, constrói-se a sua seqüência

¹⁵ Entre outros: “CABANAGEM” no Grão-Pará, 1835-1840; a “SABINADA” na Bahia, 1837-1838; a “BALAIADA”, no Maranhão, 1838-1841 (Dias, Eurípedes da Cunha, “Arqueologia dos Movimentos Sociais”. In: Gohn, Maria da Glória (org.) “Movimentos Sociais no Início do Século XXI. Petrópolis: Editora Vozes, 2003.)

fenomenológica, chega-se a contextualizá-los historicamente, identificam-se as características dos seus protagonistas e abordam-se possíveis transformações sociais decorrentes.

Uma segunda postura, considerando a relação Estado versus sociedade civil, analisa os movimentos de lutas sociais pela questão “emancipação / regulação” e “subjetividade / cidadania”. Caracterizam-se as lutas como “não intergeracionais”, vincula-se a sua nominalização à distinção entre classe média e classe popular, à distinção entre países de capitalismo mais avançado e menos avançado. Uma terceira postura analisa os movimentos sociais de luta pelo aspecto da “classe”: Identifica-se a “luta” como “*o seu nervo central*” (Tischler.2005:117)¹⁶ transformando-a em necessidade teleológica: a realização continuada da luta prescreve a “atualização da classe ou da questão da luta de classe”; identifica-se o conjunto dos movimentos sociais de luta como um “Coletivo”, cuja existência não configura a amorfização da sociedade, mas sim, a resistência indefinida. Por conseguinte, na literatura, os movimentos de lutas sociais são tratados como fenômenos de ações sociais naturalmente conseqüentes, ou como fenômenos determinados por um contexto de opressão e exploração, com respostas anti-hegemônicas a esse contexto previamente e conscientemente determinadas. Para aqueles que seguem a segunda opção, não se trata de um fenômeno de “standartização da classe”, ou seja, da organização de uma sociedade amorfa. Pelo contrário, trata-se da construção organizada de um Coletivo, cujas lutas atualizam a “classe”. No contexto de imperialismo econômico e político, de dimensões universalizadas, construindo o macrocampo de opressões e explorações, as lutas anti-hegemônicas necessariamente tiveram que se atualizar. O fato de a relação trabalho versus exploração deslocar-se do lugar específico da fábrica e pulverizar-se em diferentes modalidades de atividades cotidianas, com caráter de transitoriedade e, conseqüentemente, com flexibilização de valores, com extensão universal, os considerados oprimidos e explorados foram forçados a organizar-se em coletividade, de dimensões também universais, sem distinção entre mais rico e mais pobre. Esse coletivo com dimensões universalizadas não significa a generalização do indivíduo em uma massa manipulável.

¹⁶ Artigo “A forma classe e os movimentos sociais na América Latina”, publicado em “Pensamento Crítico e Movimentos sociais – Diálogos para uma Nova Praxis”, org. Roberto Leher e Mariana Setúbal

Segundo Sergio Tischler¹⁷, trata-se de “*uma forma real de existência*”, caracterizada pela luta processual de negação / superação:

“... o coletivo não representa uma abstração composta por um aglomerado de sujeitos que afirmam sua qualidade de indivíduos, e sim como uma forma real de existência que se produz como “instante” de negação / superação (na forma de coletivização) da cisão na qual se baseiam os particulares fechados e o domínio do capital (cisão sujeito / objeto, trabalho / capital, Estado / sociedade, etc.).”

A trajetória dos movimentos de lutas sociais, entendida dessa maneira, passa a ser o seu papel social: resistir, indefinidamente, contra o alvo comum – o modelo da sociedade vigente. O próprio Tischler chegou a caracterizar essa “*luta como o nervo central do coletivo*”. No momento em que realizam esse papel, os movimentos de lutas sociais concretizam a sua teleologia: “*não se deixar reduzir a objeto de exploração*”.

Entendida, ora como estratégia, ora como papel social, a luta desses movimentos termina por expressar uma reordenação da cultura, primeiro, pela consciência da importância do coletivo, segundo, pela recuperação da “vontade”, no sentido de querer lutar, e terceiro, pela construção e organização de força anti-hegemônica, com potencial de efetivar mudanças.

A partir da observação do desenvolvimento da literatura sobre a relação meios de comunicação versus movimentos de lutas sociais, ficou sinalizada a potencialidade da comunicação, enquanto movimento social de luta por direitos. Convém observar que, durante a pesquisa empírica, a comunicação foi considerada pelas suas características marcantes. Considerá-la, agora, como movimento social de luta por direitos não representa desviar os caminhos deste construto teórico, mas sim, reforçar a idéia de que a comunicação é capaz de mediar hegemonias diversificadas.

Anteriormente, fez-se distinção entre duas abordagens da Comunicação: de um lado, a abordagem que toma como ponto de partida a tecnologia e, de outro, a que considera a Comunicação como uma determinação de contextos sócio-econômicos e políticos.

A primeira abordagem – que toma a tecnologia como ponto de partida - de modo acrítico, encanta-se com a velocidade do desenvolvimento tecnológico da comunicação,

¹⁷ Tischler, Sergio. “A forma classe e os movimentos sociais na América Latina”. in: Leher, Roberto “Pensamento Crítico e Movimentos Sociais: Cortez Editora, 2005, pág. 117.

superestima o encurtamento do tempo e do espaço, acredita que o acesso por si só aos meios já expressa a teleologia do desenvolvimento humano, legitimando a criação e o desenvolvimento dos macrossistemas midiáticos, e, finalmente, percebe essa visão de Comunicação como única possível.

A segunda visão – que considera a comunicação como uma determinação de contextos sócio-econômicos e políticos - na tentativa de demitificar a primeira, evolui da crítica à operatividade, atribuindo à Comunicação uma natureza que pesa no que tange à sua caracterização como ciência e ao seu papel social. Por força do contexto operativo dos movimentos de lutas sociais, a Comunicação evoluiu da sua crítica umbilical – preocupação com as teorias específicas de seu próprio campo de estudo - para a luta pela sua democratização, primeiramente, enquanto satisfação de necessidades individuais, e, mais recentemente, enquanto concretização de direitos coletivos. Esse caminho vem sendo colocado como alternativa à visão tecnológica dos meios. Quem o segue está empenhado não apenas junto à crítica da realidade, mas, principalmente, junto à construção e ao monitoramento de políticas públicas de comunicação que, em última análise, podem representar a satisfação de direitos coletivos.

O documento “Bases de um Programa para a Democratização da Comunicação no Brasil¹⁸”, lançado no Forum Nacional pela Democratização da Comunicação, em julho de 2004, Salvador, BA, ao fazer o resgate histórico da nova configuração da Comunicação, dá conta, nos anos 70, das primeiras propostas de organização de movimento nacional de luta pela democratização da comunicação. À época, a estratégia era a contraposição, através da prática de denúncias: “...Eram formulações imbuídas, principalmente, de um enfoque meramente contrapositivo, oposicionista e negativo, privilegiando as denúncias em detrimento das proposições e identificações de novas possibilidades...” O mesmo documento evidencia, ao final dos anos 80 e início dos anos 90, “o descontentamento com a falta de respostas para o aqui e o agora... Capitulava-se à falta de um projeto abrangente”. O documento chega a justificar que “os condicionamentos políticos da época, os “becos” teóricos e, de um modo geral, todo um contexto nacional e internacional levou a que nenhum movimento tenha conseguido enfrentar com consequência a lógica da mercadoria ou adquirir verdadeira potência política”.

¹⁸ Disponível na internet: <http://www.facom.ufba.br>

Em abril de 91, surge o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, abrindo espaço para a revisão crítica de suas lutas. Terminou por particularizar frentes de atuação, especificadas nos seguintes campos de luta: “Implantação do Conselho de Comunicação Social, Regulamentação da TV a Cabo, Nova Lei de Imprensa, Reabertura da Rede Manchete”. Em março de 93, no Rio de Janeiro, o avanço do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação consistiu em estabelecer princípios norteadores às lutas, como: “...A luta pela democratização não é um esforço com um fim previsível... exige senso estratégico e mobilização dos setores organizados da sociedade e dos indivíduos”.

Em julho de 94, em Salvador, Bahia, são estabelecidas as “Bases de um Programa para Redemocratização da Comunicação no Brasil: Proposta de Caminhos e Atitudes para Transformações Revolucionárias na Esfera Pública do País”. O documento começa com um diagnóstico da Comunicação no Brasil e termina por elaborar linhas para um planejamento estratégico. O diagnóstico enfatiza pontos que vão da inexistência de políticas de comunicação, às relações público X privado, comprometendo o conteúdo da comunicação; sistema de concessões patrimonialista, com fins eleitoreiros; estruturação dos sistemas estatais de Rádio e TV, segundo restrições impostas pelo Mercado; desconhecimento da parte dos setores organizados da sociedade da realidade que circunda a Comunicação no Brasil.

Como linhas para o desenvolvimento estratégico, foram traçadas, entre outras: Elaborar planejamento estratégico para a área das comunicações com ampla participação da sociedade; estabelecer formas de controle público sobre os Meios de Comunicação; estabelecer novas relações entre Estado, Setor Privado e Sociedade Civil; formular políticas de comunicação de caráter multisetorial; capacitar a Nação para a leitura, para a produção de tecnologia e para elaboração teórica técnico-científica e política das Comunicações.

Transformada em arena de debates e proposições, a democratização da Comunicação ganhou visibilidade e legitimação, a partir da realização de fóruns locais, regionais e nacionais. Durante a realização do Fórum Social Mundial de Porto Alegre, aparece com proposta unificada de luta de dimensões mundiais. Mais do que uma simples ciência e diferentemente do valor mercantilista, a Comunicação passou a ser tratada como um “direito social”, não apenas a ser preservado burocraticamente, mas conquistado na

cotidianidade, através de lutas continuadas. É importante lembrar que essa posição foi ratificada em 2006, no Fórum de Recife, em julho, e, no Fórum da Venezuela, em agosto. Em janeiro de 2007, o Fórum Social Mundial de Nairobi, na África, terminou recomendando que os movimentos, de modo unificado, continuem abrindo frentes de lutas concretas. Dessa organicidade, depreende-se uma Comunicação com a operatividade característica dos Movimentos Sociais: de um lado, opondo-se à sistematização de uma comunicação nos moldes do “modo de produção”, geradora de lucro, como bem privado, estruturado e conduzido conforme a necessidade de manipulação das massas, segundo a manutenção do sistema social vigente; de outro, a construção, a proposição e a coordenação de políticas públicas, discutidas democraticamente, com vistas à reordenação da cultura: anulação da “indiferença”, a bem da construção de “vontades”.

Do exposto, conclui-se que o objeto de estudo deste projeto – a relação entre os meios de comunicação e os movimentos de lutas sociais – sem desprezar o aspecto da tecnologia, privilegiará o aspecto político da relação. Esse posicionamento se justifica, primeiro, por entender que a comunicação, hoje, pode ser analisada enquanto pura ciência, enquanto iniciativa e gestão empresarial, ou, enquanto movimento de lutas sociais; segundo, porque o aspecto político da relação objeto de estudo permite a análise do real, a partir dos seus determinantes sócio-históricos, segundo a visão de totalidade, e, por último, por entender que a compreensão do aspecto político dessa relação reforçará a convicção daqueles que a buscam como alternativa de luta por direitos na sociedade.

A opção de trabalhar a relação a partir do aspecto político justifica a não consideração, neste construto teórico, de conceitos familiares polarizadores da comunicação, como Emissor e receptor, mensagem e audiência, formal e informal, controle e liberdade de expressão. Tais conceitos se fariam apropriados se considerássemos a relação meios de comunicação versus movimentos de lutas sociais a partir do fenômeno da difusão.

A compreensão do aspecto político que envolve a relação pressupõe a identificação dos integrantes dessa relação, a hegemonia teleológica que os caracteriza e o “modus operandi” determinante de sua propriedade. Integrando a relação, estão, com funções específicas, o Estado, os meios de comunicação e os movimentos de lutas sociais. A teleologia de cada um desses integrantes envolve hegemonias diversificadas, cuja efetivação fica a depender de um “modus operandi”, representado por estratégias

operativas também diversificadas. Todos os conceitos trabalhados não serão dogmáticos, mas de construção histórica, favorecida por determinados contextos. É importante para o trabalho especificar qual a hegemonia pretendida e como essa hegemonia se configura no cotidiano.

xxx

O Estado normalmente é associado a uma forma de poder. Durante algum tempo, esse poder foi considerado natural, de caráter divino, como uma força que emana de um Deus, com autoridade inquestionável. Embora tenha passado por um processo de laicização, o poder do Estado continuou sendo refletido à luz de “uma necessidade”, cuja força se confunde como natural, intrínseca à ordem social. Nessa esfera, segundo Mouriaux (2005: 159), “a hegemonia do poder se confunde como uma ordem natural que oferece a alguns a autoridade de jure”.¹⁹

Neste construto teórico, a hegemonia do poder será entendida não como natural, mas construída, de caráter histórico. Isso significa que o poder do Estado será refletido não como “uma necessidade” à ordem social, mas como uma construção histórica, determinada por contextos. No âmago dessa construção, situa-se uma arena de conflitos determinados por interesses diversificados, o que, historicamente impediu e impede o Estado de se tornar capaz de atender, indistintamente, a todos os segmentos da sociedade. Existem pensadores que concebem o Estado a partir dos conflitos. Para esses, o Estado é externo ou superior ao conflito, posicionando-se como conciliador das partes conflitantes. Nessa condição, o Estado é dotado de imparcialidade frente ao conflito, o que lhe outorga a condição hegemônica de satisfazer às diversidades. Em contrapartida, existem aqueles que percebem o Estado não a partir dos conflitos, mas a partir dos interesses que ele escuda. Nesse sentido, o Estado é dotado de uma parcialidade, cuja hegemonia se expressa na potencialidade de controlar as manifestações diversificadas. No momento em que essa parcialidade se efetiva, fica evidenciada a postura do Estado como classista, isto é, o Estado passa a ser considerado não como uma classe, mas como instrumento de afirmação de uma determinada classe. Do divino ao laico, da operatividade necessária à operatividade

¹⁹ Artigo “Para uma definição do conceito de movimento social”, publicado em “Pensamento Crítico e Movimentos Sociais – Diálogos Para uma Nova Praxis”, org. Roberto Leher e Mariana Setúbal. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

histórica, é inegável o desenvolvimento da concepção de Estado. Neste construto teórico, trataremos o Estado a partir de uma natureza laica, construída historicamente, portanto operativa. Não interessa a este trabalho a consideração da operatividade estrutural, mas a operatividade de direcionamentos hegemônicos, a fim de que se possa definir o objeto e a natureza desse direcionamento, pois são eles que, segundo Margarete Cavalcante²⁰, in “Hegemonia e Formação da Vontade Coletiva (2007:5),²¹ estabelecem em Gramsci o que há de novo na concepção de Estado, em relação ao contexto do Capitalismo Ocidental: “... esse Estado, mesmo de classe, é diferente no seu modo de operar na dinâmica da vida social, buscando o consenso e não só a coerção”. Logicamente, essa fase de consenso pressupõe uma participação da sociedade civil, o que, por si só, já representa uma nova cultura, um novo retrato da sociedade civil. É verdade que tal participação, no caso da luta pela legalização do transporte alternativo, em Recife, não se fez tão expressiva; pelo contrário, considerando que o consenso difundido, à época, pela mídia, a partir das decisões conjuntas tomadas pelo Estado e pelos participantes da luta, em relação ao transporte coletivo, não passou de uma estratégia do Estado. A participação da sociedade civil nas decisões do Estado serviu mais para confirmá-lo do que para reduzir o seu poder.

xxx

Na visão de oposição dual, a sociedade civil é concebida como o oposto de sociedade política e como o oposto de castas militares. Analisada segundo princípios de hierarquização, situa-se na condição de dependência e subalternidade, em relação a seus oponentes; quando considerada segundo valores culturais, é reduzida a manifestações de costumes, hábitos e expressões estéticas dos seus antepassados. Nas duas concepções de Sociedade Civil, evidencia-se a ausência da operatividade capaz de construir uma nova cultura: ou a sociedade civil apenas perpetuará a cultura existente, ou a sociedade civil apenas evidenciará a sua identidade, a partir de elementos que representam a herança de legados históricos.

Uma outra visão concebe a sociedade civil como “eixo de lutas”. Sem a subalternidade diante do Estado e a conseqüente reprodução do sistema social vigente e

²⁰ Profa. Dra. do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas - UFAL

²¹ Trabalho apresentado em Seminário sobre Gramsci, no Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

sem o reducionismo ao campo da tradição, a sociedade civil, mais do que uma simples arena de lutas, é compreendida como o eixo da própria luta. Enquanto a idéia de arena de lutas supõe a existência de um conjunto de grupos, dividindo espaços físicos, a idéia de “eixo de luta” supõe o que Gramsci chama de “espaço típico da gestação de ideologias consideradas como forças positivas e criadoras e não, como reflexo direto das condições materiais de existência”²². Vista por esse prisma, a sociedade civil será abordada como categoria política, ou seja, um espaço onde as relações sociais, mais que um simples confronto de interesses e mais que simples cruzamento de culturas, representa a luta em função do consenso para “superar a concepção de política-potência, baseada na doutrina do Estado-força, colocando no lugar a concepção de política-hegemonia”,²³ o que, em última análise, representa a substituição do homem-massa pela condição de sujeitos sociais.²⁴ Na visão Gramsciana, essa substituição só acontecerá quando a sociedade civil se transformar em espaço “não apenas de iniciativas econômicas, mas também, em espaço de manifestações de forças ideológicas e culturais”.²⁵ Toda essa ação requerida não é pertinente a indivíduos isolados, mas a coletividades. Daí, a importância dos movimentos de lutas sociais. Este construto não privilegia a sustentação do modelo vigente de cultura e não está preocupado com o resgate da tradição cultural. Por isso, torna-se mais oportuno considerar a sociedade civil pela abordagem da categoria política.

xxx

A partir da década de 60, os movimentos de lutas sociais, no Brasil, desenvolveram-se pelos estágios: contestação e luta pela volta ao Estado de Direito; reivindicações de atendimento a necessidades materiais; luta por direito à representatividade corporativa, junto a órgãos públicos; luta por direitos políticos. Esse desenvolvimento, em vez de casual e espontâneo, foi determinado por contextos históricos que, inclusive, são os responsáveis pela própria construção de coletividades. Pela mídia eletroeletrônica e, especialmente, pela mídia impressa, os movimentos de lutas sociais são expressos, em primeiro lugar, como um fenômeno e, em segundo lugar, como organizações

²² Giovanni Semeraro, in “Gramsci e a Sociedade Civil” (p.. 182), comentando a posição de Norberto Bobbio, referenda a força da Sociedade Civil sobre as Instituições, no caso, o Estado.

²³ Idem. p. 33

²⁴ Idem. p. 34

²⁵ Idem. P.76

de oposição e de luta contra o sistema social. Essa maneira de expressar descaracteriza o seu aspecto histórico, desconstruindo a sua verdadeira identidade, ao mesmo tempo em que media, junto à recepção, o imaginário de algo pernicioso, representado por individualidades doentias, que precisa de ser tratado à base da força repressiva e à base das leis.²⁶

Neste construto, tais movimentos serão considerados não como fenômeno, mas como um processo histórico e historicizante de construção de coletividades que lutam permanentemente por um modelo diferenciado de sociedade. Por constituírem um processo histórico, eles são contingenciais e, por conseguinte, sempre renováveis; por serem historicizantes, potencializam a perspectiva do novo para a sociedade, ao invés de decretarem a sua destruição. A efetivação cotidiana dessa potencialidade começa pela crítica radical a determinada ordem. Observe-se que essa é uma postura histórica, exemplificada, mais proximamente, pela cultura burguesa que se inicia com a crítica ao feudalismo.²⁷ O estágio da crítica radical já sinaliza uma nova cultura, primeiro porque expressa uma preocupação além do cotidiano econômico e, segundo, porque essa preocupação é conduzida coletivamente e não, individualmente.²⁸ Dessa forma, os movimentos de lutas sociais, neste construto, serão considerados, não pelos reveses que provocam na sociedade, mas pela potencialidade que expressam como uma nova forma de cultura: construção e expressão de subjetividades coletivas, chegando a uma nova forma de sociabilidade; efetivação da política-hegemonia, em lugar da política-potência. Essa nova forma de cultura estabelece relações sociais que ficam a depender de formas de comunicação cujo entendimento ultrapassa a condição de veículo.

Já anunciamos, anteriormente, que os meios de comunicação podem ser abordados pelo aspecto da tecnologia ou pelo aspecto do social. A abordagem tecnológica conduz, naturalmente, à pressuposição de uma forma de poder que se apresenta como inerente aos meios e como própria da comunicação. Warschauer²⁹ identifica nessa abordagem uma visão determinista que, em última análise, separa tecnologia e sociedade: “O determinismo

²⁶ Gramsci, referindo-se a “Cesare Lombroso, Pazzi e anormale (este era o costume cultural do tempo: em vez de estudar as origens de um acontecimento coletivo e as razões de sua difusão, de seu ser coletivo, isolava-se o protagonista e só se fazia sua biografia patológica, muito freqüentemente partindo de motivos não comprovados, ou passíveis de interpretação diferente: para uma elite social, os elementos dos grupos subalternos têm sempre algo de bárbaro ou patológico). Cad. Carc. 25. Vol. 5, pág 131

²⁷ Dias, Edmundo. P. 67

²⁸ idem

²⁹ Warschauer, Mark. Tecnologia e Inclusão Social. Pág. 270.

da mídia caracteriza a tecnologia como algo existente à parte da sociedade e que exerce um impacto independente sobre essa sociedade.” Nesse sentido, é atribuída aos meios uma hegemonia que independe da condição histórica da sociedade e, por isso mesmo, sintetiza o “tudo pode” em relação ao direcionamento dessa sociedade. Faz parte, também, da abordagem tecnológica a consideração dos meios de comunicação como objeto de composição mercantilista: as potencialidades da tecnologia são transformadas em objeto de consumo, sujeito a estruturas e organizações empresariais, com o objetivo maior do lucro financeiro. Trata-se de uma instância em que os meios de comunicação, incorporando a lógica mercantil, corporificam a hegemonia da sociedade econômica. A participação desses meios de comunicação nos movimentos sociais de luta só acontece, motivada pela necessidade de construção de subjetividades que dizem respeito à manutenção da sociedade vigente. Por outro lado, a abordagem social dos meios de comunicação possibilitará entendê-los primeiramente, enquanto poder historicamente construído e não, enquanto poder nato, inerente ao desenvolvimento tecnológico. Além do mais, nessa abordagem, os meios de comunicação serão interpretados como integrantes da sociedade civil. Nesse sentido, eles não se colocam de fora do processo histórico de construção social de lutas, pelo contrário, o integram mediando a construção de subjetividades coletivas. Na prática, funcionam como intelectuais, difusores de determinada ideologia à qual se vinculam. Nessa instância, sem a preocupação com as leis do mercado, os meios de comunicação escapam às legislações e recuperam as funções específicas da comunicação, sem se preocupar em funcionar como instrumento do lucro empresarial. Por essa razão, os meios de comunicação não serão tratados como o eixo das lutas sociais, apenas como integrantes dessas lutas.

Nesse construto teórico, existe a preocupação em tratar as relações sociais como, em dado momento, determinadas por um processo histórico e, posteriormente, determinantes de novas relações em sociedade. Nessa visão, serão enquadradas as considerações sobre Estado, movimentos de lutas sociais e meios de comunicação. Quer a nível de determinadas, quer a nível de determinantes, as relações sociais serão marcadas pela presença de lutas permanentes, buscando poderes que as identificam ora como

conservação, ora como mudança da sociedade vigente. Na consideração da relação meios de comunicação versus movimentos de lutas sociais, não interessa concluir pela dualidade bom / ruim, melhor / pior, mas identificar a hegemonia ou as hegemônias determinantes da relação.

2. A Natureza da Relação entre os Meios de Comunicação e os Movimentos de Lutas Sociais

A natureza da relação que os meios de comunicação estabelecem com os movimentos de lutas sociais se configura de modo diferenciado, dependendo da maneira como se percebe e como se entende essa relação. Tal percepção e tal entendimento são determinados por abordagens que consideram a relação ou enquanto fenômeno da difusão dos movimentos sociais, ou enquanto movimento (processo) histórico. Ambas as abordagens, diferenciadamente, procuram levar a efeito uma teleologia, cuja concretude é buscada através de estratégias de luta também diferenciadas. A não existência de uma unanimidade teleológica, bem como a não existência de uma unanimidade de lutas estratégicas já caracteriza a relação não só como um contexto de oponências, mas, também, como um contexto de superação das oponências. Isso significa que o centro da relação em questão é identificado como uma luta pelo poder, desfazendo, a partir daí, as aparências de uma possível parceria ou cooptação.

Tal relação, percebida a partir da abordagem que a considera como um fenômeno de difusão, será tratada conforme duas vertentes: ou pela vertente que considera a sua estruturação, ou pela vertente que considera a sua funcionalidade. Haverá, então, uma abordagem que privilegia o “como se dá a relação” e uma outra abordagem que privilegia “a funcionalidade da relação”.

Na primeira abordagem – “como se dá a relação” – são evidenciados dois atores: os meios de comunicação e os movimentos de lutas sociais. Esses atores são tratados como segmentos isolados, no campo social, onde o primeiro busca concretizar, através do conjunto de informações difundidas, a condição de fiscalização e/ou tutela do segundo ator. Nesse sentido, os movimentos de lutas sociais são percebidos pela condição de fiscalizados ou tutelados. O objeto da fiscalização ou tutela é a transgressão à ordem estabelecida. No caso do Movimento pela Legalização do Transporte Alternativo, em Recife, a ação dos meios de comunicação se resumiu à denúncia de violação de leis, à denúncia de formação de tumultos junto à sociedade e à instigação de ações interventivas do Estado (polícia, judiciário e Prefeitura da Cidade do Recife).

Quem percebe a relação entre os meios de comunicação e os movimentos sociais a partir dessa abordagem externaliza a ação dos meios de comunicação, desvinculando-a de

um contexto de sociedade. Com essa externalização, é atribuída aos meios de comunicação um poder que se solidifica e se naturaliza por conta do desenvolvimento tecnológico.

Na segunda abordagem – “a funcionalidade da relação” – a natureza da relação é percebida como uma necessidade de legitimação diante da sociedade. A ação dos movimentos de lutas sociais é um fato com repercussões diretas no âmbito daqueles que compõem os movimentos e com repercussões indiretas em diferentes cadeias de produção da sociedade. Pelo fato de ampliarem a sua estruturação e as suas atividades no modo de “redes de movimentos”, tais movimentos crescem em notoriedade, diante da sociedade. Por sua vez, os meios de comunicação, que escudam a informação como objeto de trabalho e a expressam como a sua razão de ser, não ignoram a presença desses movimentos, pelo contrário, os transformam em notícia, é verdade a seu modo, segundo os seus interesses. No caso específico do Movimento pela Legalização do Transporte Alternativo, em Recife, o bloqueio, formado por kombis e vans, à circulação de ônibus, impedindo o deslocamento dos trabalhadores, com prejuízo à produção sócio-econômica, foi o suficiente para ocupar prioridade nos espaços dos meios de comunicação.

Se aos meios de comunicação interessa a existência e a operatividade dos movimentos de lutas sociais, como fato propício à cobertura jornalística, a estes, os movimentos de lutas sociais, interessa o espaço midiático como vitrine de seus objetivos, de suas lutas e de suas conquistas. Aos dois a relação que estabelecem entre si importa enquanto viabiliza a satisfação da necessidade de se legitimarem diante da sociedade, como forma de sobrevivência. Trata-se, portanto, de uma relação funcional.

Para quem considera a relação por essa vertente, parece ficar evidente a existência de uma cooptação, embora não se possa negar a existência de uma estratégia de luta por uma posição de poder.

Quer seja considerada a estruturação da informação, quer seja considerada a funcionalidade da relação, trata-se de duas vertentes que abordam a relação entre meios de comunicação e movimentos de lutas sociais a partir do fenômeno da difusão. Com o mesmo ponto de partida – o fenômeno da difusão – o que diferencia as duas vertentes é aquilo que é privilegiado durante a abordagem: enquanto a estruturação da informação privilegia o “modus operandi” da difusão, a funcionalidade da relação privilegia a difusão como modo de legitimação. Dessa forma, o fenômeno da difusão é considerado ou pelo

aspecto tecnológico ou pelo aspecto sociológico; em outras palavras, diríamos uma abordagem tecnológica ou uma abordagem sociológica do fenômeno da difusão.

Mesmo representando vertentes diversificadas, pelo fato de apresentarem o mesmo ponto de partida – o fenômeno da difusão – as duas vertentes conservam um ponto comum: nelas, sobressaem-se a dicotomia entre tecnologia e sociedade, o poder da tecnologia, a força corporativa empresarial e a subestimação da sociedade civil organizada. A análise das relações em sociedade a partir do fenômeno da difusão termina por atribuir à tecnologia o absolutismo da condição “sine qua non” ao desenvolvimento dessa sociedade. Assim, na relação entre os meios de comunicação e os movimentos de lutas sociais, o estágio de desenvolvimento da tecnologia é entendido não mais como uma determinação das relações advindas do modo de produção, mas como uma determinante do processo social. Nessa perspectiva, os meios de comunicação são vistos como construtores de ações que, de modo externalizado, posicionam-se acima do processo de relações na sociedade civil, podendo direcioná-lo. Nessa condição – o fracionamento face à sociedade civil – a tecnologia potencializa limites que são incorporados pela força corporativa empresarial, a fim de fazer valer as idéias de convencimento e domínio dos espaços de recepção.

Por outro lado, a relação em questão pode ser tratada como um movimento histórico. Essa abordagem considera as relações em sociedade como fenômenos cuja explicação se assenta em uma reconstrução permanente de realidades. Sem desprezar as experiências consideradas efetivas, a permanência da reconstrução se coloca como uma necessidade gerada por contextos, alavancada por aqueles que compõem as relações de força na sociedade. Essa necessidade de reconstrução permanente dá às relações em sociedade a identidade de um movimento histórico, cuja geração e cuja teleologia estão centralizados na sociedade civil. Por essa razão, na relação que estabelecem entre si, os meios de comunicação e os movimentos de lutas sociais não devem ser tratados como atores isolados, mas sim, como integrantes da sociedade civil. Nessa condição, a identidade de cada um dos dois atores não fica subsumida à generalização da sociedade civil, mas se caracteriza pela correlação de forças que expressam. Isso significa que a função de tutela exercida pelos meios de comunicação junto aos movimentos sociais não é uma propriedade inerente à sua natureza tecnológica, mas uma busca de espaço requisitada pela necessidade de sobrevivência, através da opção pela sustentação do modelo de sociedade vigente. Por sua vez, os movimentos de lutas sociais, pelo fato de integrarem a correlação de forças, ao

invés de naturalmente tutelados, incorporam uma natureza de luta permanente pela superação dessa tutela. Isso será claramente perceptível, se considerarmos que a força dos meios de comunicação, longe de ser uma inerência tecnológica, está postada como expressão do grupo hegemônico que a detém. Tanto assim que, pelo fato de incorporarem as tecnologias de comunicação em rede (internet e telefonia móvel), os movimentos de lutas sociais assumem uma reestruturação organizativa, capaz de viabilizar estratégias de luta diferenciadas por conquistas de poder.

Nessa visão, a tecnologia não é a razão primeira da hegemonia buscada pelos meios de comunicação, até porque admiti-la significa transformar a tecnologia da condição de instrumento para a condição de fim último. Por conseguinte, perceber, enquanto movimento histórico, a relação que os meios de comunicação e os movimentos sociais estabelecem entre si pressupõe admitir que os dois integram a sociedade civil; interagem, no espaço da sociedade civil, na forma de correlação de forças; distinguem-se pela opção teleológica – conservação ou transformação do modelo de sociedade vigente; desenvolvem estratégias de luta comuns, onde as armas são, entre outras, a subjetivação e a tecnologia.

xxx

A teleologia dos meios de comunicação, entendida como o seu fim último, comumente procura responder a perguntas como: Por que ou para que existem? O que justifica seus posicionamentos dessa ou daquela maneira? Onde pretendem chegar, exercendo tais e tais papéis? A resposta a tais perguntas termina por expressar uma natureza funcionalista dos meios de comunicação, uma análise de suas ações estratégicas e uma caracterização também funcionalista do seu pretense papel social. Tais perguntas e tais respostas representam uma abordagem que considera a teleologia pela sua forma clássica de bondade – o que é bom para a sociedade; e uma abordagem que considera os meios de comunicação pelo ângulo de universalidade – todos iguais. Esse tratamento também é dispensado aos movimentos de lutas sociais. Face à diversificação tecnológica e face à diversidade dos movimentos de lutas sociais, não se pode ignorar que os meios de comunicação e tais movimentos, embora sejam, hoje, valores globalizados, materializam-se em contextos determinados, o que lhes dá especificidades que deslocam dos paradigmas clássicos da generalização / universalização as análises da teleologia.

No caso específico da Luta pela Legalização do Transporte Alternativo, em Recife, nos anos 2001 a 2003, o campo de pesquisa foi centralizado sobre os jornais impressos Diário de Pernambuco e Jornal do Commercio, no que diz respeito ao movimento desencadeado por proprietários de kombis e vans. Em relação aos jornais impressos, afirmar que, à época, eles mantiveram preocupações com o bem-estar da sociedade implica cair em uma generalização que os isola do contexto social no qual se inserem, ignorando, inclusive, a presença ativa dos movimentos de lutas sociais. Uma vez fragmentados socialmente, as considerações sobre a maneira de os meios de comunicação trabalharem o fato social da luta e as considerações sobre a formatação da informação procuram explicá-los a partir da força da tecnologia.

É importante considerar que os meios de comunicação são uma instituição que integra a sociedade civil, onde, ao lado de outras instituições, exerce aquilo que Gramsci chamou de “correlações de forças”. No exercício dessa correlação, a tecnologia da informação aparece como potencialidade de apoio não exclusiva dos meios de comunicação, enquanto instituição isolada, mas podendo servir, também, a outros segmentos da sociedade civil. Isso significa que os movimentos de lutas sociais também se apropriam da tecnologia da informação, para efetivarem a realização de suas necessidades relacionadas à comunicação. Daí, fica claro que, na relação que os meios de comunicação estabelecem com os movimentos de lutas sociais, a teleologia de um e de outro deve ser considerada, a partir da condição que experienciam no âmbito da sociedade.

No caso específico da relação em análise, neste construto, meios de comunicação e movimentos de lutas sociais buscam satisfazer necessidades distintas. O fato de os meios de comunicação, enquanto instituição empresarial com fins lucrativos, fazerem composição com outras instituições mercantis, leva à suposição de que a sua teleologia é o lucro. Entretanto, convém salientar que esse lucro corresponde ao fruto de determinada estruturação e organização social e a sua efetivação fica a depender da continuidade do sistema social capaz de gerar o lucro. Por conseguinte, a necessidade primordial que se coloca aos meios de comunicação é a continuidade do modelo de sociedade que lhes dá legitimidade, cuja concretude fica a depender de ações concatenadas, entre elas, a ação dos meios de comunicação. Nesse sentido, a concretização da necessidade de conservação do modelo de sociedade vigente passa a constituir uma teleologia. Assim, a teleologia dos meios de comunicação não se identifica com a afirmativa clássica “daquilo que é bom para

a sociedade em geral”, mas apenas com a afirmativa “daquilo que é bom para um determinado modelo de sociedade”. Nesse contexto, durante a luta pela legalização do transporte alternativo, em Recife, toda a ação de tutela dos meios de comunicação sobre a movimentação dos condutores do transporte alternativo, extensiva ao Estado, externou um empenho contra a sublevação da ordem social, pela manutenção do modelo vigente de sociedade. Haja vista a publicação de matérias alertando para os prejuízos econômicos ocasionados pelo movimento e a publicação de matérias cobrando a intervenção do Estado, para a solução de problemas, através do aparato militar ou do aparato burocrático.

Enquanto os meios de comunicação lutaram pela conservação de determinada ordem, os movimentos de lutas sociais, por não usufruírem de frutos que satisfizessem as suas necessidades, lutaram pela transformação dessa ordem. No caso do transporte alternativo, em Recife, a sublevação de motoristas de kombis e vans visaram a: manutenção da oferta de trabalho, a partir da reestruturação de linhas de tráfego, modificação de leis de trânsito e tratamento burocrático diferenciado.

Convém esclarecer que a luta em si não é o objetivo último dos movimentos de lutas sociais; é apenas uma estratégia para chegar à transformação do modelo vigente de sociedade. Por conseguinte, a teleologia desses movimentos se alicerça sobre a mudança do modelo vigente de sociedade, em oposição à teleologia da conservação desse modelo, empunhada pelos meios de comunicação.

Não resta dúvida que tais ações promoveram alguma alteração nas relações entre Estado e sociedade civil, mas longe de pensar que tivessem chegado a mudar a estrutura de organização e gestão do Estado. A importância da conquista das ações visada pelo movimento do transporte alternativo reside no fato de que, a partir do envolvimento com as lutas, os seus integrantes fazem crescer o nível coletivo da consciência sobre a necessidade de mudanças. Logicamente, a luta foi iniciada por uma necessidade primeira que se colocava, à época, aos motoristas de kombis e vans – a necessidade do posto de trabalho. Os motoristas foram, coletivamente, às ruas, para externar a necessidade de que fosse mantido o direito de alguma forma de trabalhar. Com o desdobramento da luta, o estágio de visibilidade social se transferiu para o estágio da gestão burocrática da luta, com a evidenciação do sindicato conquistando direito de voz, junto à estruturação e organização política e econômica do transporte coletivo. Registrou-se, então, o que talvez poderia ser chamado de amadurecimento da luta.

A essas alturas, pode-se afirmar que a relação que os meios de comunicação estabelecem com os movimentos de lutas sociais é pautada por uma teleologia que se distingue pela oponência que estabelecem entre si. Tal oponência pode ser analisada, fundamentada e expressa, a partir do fenômeno da difusão, ou analisada, fundamentada e expressa como um movimento histórico. Pelo primeiro caminho - o da difusão – fica supervalorizado o poder da tecnologia como único fator de mudança e fica confirmada a necessidade de conservação do modelo de sociedade vigente. Pelo segundo caminho – o do movimento histórico – fica supervalorizada a luta permanente como fator educativo, a bem da mudança do modelo de sociedade.

A relação de oponência teleológica que os meios de comunicação e os movimentos sociais estabelecem entre si não é algo natural, mas construído segundo estratégias que materializam as suas identidades. O sentido da luta tem uma constante: para os meios de comunicação, a conservação do modelo vigente de sociedade; para os movimentos sociais, a mudança desse modelo. O que não é uma constante é a estratégia adotada para ratificar aquela ou esta posição. Isso significa que conservar ou mudar o modelo de sociedade está a exigir ações estratégicas, cuja materialização varia segundo o contexto experienciado pelos meios de comunicação e segundo o contexto experienciado pelos movimentos sociais. Como as relações em sociedade são dotadas de flexibilidade, cada vez que tais relações se alteram, os meios de comunicação e os movimentos de lutas sociais são levados a posturas e/ou posicionamentos estratégicos diversificados. Dessa forma, confirma-se o entendimento de que, embora integrem a sociedade civil, distinguem-se pela “correlação de forças” que estabelecem entre si.

xxx

Analisada enquanto “movimento histórico”, a relação meios de comunicação versus movimentos sociais já foi caracterizada como: uma luta que se efetiva no espaço da sociedade civil; uma luta de oponência teleológica; uma luta com caráter de permanência; uma luta educativa e, por isso mesmo, necessária; uma luta identificada por contextos diversificadores de estratégias; uma luta que, em última análise, objetiva uma hegemonia.

Evidenciamos, anteriormente, que meios de comunicação e movimentos de lutas sociais são instituições que integram a sociedade civil e, aí, buscam demarcar seus espaços.

Essa demarcação não corresponde a um fenômeno natural, mas se trata de algo construído, a partir de uma relação de luta que se desenvolve com um fim definido. Sem querer dar à luta uma dimensão funcionalista, observamos que meios de comunicação e movimentos de lutas sociais se inserem em situações diferenciadas, conforme o sentido da luta que desenvolvem.

Na hora de demarcar os espaços, a luta que se desenvolve não se reduz a apenas meios de comunicação e movimentos de lutas sociais. Entra em cena, um terceiro figurante: o Estado. Ele se situa entre as articulações da sociedade civil com o campo econômico. Embora se lhes atribua o papel clássico de organizador da sociedade, não se pode negar que essa organização está atrelada a um modelo de sociedade pautado por determinado sistema econômico. Nesse sentido, compete ao Estado promover a adequação da sociedade civil ao modelo econômico vigente. Essa ação do Estado, historicamente, se configura na forma de imposição, mais radical ou menos radical, ou na forma de consenso. Devido a um propalado crescimento de participação política, a sociedade civil, através de suas representações, potencializa o crescimento de suas forças junto ao campo político, forçando o Estado à procura de novas estratégias de intervenção. A alteração no modo de intervenção não significa a troca do papel social do Estado, em relação ao modelo econômico. Trata-se de uma estratégia de ação para viabilizar a legitimação da sociedade vigente. Essa condição parece reduzir ou anular a luta dos condutores do transporte alternativo: enquanto estes festejam a conquista do direito à participação dos acordos burocráticos, via representação sindical e, conseqüentemente, a construção de políticas públicas, relacionadas ao transporte coletivo, o Estado entende e administra a situação como uma necessidade estratégica pró-conservação do modelo de sociedade.

A não conformidade com tal conservadorismo leva parte da sociedade civil à condição de um luta permanente a bem de um novo modelo de sociedade. Segundo Gramsci, pelo fato de essa luta permanente estimular a eclosão de lutas particularizadas, ela assume o caráter de “conscientizadora” e, por isso mesmo, o caráter de “educativa”.

A cada movimento de luta que determinado segmento da sociedade civil desenvolve, fica fortalecido o sentimento de coletividade e fica estimulada a “vontade de querer poder”. Aqui, a luta não só expressa, mas constitui, também, fator de conscientização e, por isso mesmo, o caráter de “educativa”. Daí, a necessidade de lutas permanentes, a fim de que a coletividade se mantenha em continuado processo educativo.

Hoje, esse processo não é particularidade de um grupo específico. Dado o cruzamento de novas tecnologias de comunicação (internet, comunicação móvel, impressos e eletroeletrônicos) os movimentos de luta crescem da articulação local para articulações regionais, nacionais e até transnacionais. No caso do Recife, as articulações do movimento pela legalização do transporte alternativo ultrapassaram a metrópole³⁰ e se estenderam pela Região Metropolitana, chegando a atingir o interior de Pernambuco. Os interesses que, inicialmente, eram locais, converteram-se em plataformas de lutas mais amplas. A intervenção do Estado, através da Prefeitura, deixou de ser uma participação única da Prefeitura do Recife e transformou-se em intervenções intermunicipais. Por sua vez, os sindicatos de condutores do transporte coletivo alternativo da área metropolitana passaram a atuar, a partir de articulações intermunicipalizadas.

O fato acima é um exemplo de que uma luta coletiva, aparentemente isolada, é capaz de despertar outras coletividades para a consciência da necessidade de lutar. Aí, o fenômeno da luta social assume um caráter “educativo”. A educação consiste em entender e levar a efeito as necessidades sociais como algo a ser atendido, a partir do empenho coletivo continuado. Constrói-se, dessa forma, uma consciência a respeito da existência e da força do coletivo, uma consciência a respeito da necessidade desse coletivo e uma consciência a respeito da importância da luta permanente para poder satisfazer as necessidades coletivas.

Sobre a relação que os meios de comunicação estabelecem com os movimentos de lutas sociais, vimos, anteriormente, que se trata de uma oposição teleológica, cuja materialização se traduz por uma luta continuada pró-realização de interesses divergentes – conservação ou mudança do modelo de sociedade. As possíveis aproximações registradas ao longo do processo, longe de significar cooptação, representam estratégias de luta para a conquista de determinados poderes. Nessa abrangência, a das estratégias, Gramsci evidenciou a luta continuada pela realização da “vontade de poder”, enquanto consciência educativa em contínuo processo de ascensão. Essa consciência educativa é o fator primeiro de preparação para a luta por determinados poderes e, por isso mesmo, o estágio da própria luta e uma forma de relação hegemônica da luta.

xxx

³⁰ Anexos VII e X

Embora seja importante na relação em estudo, a luta não é um fim em si mesma. Ainda que requisitada como permanente, ela constitui apenas uma estratégia de ação, cuja operacionalidade se expressa pela construção de subjetividades massivas ou subjetividades coletivas.

Assim, meios de comunicação e movimentos de lutas sociais desenvolvem ações que, dirigidas a coletividades genéricas ou a coletividades especificadas expressam uma visão de mundo, uma visão de história, uma visão de sociedade, uma visão de organização social, tudo capaz de direcionar ou redirecionar o sentido da luta.

Embora os meios de comunicação procurem trabalhar com públicos segmentados, selecionados em função da supremacia de audiência, as informações difundidas traduzem uma linguagem e um conteúdo dotados de uma generalização que possibilita o alcance do público para além da segmentação planejada. Isso é possível dado o apoio de uma tecnologia cujo potencial de extensão é considerável. Basta admitir que, hoje, os meios de comunicação não funcionam isoladamente, mas, em forma de sistemas de cruzamento de tecnologias, operando segundo uma mesma gestão administrativa, na forma de um “macrossistema midiático” (já citado como o conjunto de meios de comunicação gestados por uma mesma administração, sob uma mesma linha ideológica).

Em Recife, a cobertura jornalística do Movimento pela Legalização do Transporte Alternativo, ou sob a direção do Diário de Pernambuco ou sob a direção do Jornal do Commercio, efetivou-se no formato impresso, no formato televisivo, no formato radiofônico e no formato on-line. Funcionando sob uma mesma ótica de gestão, tais formatos expressaram a luta dos condutores do transporte alternativo como uma oposição à ordem estabelecida, capaz de perturbar o cotidiano produtivo da população. Cobrando das autoridades (Prefeitura da Cidade do Recife e aparato policial) a restauração da ordem, os meios de comunicação deixaram clara a necessidade de conservação do modelo vigente de organização social. Dessa forma, a história da luta do Movimento pela Legalização do Transporte Alternativo foi contada como um fato negativo de um momento de vida do estado de Pernambuco e não, como um momento histórico de reconstrução do modelo de sociedade. Para informar dessa maneira, os meios de comunicação, agindo com uma suposta autoridade “de jure” selecionaram e formularam informações destinadas ao convencimento da recepção, no que toca à necessidade do ajuste do modelo de sociedade. Trata-se da construção de uma forma de subjetividade que, por si só, já constitui o papel social dos

meios de comunicação. Convém ressaltar que tal subjetividade, enquanto convencimento, não corresponde à consciência do “querer poder” de que fala Gramsci, pelo contrário, ela corresponde a uma aceitação plena da condição de poder instituída. Portanto, longe de identificar essa construção de subjetividade como um processo educativo.

Enquanto isso, os movimentos sociais, empenhados na conquista de poder satisfazer a necessidades específicas, lutam pela construção da subjetividade de um determinado coletivo. Essa subjetividade corresponde à consciência permanente da necessidade de querer poder fazer. Tal consciência aflora e cresce a partir da luta e durante a luta... Por isso, tal subjetividade, enquanto construção de consciência de uma coletividade, é processual e, por conseguinte, histórica. Aqui, a construção de subjetividade não significa criar condições para a aceitação de uma forma de poder, mas sim, criar condições para a conquista de uma nova forma de poder. Nesse sentido, a construção da subjetividade identifica-se com o processo educativo evocado por Gramsci.

Em Recife, a luta do Movimento pela Legalização do Transporte Alternativo não começou com a eclosão da paralização dos transportes coletivos, em um determinado dia. A movimentação dos Kombeiros, tal qual o evidenciado na matéria “Centro vive mais um dia de baderna” (Anexo XI), não foi algo repentino, próprio de um mero impulso. Ele expressou uma ação com certa continuidade, dado que, uma semana antes, haviam fechado a Avenida Mascarenhas de Moraes. O fato de ser “puxado” e realizado pelo Sindicato dos Kombeiros do Recife (Sindrecife) deixa claro que a movimentação obedeceu à organização de uma liderança corporativa e, segundo a matéria, executando estratégias de ocupação territorial definidas. Para além da simples animosidade, os Kombeiros externaram a necessidade histórica da mudança das regras do transporte coletivo em Recife. A consciência dessa necessidade os levou à formação daquilo que Gramsci (1989: 07) chamou de “vontade coletiva e vontade política, no sentido moderno: a vontade como consciência atuante da necessidade histórica, como protagonista de um drama histórico real e efetivo”. Nessa condição, o Sindrecife, realizando a função de aglutinador das vontades subjetivas, exerceu, segundo Gramsci (1980: 6) o papel de partido político, ou seja, “a primeira célula na qual se aglomeram germes da vontade coletiva que tendem a se tornar universais e totais”.

Na seqüência das informações, a matéria anuncia o presidente do Sindrecife “sem controle da situação”, embora, anteriormente, tenha informado a mudança de estratégia dos

kombeiros: suspender o confronto das ruas para se dirigir ao prédio da Prefeitura do Recife. O quantitativo da força policial exibido na matéria sugere que os kombeiros teriam se rendido à repressão do Estado e buscado a intervenção desse mesmo Estado, representado pela Prefeitura da Cidade do Recife, para uma possível solução do problema. Seria esse episódio uma mera rendição do Sindrecife e dos kombeiros diante das forças policiais opressoras? Ou seria já a consciência de que, num estágio mais avançado da luta, deveriam recorrer ao Estado como elemento arbitral? Recorrendo a Gramsci (1980:19), a resposta pressupõe a consideração de duas premissas: “aceitar a divisão perpétua do gênero humano em governantes e governados ou acreditar que essa divisão é apenas um fato histórico e criar condições para que ela desapareça”. Enquanto a simples aceitação de uma “divisão perpétua” é própria da concepção deificante de universo, a crença no fato histórico é própria da concepção de um mundo possível de ser construído e reconstruído. Nesta condição – crença do “fato histórico”, a busca da intervenção da Prefeitura da cidade do Recife e, depois, do próprio Estado pelos kombeiros assumiu o caráter de ação estratégica, objetivando algum ganho na luta em processo.

Considerando o conjunto de informações sugeridas pela matéria jornalística, observamos que tais informações se apresentam como uma relação de fatos isolados, desprovidos da contextualização necessária à compreensão do processo de luta dos kombeiros. Isso se justifica pelo fato de ser próprio dos meios de comunicação mercantilistas se ocuparem, ao nível da notícia, dos “movimentos de conjuntura” na sociedade, minimizando a crítica política. Segundo Gramsci (1980:46), os movimentos de conjuntura “não têm um amplo alcance histórico: eles dão lugar a uma crítica política miúda, do dia-a-dia, que investe os pequenos grupos dirigentes e as personalidades imediatamente responsáveis pelo poder”. É inegável que, na matéria jornalística em análise, “Centro vive mais um dia de baderna”, os fatos estão arrumados ou seqüenciados segundo a lógica da necessidade da força repressora do Estado para manter a ordem questionada a partir do movimento dos kombeiros. Poderíamos até afirmar que, formalmente, a elaboração da matéria é satisfatória e cumpre a pretensa “imparcialidade” em não esconder os fatos. Por outro lado, convém considerar que, além do aspecto formal, a elaboração da matéria jornalística obedece, precipuamente, à linha ideológica de informação preposta: questões relacionadas à conservação de uma determinada ordem social, à validação das leis pré-postas e à legitimação da burocracia estatal constituem

argumentos básicos para a seleção dos fatos a serem noticiados e para a elaboração da informação a ser difundida. No caso da movimentação dos kombeiros, tais elementos são evidentes. A elaboração do próprio título da matéria – “Centro vive mais um dia de baderna” – pressupõe uma movimentação com violação da ordem e o desrespeito às leis; rotula a ação dos kombeiros como “baderna” e, no corpo da matéria, trata as suas ações como caso de polícia. Essa postura ideológica se evidencia dada a função de “intelectuais” exercida pelos, meios de comunicação com a missão de difundir ideologias. Assim operando, os meios de comunicação integram uma classe que não é independente, pois, segundo Gramsci (2002:64), “não existe uma classe independente de intelectuais”, pelo contrário é subordinada a uma ideologia maior, ou seja a conservação do modelo de sociedade vigente.

A paralização cumpriu diferentes estágios, entre eles, o convencimento dos condutores à não circulação dos veículos, no horário de trabalho. É verdade que não podemos caracterizar essa paralização como o efeito direto de uma consciência plena, da parte dos condutores, a respeito da necessidade de querer poder, até porque, já dissemos anteriormente, existem, por trás da luta, interesses patronais pela divisão do lucro das empresas de ônibus. Por outro lado, é bem verdade que, se a aquisição da consciência de querer poder é processual e se materializa a partir da luta e durante a luta, não podemos desprezar a importância da paralização do transporte alternativo, em Recife: foi a partir dela que ficou alardeada a necessidade de reconfiguração do transporte coletivo, em Recife; cresceu, em visibilidade, a representatividade sindical, garantindo-lhe direito de voz, junto ao Estado; foi efetivada a construção de política pública de transporte, com a inclusão da modalidade alternativo; produziram-se, em efeito cascata, lutas semelhantes pela Região Metropolitana do Grande Recife, como Jaboatão, Camaragibe, Olinda e Paulista.

A essa altura, convém voltar à questão: Se a relação que os meios de comunicação travam com os movimentos de lutas sociais é uma relação de luta hegemônica, em que nível se dá essa luta? Em princípio, com vistas à localização da luta, diríamos que ela se dá ao nível da construção de subjetividades: em oposição clara, os meios de comunicação objetivam a construção da subjetividade do ajuste da sociedade, através da conformidade com o poder instituído, enquanto os movimentos sociais objetivam a subjetividade da

transformação da sociedade, através da conquista de novos poderes. Ajuste e transformação seriam os fatores das subjetividades oponentes.

Dessa forma, meios de comunicação e movimentos de lutas sociais, ao se relacionarem no âmbito da sociedade civil, desenvolvem uma luta que aponta na mesma direção: a construção de uma hegemonia. Para isso, utilizam uma estratégia que também aponta na mesma direção: a construção de subjetividades. O que os distancia é a teleologia e o modo operacional de construção da subjetividade. Se, para os meios de comunicação, o fim último a ser alcançado com a difusão de subjetividades é a sustentação, através do ajuste, do modelo vigente de sociedade, para os movimentos sociais, o fim último é a mudança do modelo de sociedade. Na hora de operacionalizar a estratégia da subjetividade, enquanto os meios de comunicação se dirigem às massas, ofertando um tipo de sociedade já pronto, os movimentos sociais evidenciam coletividades com necessidades específicas que, para serem satisfeitas, implicam a transformação gradual e permanente das relações em sociedade.

3. Características da Relação entre os Meios de Comunicação e os Movimentos de Lutas Sociais

A relação que os meios de comunicação estabelecem com os movimentos de lutas sociais não acontece por acaso. Trata-se de um movimento histórico, ou seja, corresponde a um fato que se origina no centro das relações sociais, como fruto dessas relações. Por isso, deve ser considerada e caracterizada a partir das condições que a determinam. Uma vez especificadas tais condições, será possível identificar a forma da relação, a materialização dessa forma de relação e a equidistância do ponto de chegada que se coloca para os dois: meios de comunicação e movimentos de lutas sociais.

Anteriormente, situamos os meios de comunicação e os movimentos de lutas sociais no âmbito da sociedade civil. Aí, os dois interagem, motivados pela busca da satisfação de necessidades diversificadas, através de ações também diversificadas na forma do que Gramsci chamou de “correlações de forças”. A diversificação das necessidades e das ações determinam as condições nas quais os meios de comunicação e os movimentos de lutas sociais produzem as relações em sociedade. A fim de satisfazer suas necessidades específicas, os dois, meios de comunicação e movimentos de lutas sociais lutam por alguma forma de poder. Como essa forma de poder é distinta, tanto os meios de comunicação como os movimentos de lutas sociais assumem a iniciativa de produzir relações que, em sociedade, são capazes de lhes viabilizar a chegada ao poder.

Durante a luta pela Legalização do Transporte Alternativo, em Recife, de um lado, os meios de comunicação externaram a necessidade de se manter a ordem na sociedade, para que as relações sociais viabilizassem a sua legitimação social e, por consequência, a sua sustentação. De outro lado, os condutores do transporte alternativo externaram a necessidade de mudar a ordem estabelecida, para que as relações sociais viabilizassem a sustentação de seus postos de trabalho. Dessa forma, conclui-se que as necessidades diferenciadas e a busca de sua satisfação transformaram-se em condições para que novas relações se produzissem no âmbito da sociedade civil. Assim, as relações produzidas a partir da necessidade de sustentar postos de trabalho evoluíram para o despertar e para a solução de necessidades como a reordenação da malha viária da cidade do Recife e, posteriormente, da malha viária de alguns interiores de Pernambuco, através da concepção e da elaboração de política pública de transporte coletivo. Daí, depreendemos

que, uma vez produzidas as relações em sociedade, a partir de determinadas condições, novas relações se transformarão em novas condições de produção para uma outra sucessividade de relações. Para exemplificar, basta considerar que das relações em sociedade produzidas pelo Movimento pela Legalização do Transporte Alternativo advieram outras relações, como ampliação da interatividade inter-sindical; discussão, com direito a voz, de políticas públicas de transporte coletivo municipais; reconhecimento público pela imprensa da importância do transporte alternativo.

É evidente que tais transformações não são espontâneas, frutos do acaso; pelo contrário, são processuais, isto é, integram um processo de desenvolvimento demarcado por determinantes históricos. Por essa razão, afirmamos que a relação que os meios de comunicação estabelecem com os movimentos de lutas sociais caracteriza-se, também, como um movimento histórico de lutas e, por essa razão, marcado pela continuidade.

Durante o Movimento pela Legalização do Transporte Alternativo, em Recife, a paralisação do transporte coletivo foi apenas um momento da luta. Embora corresponda ao momento único de uma relação direta com a população, a paralisação deve ser compreendida como uma estratégia, primeiro, para dar visibilidade, midiática ou não, à questão e segundo, mover o Estado para uma arbitragem imediata da luta, capaz de viabilizar o reconhecimento da classe dos trabalhadores do transporte alternativo e, conseqüentemente, reordenar, oficialmente, a distribuição dessa esfera de trabalho.

A caminhada conduzida nessa direção representou a luta desenvolvida pela conquista de uma forma de poder, o que para Gramsci seria o desenvolvimento de uma “guerra de posição”. Se, para os condutores do transporte alternativo, o poder trabalhar já significara uma posição social conquistada, a oficialização dessa forma de trabalho pela Prefeitura da Cidade do Recife, mesmo burocraticamente estruturada, representou o reconhecimento de um novo segmento de classe trabalhadora. Com o término da paralisação, aparentemente, a luta estava terminada. Entretanto, a sua continuidade se evidenciou pelos desdobramentos, a nível do Estado e a nível da representação sindical. Enquanto o Estado se viu forçado a sentar à mesa de discussão e negociação, a rever a distribuição da malha viária do transporte coletivo, a discutir e a estruturar política pública relacionada ao setor e a gerir a fiscalização de sua execução, a representação sindical dos condutores alternativos buscava o fortalecimento de suas conquistas de poder, através da interação com outras representações sindicais da classe, localizadas em interiores de Pernambuco, e, em âmbito

mais largo, através da interação com movimentos e sindicatos, em escala regional e em escala nacional, convém observar, uma interação facilitada pela utilização da tecnologia do celular e da internet, para difundir formas de luta, conquistas e novas estratégias de ação. Se, no início da luta – durante as ameaças de paralisação do transporte coletivo e durante a sua paralisação efetiva – toda a visibilidade do fato ficou por conta dos sistemas de informação (no caso específico deste construto teórico, por conta dos jornais Diário de Pernambuco e do Jornal do Commercio), com a continuidade da luta, a visibilidade alcançou certa independência, ao ser difundida, também, pela internet, desta vez, em páginas específicas de outros movimentos de lutas sociais.

Ao atingir o segundo estágio da luta – fenômeno da estatização, via encampamento da gestão do fato social pela Prefeitura da Cidade do Recife – o Movimento pela Legalização do Transporte Alternativo passou a ser tratado com outro tom pelos jornais Diário de Pernambuco e Jornal do Commercio: enquanto, no início da luta, as matérias falavam em baderna, prejuízos à população, falta de respeito à lei, fraqueza de autoridades, agora, a abordagem do movimento está centrada sobre as ações da Prefeitura da Cidade do Recife. O deslocamento do foco da informação não significa que a luta chegou ao fim. Apenas os meios de comunicação transferiram a vontade de querer poder dos condutores do transporte alternativo para o Estado, na representação da Prefeitura. Trata-se de uma estratégia de ação: enquanto o Movimento pela Legalização do Transporte Alternativo está voltado para a validação e fortificação de suas conquistas, através da difusão e da troca de experiências, junto a seus pares, os meios de comunicação estão empenhados em fazer valer a importância da figura do Estado, através de informações que o difundem como o articulador maior da ordenação social. Isso corresponde ao contínuo da luta, ao nível de construção de subjetividades. Segundo Gramsci, é um momento significativo da luta: através do processo da luta, meios de comunicação e movimentos de lutas sociais tornam mais evidente a diversidade de suas intenções e de suas ações estratégicas. Esse distanciamento, por si só, já representa uma forma de consciência em torno das relações que se estabelecem em sociedade e, por isso mesmo, a luta adquire um caráter educativo e, necessariamente, um caráter de permanência.

Depois de considerar que a relação que os meios de comunicação e os movimentos de lutas sociais estabelecem entre si, na sua gênese, é determinada pelas relações de produção e, por isso mesmo, constitui uma luta processual histórica; que essa luta, por ser processual, é caracterizada como um contínuo de dimensões conscientizadoras e, por isso mesmo, de dimensões educativas, resta saber o que move e alimenta essa luta.

Em princípio, diríamos são as necessidades demandadas pelas relações de produção em sociedade. Como exemplo, a paralização do transporte coletivo, em Recife, no ano de 2002, por condutores do transporte alternativo – kombis e vans – justificando, entre outras, a necessidade de salvaguardar o próprio espaço de trabalho.

Uma análise mais acurada do acontecimento sugere que essa necessidade, embora se justifique como fator de imediatismo do fato, ela está respaldada por uma outra necessidade mais aquém, a necessidade de querer poder. No caso, desenvolve-se, ainda que de modo inconsciente, a vontade de querer poder mudar as coordenadas do sistema social. Não resta dúvida de que essa vontade é individual e, na hora de efetivar-se a sua concretude, ela esbarra diante da oponência de interesses, entre outros, de uma organização de caráter corporativo, a organização dos meios de comunicação. Aí, então, a saída é desenvolver estratégias de ação também coletivas. Nessa hora, as aspirações de caráter individual agrupam-se e se transformam em aspirações de caráter coletivo, capazes de sustentar lutas também coletivas. Uma vez efetivada a luta coletiva e conquistadas as aspirações de poder mudar o curso de segmentos da sociedade, o sentido da luta coletiva se fortalece e se sobrepõe ao sentido da luta individual. Isso não significa a abolição da individualidade, pelo contrário, é uma forma de articulação entre o individual e o coletivo que Michel Vakaloulis (2005) chama de individualismo “igualibertário”, ... “uma tendência fundamental da ação coletiva contemporânea”³¹ Por conseguinte, ainda que se admita ser essa vontade uma aspiração individual, a sua legitimação diante da sociedade exige ações coletivas. Por essa razão, na hora de dar concretude às aspirações individuais, utilizam-se estratégias de ação cuja identidade maior é o movimento do coletivo.

O movimento do coletivo não é espontâneo, pelo contrário, é processual: origina-se como estratégia de luta e desenvolve-se dentro da própria luta. O seu desenvolvimento

³¹ “... o individualismo no seio dos movimentos sociais (incluindo o movimento sindical), longe de ser “possessivo”, é na verdade um individualismo igualibertário. Se seu objetivo continua sendo o livre uso da vontade individual, deve expressar-se na realização da liberdade de todos e de cada um.” Michel Vakaloulis, “Antagonismo Social e Ação Coletiva”, in *Pensamento Crítico e Movimentos Sociais*, São Paulo, SP, Cortez Editora, 2005, p.138.

corresponde ao crescimento da sua importância como forma de relação em sociedade: Agora, as relações de luta não são individuais, mas coletivas. O reconhecimento desse estágio, nas relações em sociedade significa o atingimento de um grau de conscientização: a consciência da necessidade de lutar coletivamente por interesses coletivizados.

Convém observar que o reconhecimento do coletivo como forma de luta estratégica por determinado poder não é exclusividade dos movimentos de lutas sociais. Os meios de comunicação, ao agirem na modalidade de corporação, pressupõem, também, o coletivo como a base estrutural de sustentação do poder. Isso significa que, quer se considere a construção de um poder de sustentação da sociedade vigente, como a necessidade maior dos meios de comunicação, quer se considere a construção do poder de transformação da sociedade, como a necessidade maior dos movimentos de lutas sociais, ambas pressupõem a consciência da importância do coletivo como uma necessidade estratégica.

Assim, a relação que os meios de comunicação e os movimentos de lutas sociais estabelecem entre si é uma relação movida pela presença do coletivo. Pelo seu contínuo, durante a relação, e pelo papel que exerce, enquanto elemento estratégico, o coletivo leva a relação a se identificar com a busca de uma determinada forma de poder, cuja concretude se expressa no movimento do coletivo como uma necessidade estratégica de operatividade permanente.

Pelo fato de expressar-se como um contínuo de operatividade, esse coletivo transforma-se numa filosofia de vida, envolvendo diferentes segmentos da sociedade civil. Não se trata de um fenômeno natural, massivo, no sentido de padronização de consciência, mas de uma conduta do movimento de luta, sustentado ao nível de sociedade civil. Pensar o contrário seria tratar as ações coletivas como um milagre, ao invés de tratá-las como uma “possibilidade estrutural”. Além do mais, o movimento do coletivo como filosofia de vida não significa a simples universalização dos movimentos coletivos específicos, ou seja, a construção de um único paradigma de movimento coletivo. Salvaguardadas as especificidades de cada movimento, o que pode vir a acontecer é a instituição de consenso ou consensos para a construção de bandeiras de luta para a satisfação de necessidades comuns.

Mais do que uma simples estratégia de ação, o movimento do coletivo representa uma filosofia de vida capaz de mover a relação que os meios de comunicação e os movimentos de lutas sociais estabelecem entre si. Na condição de elemento motor de uma

determinada relação, esse coletivo, por sua vez, funciona alimentado por uma outra força: a vontade de querer poder construir uma hegemonia. Dessa forma, a hegemonia se torna um elemento alimentador da relação.

xxx

O Coletivo, enquanto forma de organização e de desenvolvimento, move a relação que os meios de comunicação e os movimentos de lutas sociais estabelecem entre si. Logicamente, o coletivo que move os meios de comunicação não é o mesmo que move os movimentos de lutas sociais. O coletivo incorpora identidades e formas de desenvolvimento distintas, segundo as necessidades históricas. Castell (2005: 89) observa que as reformas empreendidas, nas décadas de 80 e 90, no âmbito das instituições, como do surgimento empresarial, no sentido de aprofundar a lógica capitalista de busca de lucro, mesmo em detrimento da proteção social e das normas de interesse público, só foram possíveis graças à inovação tecnológica no campo da informação. Chega a afirmar que “sem a nova tecnologia da informação, o capitalismo global teria sido uma realidade muito limitada”. Essa identidade e essa forma de desenvolvimento caracterizam uma determinada coletividade, mas não, todos os segmentos da sociedade civil. Assim como existe um coletivo que se identifica incorporando e apoiando a lógica anterior, existe um outro coletivo que, segundo o próprio Castell, se identifica pela “recusa da lógica unilateral de dominação estrutural”. Convém observar que a recusa dessa lógica não significa a recusa das inovações tecnológicas. Os movimentos de lutas sociais foram capazes de perceber que o uso das potencialidades da tecnologia da comunicação, através da internet, não teria que ser uma exclusividade dos movimentos do capitalismo global: “a lógica do funcionamento de redes, cujo símbolo é a Internet, tornou-se aplicável a todos os tipos de atividades, a todos os contextos e a todos os locais que pudessem ser conectados eletronicamente”.

Uma vez admitido que o coletivo incorpora identidades e formas de desenvolvimento distintas, agora, podemos falar em coletivos (no plural). Nesses coletivos, a identidade e a forma de desenvolvimento incorporadas correspondem a formas de poder que buscam efetivar. No contexto da relação que os meios de comunicação estabelecem com os movimentos de lutas sociais, os dois se identificam como coletivos cuja distinção maior reside na forma de poder a ser efetivada – pelos meios de comunicação, a

sustentação do modelo de sociedade vigente; pelos movimentos sociais, a mudança desse modelo. O fato de integrarem a sociedade civil não significa que meios de comunicação e movimentos de lutas sociais compõem um coletivo maior, de características universalizantes, homogeneizadoras. Pensar dessa forma seria negar à sociedade civil a dinâmica da “correlação de forças” observada por Gramsci.

Mesmo no contexto de adoção de novas tecnologias, não se deve pensar em unificação de poderes. A incorporação de novas tecnologias não passa de uma ação estratégica; jamais se confundirá como uma teleologia. O fato de, em Recife, o Movimento pela Legalização do Transporte Alternativo ser também difundido por outras instituições, através da Internet, representou um aumento de seu próprio poder, uma vez que a difusão de informações capazes de construir imagens positivas do Movimento só fizera crescer a sua legitimação diante da sociedade e a sua conseqüente afirmação no âmbito da sociedade civil.

Já deixamos claro, anteriormente, que meios de comunicação e movimentos de lutas sociais, respectivamente, nem conservam nem mudam a sociedade, mas trabalham essa conservação ou essa mudança, através da construção estratégica de subjetividades, com o apoio, inclusive, da transformação tecnológica. Trata-se de um trabalho de oponência, contínuo, em resposta à conjuntura de sociedade, cujos resultados são traduzidos em formas de poder estabelecidas. O que se pretende com essa subjetividade é a construção de poderes, em função da obtenção de uma hegemonia, “ou seja, direção política fundada no consenso, capacitando-se assim, para a conquista e o exercício efetivo do poder governamental” (Coutinho, 2000: 170-171). Daí, entendermos a hegemonia como algo construído, ocupando espaço³² específico.

xxx

Uma vez caracterizada a relação que os meios de comunicação e os movimentos de lutas sociais travam entre si como uma relação de luta, processual, histórica, continuada, movida por coletivos que agem no sistema de “correlação de forças”, alimentados pela

³² Não falamos em “lugar de construção da relação hegemônica”, mas em “espaço de construção”. Assim o fizemos, para evitar a identificação do termo espaço com a simples conotação topográfica.

busca de formas de poder que os conduzam à efetivação da hegemonia³³, julgamos importante especificar as condições que viabilizam o processo dessa hegemonia.

Em primeiro lugar, o entendimento da Hegemonia: não se trata de um fenômeno espontâneo, mas de um fenômeno requerido e construído. Requerido porque corresponde à necessidade de querer – da parte dos meios de comunicação – continuar uma determinada forma de poder, ou seja, a manipulação da informação, a fim de construir subjetividades, a bem dos interesses de uma determinada classe. Requerido, também, porque corresponde à necessidade de querer – da parte dos movimentos sociais – mudar as condições de subalternidade impostas pelo modelo da sociedade vigente.

Em contrapartida, a satisfação da necessidade de poder continuar ou poder mudar as condições de existência de determinado modelo de sociedade não acontece por acaso, espontaneamente. Essa satisfação é fruto de um processo de construção, cuja dinâmica se identifica com uma luta continuada. Dessa forma, os meios de comunicação e os movimentos de lutas sociais, a fim de satisfazerem as próprias necessidades de condições de existência, relacionam-se entre si, desenvolvendo lutas continuadas e distintas. Considerando que tais lutas representam uma estratégia necessária para chegar a determinada forma de poder, concluímos por identificá-los como fenômenos não espontâneos.

Em segundo lugar, o fator de motivação na relação hegemônica: de saída, poderíamos identificar a luta como fator dessa motivação. Sem minorizar a sua importância no processo de construção da hegemonia, convém observar que a luta é apenas um elemento estratégico na construção da hegemonia que se estrutura e se direciona, conforme uma determinação teleológica. Assim, o fator de motivação da relação em questão ultrapassa o momento da luta e se identifica com a determinação teleológica: conservar ou mudar o modelo de sociedade.

Repassando o Movimento pela Legalização do Transporte Alternativo, em Recife, observamos que cada ação, cada momento experienciado durante o movimento funcionou como componente do processo de luta, ou seja da relação que se estabeleceu entre os integrantes do Movimento, os meios de comunicação e o Estado. Entretanto, essa ação e esse momento experienciados funcionaram, diretamente, como fator de motivação da luta e

³³ Hegemonia no sentido de “direção política fundada no consenso” (Coutinho, 2000: 170-171).

apenas indiretamente como fator de motivação da hegemonia. Antes da luta, existiu a vontade de querer mudar as relações de poder, em sociedade, expressa pelas exigências da parte do Sindicato dos condutores do transporte alternativo de participação das negociações com a Associação dos Empresários de Ônibus, com o Estado, representado pela Prefeitura da Cidade do Recife – PCR, e pelo reconhecimento oficial do profissional do transporte alternativo, garantindo-lhe postos de trabalho. Considerando que a luta, mesmo continuada, é apenas uma estratégia para chegar à hegemonia, o fator de motivação da relação hegemônica desenvolvida ou em desenvolvimento deverá ser pesquisado ao nível de um determinante teleológico.

Em terceiro lugar, o sujeito ou os sujeitos da determinação teleológica: na relação que os meios de comunicação e os movimentos de lutas sociais desenvolvem entre si, a efetivação de determinado modelo de sociedade corresponde a um fim a ser atingido e, por essa razão, desenvolvem lutas diversificadas que correspondem a estratégias diferenciadas pelo sentido e pela forma de operacionalizar a luta. A pergunta que se coloca é quem determina o sentido e a opção por essa especificidade de luta. Em princípio, a resposta parece ser óbvia: no caso, os meios de comunicação e os movimentos de lutas sociais. Embora esses dois sujeitos sejam focados, ao longo desse construto, como o centro de uma relação, convém observar que, enquanto integrantes de um processo de luta, eles não estão isolados. Eles estabelecem relações paralelas com contextos que os estruturam e lhes dão dinamismo. Haja vista, no caso da luta pela Legalização do Transporte Alternativo em Pernambuco, registramos a presença também do Estado, da Associação das Empresas de Ônibus e de outros segmentos da sociedade civil. Por conseguinte, isolar os meios de comunicação e os movimentos de lutas sociais como os únicos sujeitos capazes de dar sentido à luta e capazes de conduzir estratégias para efetivar a relação que estabelecem entre si parece equivocado.

Gramsci observou que, na sociedade civil, os grupos sociais e ou instituições relacionam-se entre si na condição de “aparelhos privados de hegemonia”, agindo na forma de “correlação de forças”. Isso significa que cada grupo social ou cada instituição, nas relações em sociedade, está sempre à conquista de determinadas formas de poder cuja força se mede pela amplitude do consenso que consegue efetivar. Esse consenso é direcionado pela satisfação ou realização de necessidades o mais coletivas possível. Para atingir esse consenso, tanto os meios de comunicação como os movimentos sociais,

extrapolando os limites de suas especificidades, procuram expressar necessidades comuns à classe na qual se inserem. No caso do Movimento pela Legalização do Transporte Alternativo, em Recife, enquanto os meios de comunicação conduziram a informação de tal modo a satisfazer às aspirações do universo midiático, em escala menor, e às aspirações de manutenção da sociedade vigente, em escala maior, o Movimento pela Legalização do Transporte Alternativo conduziu as suas ações – inicialmente, no âmbito da paralização, e, posteriormente, no âmbito burocrático – no sentido de alguma mudança no modelo do transporte alternativo de Recife, com extensão às áreas urbanas.

Por último, o lugar de construção da hegemonia: uma vez identificada como um processo de luta consensual, conduzido por indivíduos que se distinguem segundo o pertencimento a uma determinada classe, orientados por uma linha teleológica diversa, a hegemonia se constrói no espaço da Sociedade Civil.

Embora se distinga da Sociedade Econômica e da Sociedade Política, esse tipo de sociedade, a Sociedade Civil, não representa o restante dos indivíduos, generalizadamente ou indistintamente caracterizados. Pelo contrário, ela representa o conjunto de grupos e instituições que, de modo diversificado, expressam funções e papéis na organização da sociedade. Gramsci³⁴ observou que, afora as diferenças, os integrantes da Sociedade Civil conservam algo em comum: o exercício do poder. Por essa razão, ele os nominalizou de “aparelhos privados de hegemonia”. Dessa identificação não escapam nem os meios de comunicação nem os movimentos de lutas sociais. Já dissemos, anteriormente, que os dois, meios de comunicação e movimentos de lutas sociais, se ocupam com a construção de subjetividades, próprias do seu campo de interesse, objetivando a conquista de poderes. Como tais conquistas são fruto de uma luta diferenciada e são motivadas por caminhos teleológicos diversificados, a relação que os meios de comunicação e os movimentos sociais estabelecem entre si não são de aproximação, pelo contrário, são de distanciamento. Para Gramsci, trata-se de uma “correlação de forças” que se desenrola no âmbito da Sociedade Civil, dada a condição de “aparelhos privados de hegemonia”.

Se os meios de comunicação e os movimentos de lutas sociais expressam o seu “modus vivendi” como um processo continuado de luta por formas de poder que os podem levar à hegemonia, assim o fazem na condição de “aparelhos privados de hegemonia”, vivenciando uma “correlação de forças”, exatamente, no campo da Sociedade Civil. Essa

³⁴ Cadernos do Cárcere

condição torna-se determinante para a função e para o papel social que os dois, meios de comunicação e movimentos de lutas sociais, exercem, no âmbito da Sociedade Civil. A função³⁵, enquanto vivência do dia-a-dia, expressa-se no cotidiano das lutas permanentes, que Gramsci nominalizou de “guerra de posição”. Por sua vez, o papel social³⁶, enquanto tradução do que significam as lutas cotidianas para sociedade, expressa-se pela teleologia da luta – ajuste ou mudança da sociedade – o que Gramsci nominalizou de “guerra de movimento”. Assim, tanto os meios de comunicação como os movimentos de lutas sociais desenvolvem, no âmbito da Sociedade Civil, uma “guerra de posição”, no momento em que lutam por formas de poder; e uma “guerra de movimento”, no momento em que lutam pela conservação da forma de poder. O que os distingue é a função e o papel social determinantes da “guerra de posição” ou da “guerra de movimento”. Se os meios de comunicação desenvolvem a função de lutar por necessidades que satisfazem ao bloco corporativo econômico, do qual fazem parte, por sua vez, os movimentos de lutas sociais desenvolvem a função de lutar por necessidades que satisfazem, de modo consensual, a uma coletividade maior. Por outro lado, se os meios de comunicação procuram levar a efeito o papel social de apoio ao ajuste da sociedade, os movimentos de lutas sociais procuram levar a efeito o papel social de mudança do modelo de sociedade.

Dessa forma, a relação que os meios de comunicação e os movimentos de lutas sociais estabelecem entre si é uma relação de luta, continuada, que se processa no âmbito da sociedade civil, determinada por funções específicas e papéis sociais pré-determinados de modo coletivo e consensual.

³⁵ “Função”: entendida pelo aspecto pragmático: o fazer do dia-a-dia

³⁶ Papel social: entendido pelo aspecto filosófico: o que representa para a sociedade

4. Mediações das Relações entre os Meios de Comunicação e os Movimentos de Lutas Sociais

Neste construto teórico, trataremos as mediações como elementos que, mais do que possibilitar, eles potencializam uma relação. Isso significa que a relação que se estabelece entre meios de comunicação e movimentos de lutas sociais é mediada por algo construído e não, por algo decorrente de uma evolução natural. Nessa perspectiva, entre outras, abordaremos apenas as mediações relacionadas com a origem dos movimentos de lutas sociais, com as configurações contemporâneas da relação, na forma do conflito e na forma do coletivo, enquanto possibilidade estrutural, e as mediações relacionadas com o desenvolvimento tecnológico.

xxx

A origem dos movimentos de lutas sociais está atrelada às necessidades desses movimentos. Tais necessidades podem ser caracterizadas como simplesmente de subsistência ou então, como expressão de um crescente amadurecimento político. Em relação às necessidades de subsistência, está em jogo a vida; em relação às necessidades de amadurecimento político, está em jogo a vida do humano. Embora não se queira estabelecer prioridades ou determinar seqüências de ação, convém lembrar que a base material é a condição para se chegar ao estágio da consciência política. Nesse sentido, a busca da satisfação dos dois estágios de necessidades constituem um imperativo capaz de justificar a existência dos movimentos de lutas sociais: eles existem porque precisam de lutar, permanentemente, primeiro, pela própria subsistência e, depois, pela sua efetivação como humanos. Essas duas condições – a necessidade da luta pela subsistência e a necessidade da luta pela efetivação do humano – uma vez admitidas, são o suficiente para caracterizar a ação desses movimentos como um fenômeno nada evolutivo, nada espontâneo, mas como uma ação de origem histórico-processual. Essa caracterização não anula ou elimina as subjetividades do indivíduo; pelo contrário, ela as reúne e as organiza como expressão de uma coletividade. É evidente que essa coletividade não se trata de um mero aglomerado de necessidades. E se a coletividade é fruto de um consenso que busca reunir as necessidades dos indivíduos em propostas coletivas, a partir de momentos às

vezes litigiosos, daí a ação dos movimentos de lutas sociais ser uma ação que, além de origem histórico-processual, é de caráter dialético-histórico, isto é, uma ação que se constrói, a partir das necessidades próprias da identidade subjetiva.

Por conseguinte, relacionadas à origem dos movimentos de lutas sociais duas mediações se evidenciam: a subsistência e a efetivação do humano. Essas duas necessidades se colocam para esses movimentos como determinantes responsáveis por uma ação processual que se estrutura e se organiza, a partir de diversidades subjetivas. Logicamente, essa ação processual assume configurações que variam segundo as condições materiais da sociedade. Dentre essas configurações, convém evidenciar a presença do conflito e a presença do coletivo.

xxx

Na relação que os meios de comunicação e os movimentos de lutas sociais estabelecem entre si, o que salta aos olhos é, por um lado, a condição de produtor de informação e, por outro lado, a condição de objeto da informação. Não deixa de ser uma visão tecnológica da relação, que reduz a luta social ao fato de noticiar e ser noticiado. Assim sendo, universaliza-se a informação como o determinante maior da comunicação e se esquecem as mediações que, em última análise, são capazes de caracterizar a citada relação.

Na configuração contemporânea da relação, duas mediações se evidenciam: o conflito e o coletivo. O conflito, aqui, não deverá ser entendido simplesmente como embate físico, mas, como antagonismo ideológico: visão diferenciada de mundo, de homem, de organização social. O mundo é construído; não evolui, desenvolve-se, conforme a intervenção dos humanos. O Homem sempre será o sujeito, jamais o objeto da organização da sociedade. Por sua vez, a sociedade deverá ser organizada segundo a satisfação das necessidades coletivas, primeiro, de subsistência, depois, de efetivação do humano.

Se tais concepções são capazes de nortear as ações dos movimentos de lutas sociais, com os meios de comunicação não acontece o mesmo. Pelo fato de se estruturarem e de se organizarem como empresas mercantis, o objetivo último dos meios de comunicação é o lucro. A construção do mundo e o seu desenvolvimento estão creditados exclusivamente

nos potenciais da tecnologia. A sociedade, estruturada no modo mercantil, só carece de ajustes para a sobrevivência do capital. Qualquer concessão à satisfação de necessidades coletivas corresponde a uma decisão estratégica, com fins à fortificação da hegemonia empresarial. Nesse contexto, o Homem sempre será o objeto, jamais o sujeito da organização da sociedade.

Nesse sentido, depois de confrontadas as visões de mundo, de Homem e de sociedade, concluímos que meios de comunicação e movimentos de lutas sociais não são simplesmente diferentes, mas antagônicos. Esse antagonismo não só estrutura, mas caracteriza a forma do conflito que se expressa na contemporaneidade, entre os dois. Assim, o conflito entendido dessa maneira, como expressão do antagonismo ideológico, constitui uma das formas contemporâneas de mediação, capaz de explicar a relação meios de comunicação versus movimentos de lutas sociais.

Convém observar que o conflito, nessa perspectiva, não é uma propriedade do indivíduo isoladamente, mas de uma coletividade: aqui, ele, o conflito, é determinado por interesses de uma coletividade e passa a ser determinante de certo modelo de sociedade. Por essa razão, paralelamente ao conflito, enquanto forma contemporânea de mediação, evidencia-se a presença do coletivo. O coletivo, nesse contexto, tanto caracteriza a ação conflitante – um conflito coletivo – como dá sustentação à efetivação desse conflito, isto é, a participação na efetivação do conflito, ao invés de individual, é tipicamente coletiva. De repente, o coletivo transformou-se num “modus vivendi”, como um paradigma de solução para todos os segmentos da sociedade, constituindo, inclusive, uma nova forma de cultura. Haja vista os próprios meios de comunicação priorizarem o coletivo sobre o individual, nas fases de entendimento, compreensão, planejamento, execução e avaliação de suas intervenções, no que diz respeito à persuasão do receptor. Para os meios de comunicação, a recepção da informação, hoje, é planejada, executada e avaliada, segundo identidades mais coletivas que individuais. É evidente que essa opção não significa a anulação do conflito e a extinção do antagonismo ideológico entre meios de comunicação e movimentos de lutas sociais. Para os dois atores, a opção por ações coletivas representa apenas uma estratégia de ação, viabilizada por um contexto de cultura, a cultura do coletivo. Isso não anula o antagonismo existente entre eles, caracterizado pela diversidade de subjetividade coletiva a ser construída por cada um.

XXX

A abordagem da tecnologia tende à simples consideração de equipamentos e/ou equipamentação. De imediato, é estabelecida uma relação de causa e efeitos entre os equipamentos e o usuário, terminando por evidenciar o poder da tecnologia. Uma relação assim entendida pressupõe a tecnologia como algo que independe da sociedade, isto é, um fenômeno que, em vez de se integrar à sociedade, superpõe-se a ela. Segundo Simondon,³⁷ isso corresponde ao desconhecimento da natureza e da essência da “machine”, o que resulta “na mais forte alienação no mundo contemporâneo”.

Uma outra abordagem da tecnologia, sem desmerecer a importância da equipamentação, considera essa tecnologia como elemento integrante da cultura e, por conseguinte, constitutivo da relação social.

O desenvolvimento tecnológico não só facilitou o crescimento das relações de produção e reprodução em sociedade, mas permitiu, a partir da tecnologia específica da comunicação em rede, a reorganização da sociedade na forma de ações coletivas ampliadas. Entre a organização da sociedade na forma de ações individuais e a sua reorganização na forma de ações coletivas, situa-se uma nova forma de cultura, onde a tecnologia passou da condição de uma simples determinante de uma dada cultura para a condição de integrante dessa cultura. Aqui, as relações de produção e reprodução da sociedade na forma do coletivo, mais que um simples fenômeno comportamental, representa um novo paradigma de relações em sociedade. Nessa abordagem, a hegemonia da tecnologia se desloca da equipamentação para a modalidade do coletivo, enquanto motor das novas relações em sociedade.

Agora, é possível entender porque, nas relações que os meios de comunicação estabelecem com os movimentos de lutas sociais, se, de um lado, existe o conflito, de outro, existe também, a necessidade de valorizar a tecnologia como integrante de nova modalidade de cultura. Por essa razão, os movimentos de lutas sociais procuram apropriar-se do uso de novas tecnologias de comunicação, ou como detentores da posse de equipamentos, ou como aproveitadores dos espaços que lhes são permitidos na rede

³⁷ Simondon, Gilbert. 1969: 8. *Du Mode D'existence des Objets Techniques*. Aubier Éditions: “La plus forte cause d’aliénation dans le monde contemporain réside dans cette méconnaissance de La machine, qui n’est pas une aliénation causée par la machine, mais par la non-connaissance de sa nature e de son essence, par son absence du monde des significations, e par son omission dans la table des valeurs et des concepts faisant partie de la culture.”

convencional de comunicação, institucionalizada como comercial ou não comercial. Essa conduta, mais que uma simples possibilidade gerada pelo desenvolvimento da equipamentação, representa algo potencializado a partir da incorporação da tecnologia como um valor de cultura. Percebida por esse ângulo, ao invés de uma simples cooptação, a relação que os meios de comunicação e os movimentos de lutas sociais estabelecem entre si corresponde a uma necessidade não simplesmente de subsistência, mas, também, de efetivação do humano.

5. Conclusão

Observando a cobertura jornalística realizada pelo Diário de Pernambuco e pelo Jornal do Commercio, em torno do Movimento pela Legalização do Transporte Alternativo, em Recife, nos anos 2001 a 2003, chamou-nos a atenção os dois jornais trabalharem a difusão dos fatos com a mesma abordagem: os dois jornais abordaram a luta do movimento de modo aparente, ora como interesse do condutor do transporte alternativo, ora como interesse dos proprietários desse tipo de transporte; expressando uma conduta sempre tutorial, os dois jornais, através da informação, evidenciaram a cultura da ordem instituída, em oposição à cultura da nova ordem (a ser instituída); por outro lado, enquanto os meios de comunicação foram identificados pelo empenho na sustentação da hegemonia, os movimentos sociais foram caracterizados como expressão da luta por uma nova ordem na sociedade; Em relação à cobertura da condução da luta, os dois jornais mantiveram a mesma postura: um primeiro momento com informações relativas à deflagração, à extensão e às conseqüências da paralisação e um segundo momento com informações relativas à burocratização da luta. Chamou-nos ainda a atenção o fato de os dois jornais priorizarem, enquanto difusão, os mesmos integrantes da luta, o modo de condução da luta e, com suposta imparcialidade, defenderem, conjuntamente, as mesmas concepções de estrutura e de organização social e a importância da regulação social, através das instituições de poder.

Paralelamente ao contexto dos meios de comunicação, a suposta justificativa para o movimento pela legalização do transporte alternativo em Recife: os jornais difundiram a paralisação do transporte coletivo, conduzida pelos condutores do transporte alternativo, sob a bandeira de defesa de postos de trabalho; de outro lado, estavam os proprietários dos coletivos alternativos dando aval à movimentação porque tinham interesse na divisão do direito à exploração do lucro com o transporte coletivo, até então, oficializada para os proprietários de empresas de ônibus. O que inicialmente foi apresentado pelos meios de comunicação como a luta do trabalhador por necessidades de subsistência, revelou-se, mais tarde, na instância burocrática, como a luta do capital pelo capital.

A postura dos jornais Diário de Pernambuco e Jornal do Commercio, durante a cobertura do movimento pela legalização do transporte alternativo, em Recife, tende a ser

considerada como natural dos meios de comunicação em relação aos movimentos sociais e, em vez de antagonismo, ainda é expressa com aparente cordialidade.

Para entender o processo dessa relação, partimos do pressuposto de que “toda realidade é construída socialmente”.³⁸ Daí, a necessidade de tratar os movimentos de lutas sociais e os meios de comunicação como realidade social processual, isto é, uma realidade socialmente construída.

A percepção e o entendimento dessa realidade são determinados ou por uma abordagem que considera a relação meios de comunicação versus movimentos de lutas sociais como fenômeno da difusão, ou por uma abordagem que considera a relação como movimento histórico.

Abordada enquanto fenômeno de difusão, a relação meios de comunicação versus movimentos de lutas sociais termina por supervalorizar a tecnologia, ao ponto de colocá-la acima do processo de relações na sociedade civil, podendo até direcioná-lo.

Abordada enquanto movimento histórico, essa relação é considerada como uma das relações em sociedade cuja explicação se assenta em uma reconstrução permanente de realidade, alavancada por aqueles que interagem no espaço da sociedade civil, não como determinante, mas como determinação das relações em sociedade. Nessa perspectiva, a tecnologia da informação aparece como uma potencialidade não exclusiva dos meios de comunicação, podendo servir a outros segmentos da sociedade civil. Por essa razão, os movimentos de lutas sociais buscam apropriar-se da tecnologia da informação como condição para efetivação de suas necessidades de difusão e de comunicação.

Na consideração da relação que os meios de comunicação estabelecem com os movimentos de lutas sociais, quer se aborde a relação como um fenômeno de difusão, quer se aborde a relação como um movimento histórico, ambas as abordagens sinalizam teleologias e estratégias diferenciadas, o que já configura um contexto de oponências e de superação de oponências. Isso já é o suficiente para caracterizar a relação entre os dois como uma luta hegemônica. Essa relação de oponência teleológica se caracteriza não como algo natural, mas como algo construído, através de lutas que apresentam um sentido constante: para os meios de comunicação, a conservação e/ou o ajuste do modelo vigente se sociedade; para os movimentos sociais, a mudança desse modelo. Exatamente por conta

³⁸ Berger, Peter L. e Luckmann, Thomas. *A Construção Social da Realidade – Tratado de Sociologia do Conhecimento*. 1995. RJ, Petrópolis; Editora Vozes.

da não conformidade com esse conservadorismo, os movimentos de lutas sociais, na condição de integrantes da sociedade civil, desenvolvem lutas permanentes que, por estimularem o surgimento de novas lutas particularizadas, assumem, segundo Gramsci, o caráter de “conscientizadoras” e, por isso mesmo, o caráter de “educativas”.

Convém observar que, na relação meios de comunicação versus movimentos de lutas sociais, a luta continuada é uma estratégia educativa, desenvolvida pelo coletivo e não, pelo indivíduo. Nesse contexto, o coletivo se evidencia de tal modo que, mais que um simples somatório de individualidades, ele representa a motivação das relações em sociedade, chegando a se tornar uma necessidade estratégica para a construção da hegemonia, incorporando identidade e formas de desenvolvimento distintas. Por essa razão, na relação em estudo, meios de comunicação e movimentos de lutas sociais se identificam como coletivos que se distinguem pela forma de poder a ser efetivada. Cada um constrói a sua forma de poder, utilizando-se da difusão de subjetividades específicas, mas consensuais, segundo a própria teleologia.

Essa relação não acontece por acaso; ela é potencializada por: mediações que dizem respeito à origem dos movimentos sociais, mui especificamente, as necessidades de subsistência e as necessidades de efetivação do humano, através da consciência política; mediações que dizem respeito à configuração contemporânea, ou seja, a presença permanente do conflito, enquanto antagonismo ideológico, e a efetivação do coletivo, enquanto “modus vivendi”, como paradigma de soluções para os segmentos de sociedade; mediações relacionadas com a tecnologia, enquanto elemento integrante da cultura.

Por conseguinte, a relação que os meios de comunicação e os movimentos de lutas sociais estabelecem entre si é uma relação de luta continuada, que se processa no âmbito da sociedade civil, segundo a forma de “correlação de forças”. Deve ser abordada como um movimento histórico, isto é, um fato que se origina no centro das relações sociais, movido por coletivos que agem alimentados pela busca de formas de poder capazes de os conduzir à efetivação da hegemonia.

Referências Bibliográficas:

“Base de um Programa para a Democratização da Comunicação no Brasil”. **Documento-Base do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação**. Salvador, Brasil, 1994. <http://www.facom.ufba.br>. Acesso em: 20/03/2008.

BERGER, Peter L. e LUCKMANN, Thomas. **A Construção Social da Realidade: Tratado de Sociologia do Conhecimento**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.

BERGER, Christa. **Campos em Confronto: Jornalismo e Movimentos Sociais**. 2006. <http://brasil.indigmedia.org>. Acesso em: 20/11/2008.

BOBBIO, Norberto. **Estudos sobre Hegel: Direito, Sociedade Civil, Estado**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995.

CASTELLS, Manuel. **Cidade, Democracia e Socialismo**. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

CAVALCANTE, Margarete Pereira. **Hegemonia e Formação da Vontade Coletiva**. I Jornada de Estudos Antônio Gramsci. PPGSS/GEPE/NEPPS – UFPE, 2007.

CORCUFF, Philippe. **As Novas Sociologias: Construções da Realidade Social**. São Paulo: EDUSC, 2001.

CORREIA, João Carlos. **A Teoria da Comunicação Social de Alfred Schutz**. Portugal, Lisboa: Livros Horizonte Ltda., 2005.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci**. Porto Alegre: LePm Editores, 2000.

DIAS, Edmundo Fernandes. **Gramsci em Turim: A Construção do Conceito de Hegemonia**. São Paulo: Xamã Editora, 2000.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

GOHN, Maria da Glória (org.). **Movimentos Sociais no Início do Século XXI: Antigos e Novos Atores Sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

-----, **Movimentos Sociais e Educação**. São Paulo: Cortez Editora, 1999.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Vol. 1: Introdução ao Estudo da Filosofia. A Filosofia de Benedito Croce. Edição Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

-----, **Cadernos do Cárcere**. Vol. 2: Os Intelectuais. O Princípio Educativo. Jornalismo. Edição Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

-----, **Cadernos do Cárcere**. Vol.3: Notas sobre o Estado e a Política. Edição Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

-----, **Cadernos do Cárcere**. Vol. 4: Temas de Cultura. Ação Católica. Americanismo e Fordismo. Edição Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

-----, **Cadernos do Cárcere**. Vol. 5: O Risorgimento. Notas sobre a História da Itália. Edição Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.

-----, **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno** (trad. Luiz Mario Gazzaneo). Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A. 1980.

GRUPPI, Luciano. **O Conceito de Hegemonia em Gramsci**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

KUNSCH, Margarida Maria Krohling e DENCKER, Ada de Freitas Maneti. **Produção Científica Brasileira em Comunicação na Década de 1980**. Portcom – Intercom, ECA-USP, CNPQ. 1997.

KOFLER, Leo. **Conversando com Lukács**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

LÊNIN, Vladimir Ilich. **La Información de Clase**. Buenos Aires: Editores S.A., 1972.

LUXEMBURGO, Rosa. **Greve de Massas, Partido e Sindicatos**. São Paulo: Kairós Livraria e Editora Ltda. 1979.

MAMANI, Héran Armando. **Alternativa, Informal, Irregular ou Ilegal? O Campo de Lutas dos Transportes Públicos**. <http://bibliotecavirtual.CLACSO.org.ar/ar/libros/rural>. Acesso em: 30/11/2008.

MARX e ENGELS. **Manifesto do Partido Comunista 1948**. Porto Alegre: L&PM, 2006.

MARX, Karl. **Sociedade e Mudanças Sociais**. (edição e introdução de Neil Smelser). Liosboa: Edições 70, 1973.

-----, **Miséria da Filosofia: resposta à “Filosofia da Miséria” de Pierre Joseph Proudhon**. São Paulo: Grijalbo Ltda. 1976.

MELLO, Alex Fiuza de. **Mundialização e Política em Gramsci**. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

MONTALBÁN, Manuel Vásquez. **Chegou a Hora da Sociedade Civil**. Le Monde Diplomatique, dezembro de 1999. (Entrevista Realizada com o Subcomandante Marcos, líder Zapatista). <http://diplo.uol.com.br/imprima1602>. Acesso em: 29/01/2008.

MOURIAUX, René e BEROUD, Sophie. **“Para uma definição do conceito de movimento social”**. In: LEHER, Roberto e SETÚBAL, Mariana (org.) Pág. 159 – Pensamento Crítico e Diálogos para uma Nova Praxis. São Paulo: Cortêz Editora, 2005.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. **Estado e Sociedade: Novos Padrões de Relacionamento?** 2006. www.cjf.gov.br/revista/seriemon04.htm. Acesso em: 20/07/2008.

PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação e Serviço Social: Um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo Serviço Social**. São Paulo: Cortez Editora, 2002.

RAMOS, Maria Helena Rauta (org.). **Metamorfoses Sociais e Políticas Urbanas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

ROSANVALLON, P. **La Nouvelle Question Sociale**. Repenser l'État Providence. Paris: Seuil, 1995.

PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação e Serviço Social: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo Serviço Social**. São Paulo: Cortez Editora, 2002.

SCHUTZ, Alfred. **El problema de la realidad social**. Escritos I. Buenos Aires: Amorrortur, 2003.,

SEMERARO, Giovanni. **Gramsci e a Sociedade Civil**. Petrópolis: Vozes, 1999.

SIMIONATTO, Ivete. **Gramsci. Sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social**. São Paulo: Cortez Editora, 2004.

SIMONDON, Gilbert. **De Mode d'Existence des Objets Techniques**. Paris: Aubier – Montaigne, 1969.

TISCHLER, Sergio. **A Forma Classe e os Movimentos Sociais na América Latina**. in: LEHER, Roberto e SETÚBAL, Mariana (org.). 116-125. **Pensamento Crítico e Movimentos Sociais: Diálogos para uma Nova Praxis**. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

VAKALOULIS, Michel. **Antagonismo Social e Ação Coletiva**. in: LEHER, Roberto e SETÚBAL, Mariana (org.). 126-140. **Pensamento Crítico e Movimentos Sociais: Diálogos para uma Nova Praxis**. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

WAINBERG,_____. **“Estado da Arte da Pesquisa em Jornalismo no Brasil – 1983 a 1987”**. ITERCOM 2003. www.itercom.org.br.

WARSCHAUER, Mark. **Tecnologia e Inclusão Social. A Exclusão Digital em debate**. São Paulo: Editora Senac, 2006.

WEFFORT, FC. (org.). **Os Clássicos da Política**. São Paulo: Ed. Ática, 1998.

ZIBECHI, Raul. **Os Movimentos Sociais Latino-Americanos: Tendências e Desafios.** in: LEHER, Roberto e SETÚBAL, Mariana (org.). 198-206. *Pensamento Crítico e Movimentos Sociais: Diálogos para uma Nova Praxis.* São Paulo: Cortez Editora, 2005.

ANEXOS

Anexo I

IMPrensa3

<http://www.amabv.hpg.ig.com.br/imprensa3.html>

*****[voltar](#)*****
Jornal do Comercio 10/10 Cidades *2001*

→ **TRANSPORTE ALTERNATIVO**

Vetado projeto para lotações

Projeto de lei do vereador Clóvis Corrêa havia sido aprovado na Câmara há um mês. Prefeito quer regulamentar alternativos como transporte complementar

Como já era esperado, o prefeito João Paulo (PT) vetou na íntegra o projeto de lei de autoria do vereador Clóvis Corrêa (sem partido), que regulamenta o transporte alternativo no Recife. O anúncio foi feito ontem à tarde, em seu gabinete, diante de alguns representantes de sindicatos e associações de kombis e lotações. O veto do prefeito será comunicado oficialmente hoje à Câmara de Vereadores.

Anexado ao veto, João Paulo encaminhará aos vereadores um projeto de lei regulamentando o transporte alternativo como transporte complementar. A

proposta do prefeito é que vereadores, prefeitura e representantes da categoria tenham um prazo de 120 dias para esmiuçar esse projeto, estabelecendo normas e funcionamento do transporte complementar.

"Temos certeza que tomamos a decisão mais sábia para a cidade. Isso foi fruto de uma decisão coletiva", justificou o prefeito. João Paulo também elogiou a iniciativa de Clóvis Corrêa em transformar em debate político um assunto importante. "Vamos tentar resolver a questão do transporte complementar na cidade, considerando os estudos realizados pela UFPE e EMTU", acrescentou. "Pretendemos elaborar uma nova proposta levando em conta a questão metropolitana", ressaltou. O prefeito reforçou também que, mesmo com o veto, dará continuidade às reuniões com representantes de sindicatos de kombis, vans e lotações e de empresários do setor.

O secretário de Assuntos Jurídicos da prefeitura, Maurício Rands, comentou que o projeto a ser encaminhado pelo prefeito será "sintético, reconhecendo, apenas, o transporte complementar na cidade". Rands ressaltou, também, que a prefeitura teve duas razões para se posicionar a favor do veto. "Primeiro: trata-se de uma disciplina do serviço público, que só poderia ser proposta por um chefe do poder executivo", explicou. "A outra razão é que o projeto cria atribuições a um órgão público do poder executivo", completou. Segundo o Rands, as medidas ferem os incisos IV e V da Lei Orgânica do Município.

O secretário de Serviços Públicos, José Ailton de Lima, afirmou que não poderia adiantar ainda quais as propostas da prefeitura para solucionar o problema do transporte alternativo. De acordo com ele, essas propostas não estão fechadas e ainda serão discutidas. José Ailton adiantou, no entanto, que o transporte complementar vai levar em consideração o funcionamento dos ônibus e metrô da cidade. As kombis, por exemplo, deverão atuar em determinadas linhas e atingir bairros onde os ônibus não circulam.

Je

TRANSPORTE ALTERNATIVO II

EMTU vai propor regulamentação para a metrópole

A proposta que será apresentada na reunião do CMTU prevê que as Kombis, bestas e vans funcionem de forma complementar aos ônibus

A Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos (EMTU) já tem pronta uma outra proposta de regulamentação do transporte alternativo para os municípios da região metropolitana além da que está sendo elaborada pela Prefeitura do Recife. O projeto será apresentado, na próxima semana, durante a reunião do Conselho Metropolitano de Transportes Urbanos (CMTU).

De acordo com a proposta da EMTU, as kombis, bestas e vans não poderão mais concorrer com o transporte convencional, conforme já defende o prefeito João Paulo. "A idéia é que o transporte alternativo funcione de forma complementar aos ônibus, ou seja, que não haja um choque entre as duas frotas, como ocorre atualmente", aponta o presidente da EMTU, Evandro Avelar.

Para isso, exemplifica Avelar, cada prefeitura terá de definir o número de veículos que circularão pela cidade a partir de critérios técnicos. Dentre eles, a realização de um levantamento da quantidade de pessoas que usam os dois tipos de transporte. "Também terão de ser determinados os tipos de veículos que farão o transporte", acrescenta.

Segundo faz questão de ressaltar o presidente da EMTU, o modelo de regulamentação do transporte será sugerido e não imposto aos municípios. "É evidente que a regulamentação é uma prerrogativa de cada prefeitura. Estamos dispostos a orientar as prefeituras que queiram executar seus próprios projetos", enfatiza Evandro Avelar. Só resta saber se a proposta da EMTU irá de encontro ao projeto do prefeito João Paulo.

"O veto e a regulamentação é uma decisão do Governo, e não nossa. Nós defendemos é que a legalização do setor respeite a autonomia de cada uma das cidades do Grande Recife, sob uma visão metropolitana, como já vinha sendo discutido", afirma Evandro Avelar. O que, para ele, seria inviável com a aprovação do projeto do vereador Clóvis Correa, ocorrida mês passado.

"Se a regulamentação do transporte no Recife for discutida de forma articulada com as outras prefeituras, acredito que não haverá problema algum", opina Avelar.

*****coltar

Jornal do Commercio 11/10 Cidades

TRANSPORTE I

Projeto municipaliza trânsito

O texto, que substitui o projeto de Clóvis Corrêa vetado por João Paulo, reconhece as lotações como transporte complementar e habilita PCR a gerir o sistema

O prefeito João Paulo enviou, ontem, à Câmara Municipal do Recife, o Projeto de Lei nº 028/2001, definindo o regime jurídico do Sistema de Transportes Municipal do Recife. Com isso, as lotações que circulam na cidade de forma irregular serão reconhecidas pela prefeitura como transporte complementar, caso a proposta seja aprovada pela Câmara. O projeto também habilita o município, diretamente ou por intermédio de outra entidade administrativa, a ser o gestor do sistema. Trata-se do primeiro passo para o processo de municipalização do trânsito do Recife.

A proposta da prefeitura é um substitutivo ao projeto de autoria do vereador Clóvis Corrêa (sem partido), vetado por João Paulo, que propunha a regulamentação do transporte alternativo na cidade. A PCR alegava que o projeto do vereador apresentava falhas graves e era inconstitucional.

Uma das novidades do projeto da prefeitura encaminhado à Câmara é a criação das modalidades de transporte público do Recife. Fazem parte do sistema os ônibus, lotações, táxis e até o transporte hidroviário. Fretamento, bicicletas, veículos de tração animal, além do transporte escolar, funeral e de turismo também são citados no projeto como componentes do sistema.

Anexada ao projeto de lei também está uma tabela com valores de multas que poderiam ser aplicadas em caso de infrações cometidas por condutores dos transportes complementares. Discordando do projeto do vereador Clóvis Corrêa, que deixava a cargo dos sindicatos a seleção das lotações que poderiam circular na cidade, a prefeitura propõe que esse processo seja feito por licitação.

O projeto apresentado pelo prefeito, no entanto, ainda não estabelece a quantidade de Kombis e vans que poderá circular no Recife. Muito menos determina quais os locais em que as lotações irão atuar. De acordo com João Paulo, isso só deverá ser fechado em 120 dias, durante a regulamentação do projeto. "Essa proposta define as categorias de transporte na cidade. A competência da regulamentação do transporte complementar é do Poder Executivo. Agora, a Câmara vai apreciar o projeto da prefeitura e poderá sugerir emendas", explicou o secretário-adjunto de Assuntos Jurídicos da PCR, Bruno Ariosto.

Ele informou, também, que os valores das multas e penalidades propostos pela prefeitura poderão sofrer modificações na Câmara Municipal. "Tivemos que anexar essa tabela porque, pela Lei Orgânica do Município, não é permitido estabelecer ou criar multas por meio de decretos. Só por lei aprovada pela Câmara"

TRANSPORTE II

CTTU vai administrar o sistema

De acordo com o projeto de lei enviado à Câmara dos Vereadores pela PCR, a companhia terá poder de fiscalizar, planejar, organizar e controlar custos

Caso o projeto de lei da prefeitura seja aprovado pela Câmara Municipal, a Companhia de Trânsito e Transporte Urbano do Recife (CTTU) será a gestora do Sistema de Transportes Municipal da cidade. Terá poder para fiscalizar, planejar, organizar e controlar custos do transporte público de passageiros no Recife.

Segundo o presidente da CTTU, Ivan Cunha, a companhia também controlará a circulação de ônibus dentro do município, atualmente gerida pela EMTU. A construção e manutenção de abrigos e terminais dos coletivos ficarão a cargo da CTTU. "O transporte complementar (vans e Kombis) não irá concorrer com os ônibus", frisou.

Na avaliação de Cunha, o projeto de lei da prefeitura e o proposto pelo vereador Clóvis Corrêa (sem partido) têm o mesmo objetivo, mas utilizam meios diferentes. "O vereador apenas reconhecia o transporte alternativo. A prefeitura, baseando-se em levantamentos e estudos preliminares, reconhece diferenças entre o transporte convencional e o complementar. A idéia do poder público é ofertar à população um tipo de transporte de qualidade", ressaltou Cunha.

REJEIÇÃO - Antes mesmo de receber o projeto de regulamentação, o vereador Clóvis Corrêa se mostrou disposto a lutar pela derrubada do veto do prefeito João Paulo. "Case o projeto não seja consistente, vou propor imediatamente aos vereadores a rejeição ao veto", ameaçou Corrêa. Seu recelo, segundo diz, é que o projeto seja falho e não atenda a todas as categorias envolvidas no transporte alternativo.

"O substitutivo que ele me enviou, na véspera da votação na Câmara, não dizia coisa com coisa. Tratava o transporte alternativo, por exemplo, como veículo diferenciado. O que isso quer dizer? No meu entendimento, não significa nada. Pode ser uma carroça ou um carro de mão", critica Corrêa, que também é presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Municipal do Recife.

Caso o veto do prefeito seja rejeitado realmente pelo Legislativo, o projeto, aprovado por unanimidade pelos parlamentares (com 30 votos favoráveis) no mês passado, torna-se lei. "É claro que vamos analisar a proposta da prefeitura. Se ela for boa, nós aceitaremos. Mas não vamos nos submeter a nada", afirma o vereador. Clóvis Corrêa irá analisar hoje o projeto enviado por João Paulo.

Anexo II

Pernambuco.com - Diário

http://www.pernambuco.com/diario/2001/09/03/politica_01.htm

PERNAMBUCO.COM

Diário de Pernambuco | TV Guararapes | Rádio Caetés FM | Rádio Clube

Últimas | Esportes | Diversão | Tecnologia | Turismo | Comunidade | Chat | Cupido | Signos | Quem Somos

Edição de Segunda-Feira, 3 de Setembro de 2001

DIÁRIO DE PERNAMBUCO

Início → Diário de Pernambuco → Política → Câmara regula transporte alternativo



Cadernos

Política
Brasil
Mundo
Economia
Esportes
Vida Urbana
Viver

Suplementos

Revista na TV
Empregos
Viver Mulher
Viagem
Informática
Saúde
Carro
Imóveis

Serviços

Assinaturas e Renovações

Expediente

Edições
Anteriores do
Diário de
Pernambuco

Política**Câmara regula transporte alternativo****Vereadores do Recife votam hoje projeto que pode reduzir à metade o número de kombis e vans**

A Câmara Municipal do Recife vota hoje o projeto que trata de um dos problemas mais polêmicos da cidade: a regulamentação do transporte alternativo. A votação do projeto de lei, de autoria do vereador Clóvis Correia (sem partido), está marcada para as 9h. Se aprovada a lei promoverá sérias mudanças no sistema de transporte informal da cidade. Atualmente, a Região Metropolitana do Recife (RMR) tem uma frota de 7 mil veículos operando com o transporte remunerado de passageiros.

A intenção do projeto, segundo Clóvis Correia, é ordenar o transporte alternativo que hoje desafia a própria organização da cidade. Os veículos alternativos disputam o já apertado espaço físico das ruas do Recife, com 2,6 mil ônibus e com a frota de 545 mil carros de passeio. O projeto prevê a criação de licenças no total de 40% da frota de ônibus, resultando na criação de 1.040 vagas para vans.

A matemática, no entanto, mostra que o problema não é tão fácil de ser resolvido. Somente no Recife existem aproximadamente 3 mil veículos operando linhas alternativas. O percentual previsto no projeto deixa de fora mais da metade dessa frota. "Tenho consciência de que não podemos agradar a todos. O mais importante é dar o primeiro passo para regulamentar o sistema. Do jeito que está é que não pode ficar", disse o vereador Clóvis Correia, que vem atuando nos bastidores da Câmara para aprovar o projeto.

Um dos pontos mais polêmicos do projeto, na avaliação de alguns profissionais do setor, é o que confere apenas ao proprietário do veículo o direito de ser o motorista, com direito a um suplente. "Afirmo sem medo de errar que 70% dos kombis são motoristas e dirigem para o dono do carro", afirma Joel Pereira, motorista (e proprietário) há sete anos. "Quem bagunça o serviço é justamente essa pessoa que tem três ou mais carros e nem sequer dirige. A nossa idéia é beneficiar o pai de família que tem apenas seu próprio carro", disse Clóvis Correia.

O projeto prevê, ainda, que todos os carros sejam equipados com rádio-transmissores, que seriam interligados a uma central gerida pela Prefeitura do Recife. O equipamento custa em média R\$ 1,5 mil para cada automóvel e, segundo vereador, esse valor seria financiado em seis anos. Caso a lei seja aprovada, o transporte alternativo também passará a

Leia Mais...

Sindicato quer lotar plenário



Imprima esta página



Envie esta página por e-mail



Comente esta notícia

recolher impostos. Cada titular deverá contribuir com 50 Ufirs mensais, a título de ISS (Serviço Sobre Serviços).

A votação do projeto de lei, que prevê a regulamentação do transporte alternativo, deverá movimentar a sessão de hoje na Câmara. O vereador Clóvis Correia se encarregou de mobilizar os kombeiros, distribuindo panfletos com a categoria.



[Publicidade](#) [Privacidade](#) [Fale conosco](#) [Sua Opinião](#)



Copyright 2001 - Pernambuco.com

Todos os direitos reservados.
É proibida a reprodução parcial ou total do conteúdo
desta página sem a prévia autorização.
diario@dpnet.com.br



Anexo III

Pernambuco.com - Diário

http://www.pernambuco.com/diario/2002/07/17/urbana1_0.html**PERNAMBUCO.COM**

Diário de Pernambuco

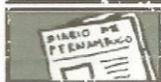
TV Guararapes

Rádio Caetés FM

Rádio Clube

Últimas | Esportes | Diversão | Tecnologia | Turismo | Comunidade | Chat | Cupido | Signos | Quem Somos

Edição de Quarta-Feira, 17 de Julho de 2002

DIÁRIO DE PERNAMBUCO[Início](#) → [Diário de Pernambuco](#) → [Vida Urbana](#) → Kombeiros podem levar trânsito ao caos hoje

Diário

[Índice Geral](#)
[Expediente](#)
[Ed. Anteriores](#)
[Assinaturas](#)[Cadernos](#)[Política](#)
[Brasil](#)
[Mundo](#)
[Economia](#)
[Esportes](#)
[Vida Urbana](#)
[Viver](#)[Suplementos](#)[Revista na TV](#)
[Empregos](#)
[Viver Mulher](#)
[Viagem](#)
[Informática](#)
[Saúde](#)
[Carro](#)
[Imóveis](#)[Serviços](#)[Loterias](#)**Vida Urbana****Kombeiros podem levar trânsito ao caos hoje****Parte da categoria promete fechar principais acessos ao Recife**

O trânsito poderá ter um dia de caos hoje no Centro do Recife e nas principais vias de acesso à Capital pernambucana. Dois movimentos distintos, organizados por duas facções da categoria do transporte alternativo, prometem dar trabalho à polícia e engarrafar pelo menos 14 corredores de tráfego da Região Metropolitana do Recife (RMR). O Sindicato dos Kombeiros (SindKombi) prepara manifestação, às 8h, em frente ao Centro de Convenções, em Peixinhos, mas o presidente da entidade, Amaury Soares, diz que não haverá fechamento de vias. Já a Associação dos Transportadores Alternativos de Pernambuco (Atap), liderada por José Nery da Costa, prepara o bloqueio das entradas do Recife e não descarta o risco de confronto com a PM. A classe reivindica a regulamentação desse tipo de transporte e a liberação para circular no Recife.

Para Amaury Soares, a responsabilidade por danos e possíveis cenas de violência será da EMTU. "A EMTU está incentivando a violência quando interrompe as negociações e impede as kombis de circularem no Recife. Eles não podem querer acabar de uma hora para a outra com o transporte alternativo", acredita Soares. De acordo com ele, duas assembléias gerais da categoria, ocorridas ontem à tarde, referendaram o movimento de hoje. "Os kombeiros estão eufóricos e todos estão dispostos a entrar para valer. Se o Governo não quiser negociar, não poderei me responsabilizar pela categoria, que está para tudo", alerta Soares. Do Centro de Convenções, os kombeiros pretendem seguir para a frente do Palácio do Campo das Princesas.

MANIFESTAÇÃO - O presidente da Atap, José Nery, destaca que a manifestação deles será separada do SindKombi. "Não aceitamos a fiscalização e as multas pela entrada no Recife. Vamos fechar a cidade e forçar a negociação", enfatizou Nery. Ele revela que as kombis e vans farão bloqueios no Janga, Paulista, Abreu e Lima, Camaragibe, São Lourenço da Mata, Caxangá, Jaboatão dos Guararapes e ao longo da rodovia PE-15. "Depois seguiremos em comboio para a concentração no parque 13 de Maio, de onde uma comissão irá ao palácio fazer as reivindicações ao governador", explicou.

Os kombeiros, explica Nery, querem a criação do

Leia Mais...**Esquema preventivo**

Imprima esta página



Envie esta página por e-mail



Comente esta notícia

Departamento de Transportes Alternativos de Pernambuco, anistia das multas aplicadas por transporte ilegal remunerado, isenção de impostos para compra de carros novos e a permissão para circular no Recife. "Estamos preparando uma manifestação que repercute junto à sociedade e às autoridades, porque o transporte alternativo emprega atualmente 200 mil pessoas em todo o Estado".



[Publicidade](#) [Privacidade](#) [Fale conosco](#) [Sua Opinião](#)



Copyright 2001 - Pernambuco.com
Todos os direitos reservados.
É proibida a reprodução parcial ou total do conteúdo desta página sem a prévia autorização.
diario@dpnet.com.br

Anexo IV

PERNAMBUCO.COM - DIÁRIO

http://www.pernambuco.com/diario/2002/12/25/urbana10_0.html

[Últimas](#) | [Esportes](#) | [Diversão](#) | [Tecnologia](#) | [Turismo](#) | [Comunidade](#) | [Chat](#) | [Cupido](#) | [Signos](#) | [Quem Somos](#)

Edição de Quarta-Feira, 25 de Dezembro de 2002

DIÁRIO DE
PERNAMBUCO
[Início](#) → [Diário de Pernambuco](#) → [Vida Urbana](#) → **CIDADE SEM LEI**

Vida Urbana

CIDADE SEM LEI



Diário

[Índice Geral](#)
[Expediente](#)
[Ed. Anteriores](#)
[Assinaturas](#)

Cadernos

[Política](#)
[Brasil](#)
[Mundo](#)
[Economia](#)
[Esportes](#)
[Vida Urbana](#)
[Viver](#)

Suplementos

[Revista na TV](#)
[Empregos](#)
[Viver Mulher](#)
[Viagem](#)
[Informática](#)
[Saúde](#)
[Carro](#)
[Imóveis](#)

Serviços

Loterias

Condutores de veículos usados no transporte alternativo conseguem diariamente cometer várias afrontas contra o Código Brasileiro de Trânsito, atrapalhando tráfego

Excesso de velocidade e de passageiros dentro dos carros, negligência quanto ao uso do cinto de segurança, paradas irregulares, atraso no licenciamento, excesso de multas, direção perigosa. Infrações previstas pelo Código Brasileiro de Trânsito que podem ser observadas diariamente no trânsito e verificadas nos registros do Detran, só que com um detalhe: com uma incidência maior entre os motoristas do transporte alternativo. Eles conseguem a proeza de a todo instante infringir as leis de trânsito nos mais variados aspectos.

Poucas categorias profissionais se enquadram tanto no perfil de transgressores das leis impostas aos condutores de veículos quanto os trabalhadores do transporte alternativo, confirmando-lhes o título de inimigos número um dos motoristas comuns. Estima-se que cerca de 4,5 mil pessoas, divididas em 2,1 mil veículos, circulem diariamente pelas ruas do Recife.

Os kombeiros representam 90% dos maiores infratores do Estado, de acordo com dados do Detran. Alguns veículos chegam a acumular R\$ 40 mil em débitos - valor com o qual seria possível adquirir duas kombis. As multas mais frequentes atribuídas aos motoristas do transporte alternativo são relativas à falta de licenciamento e ao embarque e desembarque de passageiros em locais proibidos.

Em vários pontos do Recife há locais onde a concentração de kombis e congêneres comentendo todo tipo de infrações torna o tráfego ainda mais complicado. Na Avenida Domingos Ferreira, em Boa Viagem e bem em frente à delegacia local, funciona o mais movimentado ponto de embarque e desembarque de passageiros da Zona Sul. No horário de pico, os veículos do transporte alternativo se espremem entre ônibus e demais veículos, tornando ainda mais lento o fluxo local. "Não sou contra o transporte alternativo, só não concordo com essa bagunça que eles fazem por aqui", diz o comerciante Nilson Ramos, afirmando que já viu pessoas serem atropeladas por kombeiros na Domingos Ferreira.

No final da Avenida Caxangá, nas imediações do viaduto da BR-101, a concentração de vans que circulam na direção do interior do Estado promove um festival de estacionamentos em fila dupla e em cima das calçadas.



Mas é no Centro do Recife que o problema se agrava. Nas ruas do Sol e Riachuelo, as kombis chegam a ter certa predominância sobre os ônibus, vide o número de veículos que passam se imiscuindo entre os coletivos, e por vezes tomando o lugar deles. Na rua do Sol, a adoção de uma faixa exclusiva para ônibus minimizou o problema. Minimizou, pois os kombeiros continuam embarcando e desembarcando passageiros enquanto o sinal está vermelho e pior: fazem da ponte Duarte Coelho um novo terminal.

A qualquer hora do dia é possível encontrar os motoristas e cobradores de vans tranquilamente oferecendo seus serviços - estacionados em plena ponte. Na rua do Riachuelo, as paradas de ônibus são invariavelmente tomadas pelos veículos que fazem transporte alternativo. Quem precisa tomar um coletivo do sistema regular tem que abrir seu caminho entre kombis, bestas, sprinters e afins.

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Transporte Alternativo do Recife (Sind-Recife), José Gonçalves, reconhece que ainda há excessos por parte dos kombeiros no que diz respeito às leis de trânsito, mas que a entidade está trabalhando para reverter essa imagem. "No próximo dia 15 de janeiro, faremos uma reunião com todos os associados, para começar um ciclo de oficinas sobre educação para o trânsito", diz. O kombeiro Alberto Santos, que circula na linha Caxangá/Boa Viagem, também admite que há colegas pouco (ou nada) sintonizados com as leis de trânsito, mas que a falta de uma regulamentação para a classe colabora para a existência da baderna. "Se houvesse um órgão específico para fiscalizar a coordenar o trabalho dos kombeiros, isso não aconteceria", acredita.

O projeto de regulamentação do transporte alternativo no Recife será apresentado dentro de 50 dias. Há pouco mais de uma semana, a Prefeitura conseguiu que a Câmara de Vereadores aprovasse o projeto de lei que cria o sistema de transportes em vários modais (terrestre, fluvial, ferroviário, etc). Agora, os técnicos da Companhia de Trânsito e Transporte Urbano (CTTU) estão finalizando um documento onde deverão estabelecer o número de veículos a serem utilizados e em quais linhas.

Comentários dos Leitores:

"Gostaria de saber, porque toda a sociedade e a imprensa tem o conhecimento de todo o roteiro dos kombeiros a suas atrocidades no transito, porem as autoridades competentes não sabem nem por onde fiscalizar, fica aí a pergunta so tem multa e fiscalização para sidadãos e alguns motoristas que as vezes esquece de botaro o sinto ou atendem o celular, são infrações tudo bem, mais andar com portas abertas, parar em locais proibidos, ter todos os pontos da carteira perdido e ainda ter um veiculo com multas que passam de R\$40,000 é brincadeira, nesses locais não se ve nem uma moto ou outro veiculo do bprtran, com a palavra sabe se la quem."

Frank Sinatra Souza, por e-mail

"uma pergunta? se existem tantas lotacoes clandestinas circulando com multas tao altas, por

que esses veículos não estão detidos no pátio do Detran? Se o cidadão comum corre esse risco ao andar com o carro irregular, que privilégio é esse com o transporte alternativo. Será que o foro privilegiado se estendeu dos políticos aos kombis?" **Carlos**, por e-mail



[Publicidade](#) [Privacidade](#) [Fale conosco](#) [Sua Opinião](#)



Copyright 2001 - Pernambuco.com

Todos os direitos reservados.

É proibida a reprodução parcial ou total do conteúdo desta página sem a prévia autorização.
diario@dpnet.com.br



Anexo V

Pernambuco.com - Diário

http://www.pernambuco.com/diario/2003/07/14/urbana1_0.html**PERNAMBUCO** **COM**

Diário de Pernambuco TV Guararapes Rádio Caetés FM Rádio Clube

Últimas | Esportes | Diversão | Tecnologia | Turismo | Comunidade | Chat | Cupido | Signos | Quem Somos

Edição de Segunda-Feira, 14 de Julho de 2003

DIÁRIO DE PERNAMBUCO[Início](#) [Diário de Pernambuco](#) [Vida Urbana](#) [Cidade fechada para kombis e vans](#)

Diário

Índice Geral
Expediente
Ed. Anteriores
Assinaturas

Cadernos

Política
Brasil
Mundo
Economia
Esportes
Vida Urbana
Viver

Suplementos

Revista na TV
Empregos
Viver Mulher
Viagem
Informática
Saúde
Carro
Imóveis

Serviços

Loterias

Vida Urbana**Cidade fechada para kombis e vans****Nove pontos de bloqueio foram montados para evitar o acesso dos veículos, mas categoria ameaça reagir**

A partir de hoje, as pessoas que costumam utilizar kombis e vans como meios de transporte terão que voltar a se habituar com os bancos ou corredores dos ônibus. Em nove pontos de bloqueio montados pela Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos (EMTU) e Companhia de Trânsito e Transporte Urbano (CTTU), com apoio do Batalhão de Policiamento do Trânsito (BPTran), nenhuma lotação terá autorização para chegar ao Centro Expandido do Recife. As duas entidades que representam os motoristas da categoria - SindKombi e SindRecife - fizeram assembleias no final de semana e prometem protestar contra a medida. A estratégia não foi anunciada. Nas últimas ações dos sindicatos, no entanto, foram registrados atos de violência e vandalismo.

O comandante do Policiamento da Região Metropolitana do Recife, coronel Paulo Carneiro, afirmou que o efetivo dos quartéis da Polícia Militar estará de prontidão para agir em caso de emergência. "Espero que o bom-senso prevaleça e que, se houver protesto, que seja de forma pacífica e respeitando o direito de ir e vir das pessoas", afirmou.

Os passageiros dos veículos barrados nos bloqueios situados nos bairros do Pina, Afogados, Madalena, Graças, Espinheiro, Campo Grande e Complexo de Salgadinho poderão continuar a viagem, gratuitamente, em um dos 22 ônibus das 11 linhas especiais que funcionarão das 6h às 19h. Para suprir o aumento de demanda no transporte convencional, a EMTU anunciou o reforço da frota com 152 ônibus, que farão 1.385 viagens a mais na Região Metropolitana do Recife.

A operação de cumprimento da lei municipal 16.856, que regulamenta o transporte complementar no Recife, vai contar com a participação de 144 funcionários da EMTU e 182 homens da Polícia Militar. Cada bloqueio deverá abrigar, em média, dois técnicos da EMTU, um agente de trânsito da CTTU e nove policiais militares.

O esquema de prontidão também inclui um guincho e uma viatura da PM. Sessenta placas de sinalização contendo trechos da nova legislação foram instaladas nas vias de acesso ao Centro Expandido do Recife. A partir de amanhã, as medidas tornam-se mais duras contra os kombaieiros. Os infratores terão os veículos

Leia Mais...**EMTU garante mais ônibus****Alternativos fazem pressão****Sindicatos articulam protestos**

Imprima esta página



Envie esta página por e-mail



Comente esta notícia

apreendidos e pagarão multa de R\$ 2 mil.

Ontem foi o último dia da campanha de orientação sobre a proibição do acesso de lotações ao Centro Expandido do Recife. No período das 6h às 12h, técnicos da EMTU e CTTU estiveram nos principais terminais de passageiros distribuindo folhetos divulgando a medida. Um bloqueio mudou de localização. Ao invés de ser instalado em Santo Amaro, na avenida Cruz Cabugá, o ponto foi deslocado para a avenida Agamenon Magalhães, na esquina com a rua Odorico Mendes. De acordo com a assessoria de imprensa da EMTU, o bloqueio no Complexo de Salgadinho tem condições de barrar as lotações que utilizam a avenida Cruz Cabugá como acesso ao Centro.

Comentários dos leitores

"Não sei quem está com a razão, o que sei é que algo ainda precisa ser mudado porque as vans, kombis, continuam atrapalhando o trânsito em determinados locais, como a Av. Domingos Ferreira. E quanto aos usuários que usavam o transporte alternativo para chegarem ao destino mais rápido e por um preço menor? Eu não consigo entender que vantagem essa mudança propiciou para os 'kombeiros' e para os usuários do transporte alternativo! Vamos estudar outras opções para melhorar!!! É um absurdo ter de pegar ônibus lotados, por FALTA DE OPÇÃO!", Karina Torres, por e-mail.

"Apesar de ter votado no PT e Jarbas, ainda afirmo que João Paulo e Jarbas estão fazendo uma má administração. Mas não devo deixar de dar meus parabéns para o PT e Jarbas nesse problema resolvido. A irresponsabilidade desses kombeiros é muito grande, colocando em risco o trânsito e a segurança das pessoas que usam esses transportes. Também não nego que será um problema para os pais de família trabalharem agora, mas devido a irresponsabilidade deles, achei correto a medida tomada pela prefeitura e pelo governo do estado. Tive dois problemas com kombeiros, o primeiro provocou um acidente numa viagem e o segundo bateu num carro de um parente meu, o qual estava dirigindo. Para as pessoas que só usam o transporte dos kombeiros, deixo meu recado, não vale a pena arriscar a vida usando esse transporte, são pais de família e às vezes não são tentando arrumar dinheiro para sobreviver, mas eles não são profissionais para fazer transporte de pessoas, cabe às empresas fazer esse serviço, usando um transporte mais seguro que o ônibus. Acho um absurdo o valor dessas passagens e a demora desse serviço, mas vale a pena usar esse serviço pela sua segurança. Posso até ser chato, mas estou dando minha opinião, o recifense tem que se acostumar, pois os kombeiros são rápidos no transporte, mas não oferecem a segurança que as empresas de ônibus dão ao passageiro.", Pedro, por e-mail.

1. Precisamos realmente de mais ônibus? Sim, óbvio!
2. Mas porque será que os empresários não os colocam, transformando todos em microônibus com ar?
3. Precisamos realmente do transporte

complementar? Sim obvio! Na falta dos Ônibus? Mas não da forma desorganizada e animalesca como trabalham os motoristas de kombis e Vans.

4. Será que o grande índice de desemprego que assola nosso país começou ontem? Obvio que não.

5. Quando se iniciou este movimento do transporte alternativo, porque o governante da época não tomou logo as devidas providencias para regularizar? E por falar em governante quem era mesmo o dito cujo? E muito cômodo descarregar a culpa no primeiro governante que toma a atitude que deveria ser tomada pelo governante da pergunta de n.º 5, de querer tentar organizar, mesmo que de forma não muito agradável aos olhos de todos porque sempre que se toma uma atitude destas muita gente vem a sofrer, porque se deixou criar o vicio - um dos piores males do ser humano. De certo que esta atitude já deveria ter sido tomada. Vocês não acham? Peço que todos os brasileiros, que reflitam e parem de só tomar atitudes mais enérgicas quando já estamos totalmente sufocados, milhões de pessoas estão morrendo todos os dias, nossos políticos fazem a céu aberto - e ainda publicam descaradamente na imprensa -, assembléias extraordinárias para em 3 (três) dias ganharem mais de 7000,00 (sete mil reais), alegando que não tiveram tempo para votarem esta ou aquela medida, falta de escolas, ruas que na prefeitura estão asfaltadas e na realidade nunca foram, verba palito, e tantas outras coisas que acredito seja do conhecimento de todos. Devemos sim brigar pela melhoria de nossas vidas, ate porque o dinheiro que rola na mão destes políticos e nosso.", João Carlos da Silva Cavalcanti, por e-mail.

"Acho que esta tudo errado, desde esta medida ou Lei implantada pela Prefeitura até a bagunça que os kombeiros fizeram. Acho que devia ter sido um planejamento para todos, pois existem motoristas pais de familia e pessoas responsáveis. Deveria ser regularizado de forma geral para todos, sabemos que 50% desses escolhidos será pessoas com Q.I de indicação do Sr. Prefeito. Voces já viram os termos de licitação para o transporte alternativo, vejam que absurdo. Sr. Prefeito junte-se com sua equipe novamente e renove seus conceltos, pois ja estam ultrapassados. E o Estado por sua vez em nome de Sr. Jarbas, veja o que pode melhorar mais para seu povo que ja é tão sofrido e desempregado e fôminto.", Mariana, por e-mail.

"A regulamentação do transporte urbano é um problema metropolitano. Muito estranha a atitude da Prefeitura do Recife. Que os kombeiros são uma poluição para o Recife, disso ninguém duvide. Outra coisa é utilizar o poder municipal com a cumplicidade do governo estadual para inviabilizar o transporte alternativo, um mal necessário para os que dependem de transporte coletivo. Por que não utilizar a lógica do mercado para resolver este problema? Colocando mais ônibus com melhor qualidade não seria uma forma justa de encontrar o ponto de equilíbrio em benefício da população assistida pelo transporte público? Desta vez prevaleceu a lógica do estado interventor. Os empresários de ônibus agradecem. Na próxima eleição não faltará ônibus pra transportar o eleitor. Em se tratando de uma prefeitura petista, fico espumando esperando a vez do PSTU.", Fernando Lucena, por e-mail.

"Isso é uma palhaçada da Prefeitura, João Paulo vai ser avaliado ano que vem e vai ver a sua repercussão principalmente no meio popular, junto as TRABALHADORES que apoiavam seu partido. Eu não faria nenhum comentário se Roberto Mag. ou Joaquim Fr. tomassem uma atitude dessas, mas vc João Paulo, privilegiando empresários de empresas de ônibus e deixando mais de 10.000 pessoas direta e indiretamente sem renda alguma. O que serão desses kombeiros sem renda? Depois não venham dizer que é culpa dos kombeiros.", Rafael Coelho, por e-mail.

"Nós que somos taxitas, ficamos dez anos aguardando esse medida. Parabéns prefeito!", Ricardo, por e-mail.

"Esta medida foi certa e corajosa, parabéns ao prefeito João Paulo e toda sua equipe. Nós não aguentávamos a desordem na nossa cidade.", Osvaldo, por e-mail.

"Estamos nas mãos de medidas desfavoráveis. É claro que não existirão ônibus para suprir a necessidade da população, sem falar no valor absurdo das passagens. Isso é um abuso.", Márcia, por e-mail.

"Apesar da falta de responsabilidade de muitos dos kombeiros, temos que admitir que muitos de nós recifense nos beneficiamos para se deslocar de um lugar a outro (faculdade, trabalho, etc...). As empresas de ônibus não são suficientes para atingir um número de pessoas que precisam sair de casa todos os dias. Precisamos dos kombeiros sim!!!!", Voto p os kombeiros, por e-mail.

"É uma vergonha esta parceria João Paulo e Jarbas, eliminando o transporte alternativo deixando vários pais de família desempregado. É uma decisão arbitrária e discriminatória, atendendo só a burguesia. Onde está o governo do povo feito pelo povo p/ atender o povo (trabalho, saúde, educação e segurança) agindo com coerência nos seus projetos.", Eliel, por e-mail.

"Temos que apoiar o poder público quando toma medidas que visam o bem estar da população e onde uma pequena parcela de pessoas quer se aproveitar, prejudicando milhares. Qualquer um percebe a anarquia e irresponsabilidade como são conduzidas estas 'kombis', que param em todo lugar e da forma que querem atrapalhando a todos e provocando a paralisação do tráfego. Consideram-se acima da lei. Não pode.", Gilberto Silva, por e-mail.

"Apesar de ter usado o transporte alternativo muitas vezes e de conhecer alguns kombeiros, achei a medida tomada pelo governo muito boa e a princípio eficaz, pois no dia de hoje o trânsito no sentido Água Fria/Madalena (por exemplo), estava tranquilo e com isso o acesso ao trabalho foi rápido ao contrário dos outros dias. Se continuar assim, o governo irá reconquistar a população e quem sabe até, fazer com que os outros problemas do Estado sejam deixados de lado, mas não esquecidos.", A.F.M., por e-mail.

"As kombis estão proibidas de rodar? Onde é que esse povo todo vai trabalhar? Sabe o que é que eu vou fazer? Vou comprar mais um cadeado, pois eu

mataria e roubaria mas não deixaria meu filho com fome, ou seja, faria tudo igual ao que políticos fazem: desviando nossas verbas, promovendo seus parentes à cargos que deveriam ser direcionados ao povo entre outras barbaridades que já estamos acostumados a ver diariamente. Votei em João Paulo, Dilson Peixoto, Fernando Ferro, Paulo Rubens, e Lula, entretanto tenho personalidade suficiente para admitir que alguns ora temem as forças contrárias, ora se enrolam todos com problemas banais. O que nos resta agora? A princípio, esperar os aumentos absurdos das passagens de ônibus.", Marcio Henrique, por e-mail.

"Fora kombeiros!!!!!!!!!!!!!!", kombeira, por e-mail.

"Esta medida já era há muito tempo esperada, porém, ela deveria vir acompanhada de um melhor planejamento dos impactos sociais sobre a sociedade, já que os governos estaduais e municipais mostram-se incompetentes nos quesitos: geração de empregos, segurança para população e qualidade de vida.", OAS, por e-mail.

"Isso é uma mentira, dizer que aumentou os ônibus. Vamos trabalhar honestamente, esse é o governo do PT. Vote neles o ano que vem para sermos mais mal tratados ainda.", Ely Silva, por e-mail.

"A verdade é que o sistema de transporte coletivo do Recife não funciona: terminais integrados de passageiros superlotados, viagens em ônibus cheios de gente e a demora entre uma viagem e a outra. Quero ver se as empresas de ônibus vão dar conta desses passageiros todos...", Ricardo, por e-mail.



[Publicidade](#) [Privacidade](#) [Fale conosco](#) [Sua Opinião](#)



PERNAMBUCO.COM

Copyright 2001 - Pernambuco.com
 Todos os direitos reservados.
 É proibida a reprodução parcial ou total do conteúdo
 desta página sem a prévia autorização.
diario@dpnet.com.br



ASSOCIADOS

Anexo VI

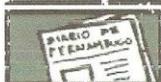
Pernambuco.com - Diário

http://www.pernambuco.com/diario/2003/06/27/urbana5_0.html

PERNAMBUCO . COM Diário de Pernambuco TV Guararapes Rádio Caetés FM Rádio Clube

Últimas | Esportes | Diversão | Tecnologia | Turismo | Comunidade | Chat | Cupido | Signos | Quem Somos

Edição de Sexta-Feira, 27 de Junho de 2003

DIÁRIO DE PERNAMBUCO[Início](#) → [Diário de Pernambuco](#) → [Vida Urbana](#) → [Cadastramento vai ser retomado](#)**Vida Urbana****Cadastramento vai ser retomado**

Diário

Índice Geral
Expediente
Ed. Anteriores
Assinaturas

Cadernos

Política
Brasil
Mundo
Economia
Esportes
Vida Urbana
Viver

Suplementos

Revista na TV
Empregos
Viver Mulher
Viagem
Informática
Saúde
Carro
Imóveis

Serviços

Loterias

KOMBEIROS

Será retomado amanhã o cadastramento dos kombeiros interessados em receber capacitação ou microcrédito para exercer outras atividades, em decorrência da perspectiva de desemprego na categoria com a regulamentação do transporte alternativo no Recife e Região Metropolitana. As inscrições serão realizadas neste sábado e domingo apenas na Agência do Trabalho do Recife, localizada no número 425 da rua da Aurora.

No primeiro final de semana de inscrições (dias 14 e 15 deste mês), 3.730 trabalhadores foram cadastrados e outros mil que não foram atendidos a tempo pegaram fichas numeradas para continuar o processo esta semana. Motoristas e cobradores de Kombi que ainda estiverem interessados devem levar documentos pessoais, como Identidade, CPF e carteira de trabalho. Os que tiverem, também devem levar a carteira de habilitação. Todos devem informar a placa do veículo no qual trabalham, qual a experiência profissional e que tipo de atividade se interessam por praticar.

Com este cadastramento, os kombeiros serão inscritos em um banco de oportunidades, podendo optar por receber capacitação para atuar no sistema de transporte por ônibus, que estima poder absorver até mil pessoas se a tendência de crescimento para o ano que vem se confirmar. O interessado também pode optar por capacitação para outro tipo de atividade ou solicitar microcrédito para abertura de pequeno negócio.



Imprima esta página



Envie esta página por e-mail



Comente esta notícia

[Publicidade](#) [Privacidade](#) [Fale conosco](#) [Sua Opinião](#)

PERNAMBUCO.COM

Copyright 2001 - Pernambuco.com

Todos os direitos reservados.

É proibida a reprodução parcial ou total do conteúdo desta página sem a prévia autorização.
diario@dpnet.com.br

ASSOCIADOS

Anexo VII

Pernambuco.com - Diário

http://www.pernambuco.com/diario/2003/08/08/urbana7_1.html

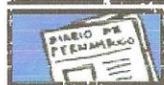
PERNAMBUCO.COM  Diário de Pernambuco TV Guararapes Rádio Caetés FM Rádio Clube

Últimas | Esportes | Diversão | Tecnologia | Turismo | Comunidade | Chat | Cupido | Signos | Quem Somos

Edição de Sexta-Feira, 8 de Agosto de 2003

DIÁRIO DE PERNAMBUCO

[Início](#) → [Diário de Pernambuco](#) → [Vida Urbana](#) → [Comissão vai a Brasília pedir apoio](#)



Vida Urbana

Comissão vai a Brasília pedir apoio

[Voltar](#)



[Diário](#)

[Índice Geral](#)
[Expediente](#)
[Ed. Anteriores](#)
[Assinaturas](#)

[Cadernos](#)

[Política](#)
[Brasil](#)
[Mundo](#)
[Economia](#)
[Esportes](#)
[Vida Urbana](#)
[Viver](#)

[Suplementos](#)

[Revista da TV](#)
[Empregos](#)
[Viver Mulher](#)
[Viagem](#)
[Informática](#)
[Saúde](#)
[Carro](#)
[Imóveis](#)

[Serviços](#)

[Loterias](#)

Numa última cartada contra a regulamentação do transporte alternativo na Capital, os kombeiros resolveram enviar uma comissão à Brasília para tentar falar com o ministro dos Transportes, Anderson Adauto, ou mesmo o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. Dez diretores de sindicatos e mais 70 acompanhantes pretendem sair do Recife às 16h do dia 16, em cinco Vans, em direção à Capital federal. "Queremos uma intervenção do Governo federal no Recife na questão do transporte alternativo", disse o presidente do SindRecife, José Gonçalves.

Segundo ele, a comitiva deverá chegar a Brasília no domingo à noite. "A gente vai tentar conseguir um alojamento mas, se não der, dorme todo mundo dentro dos carros mesmo", afirmou. A comitiva será recepcionada por representantes da União Nacional do Transporte Alternativo (UNA), de Goiás, e por uma associação de perueiros de Brasília. Possivelmente, segundo Gonçalves, um grupo de São Paulo também irá prestar apoio aos colegas pernambucanos.

A idéia é permanecer na Capital do País até o dia 23 de agosto. Voltam nesta data mesmo que não consigam audiência com o ministro ou presidente. Gonçalves informou que os sindicatos, reunidos no Movimento do Transporte Alternativo (MTA) estão arrecadando dinheiro entre os próprios kombeiros, comerciantes e associações de bairros para custear a viagem.

Já são dois os veículos de transportar alternativo apreendidos pela Prefeitura dentro do Centro expandido. Por volta das 21h da quarta-feira, a van Mercedes Benz placas KSO-0184 foi flagrada realizando transporte remunerado de passageiros na avenida Cruz Cabugá, em frente ao Shopping Tacaruna. O veículo foi levando ao depósito do Detran e o proprietário terá que pagar multa de R\$ 2 mil.

Comentários dos leitores

"Mais só faltava isso! Os delinquentes, não satisfeitos em infernizar o já 'desastroso' tráfego recifense, resolvem atropelar ação mais inteligente dos edis pernambucanos. Espero que sejam detidos nas rodovias federais e não voltem mais!", Carlos, por e-mail.

"Pode pedir apoio até pro Papa...", Carolina, por e-mail.

Anexo VIII

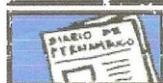
Pernambuco.com - Diário

http://www.pernambuco.com/diario/2003/08/25/urbana9_0.html

PERNAMBUCO.COM Diário de Pernambuco TV Guararapes Rádio Caetés FM Rádio Clube

Últimas | Esportes | Diversão | Tecnologia | Turismo | Comunidade | Chat | Cupido | Signos | Quem Somos

Edição de Segunda-Feira, 25 de Agosto de 2003

DIÁRIO DE PERNAMBUCOInício → Diário de Pernambuco → Vida Urbana → **Polícia frustra protesto de kombeiros**

Diário

Índice Geral
Expediente
Ed. Anteriores
Assinaturas

Cadernos

Política
Brasil
Mundo
Economia
Esportes
Vida Urbana
Viver

Suplementos

Revista da TV
Empregos
Viver Mulher
Viagem
Informática
Saúde
Carro
Imóveis

Serviços

Loterias

Vida Urbana**Polícia frustra protesto de kombeiros****Categoria estava se mobilizando nas imediações do viaduto da avenida Caxangá**

A Polícia Rodoviária Federal e a Polícia Militar abortaram, ontem à noite, uma tentativa de protesto convocado pelo Sindkombi contra a proibição da circulação de lotações no Centro do Recife. Os cerca de 60 kombeiros que compareceram à assembleia convocada pela entidade, embaixo do viaduto da avenida Caxangá, acabaram se dispersando com a chegada do efetivo policial, que trouxe o reforço de cinco guinchos, incluindo um de grande porte.

O local foi ocupado por 30 policiais do Grupo de Policiamento Especial da PRF, que utilizaram sete viaturas, sendo duas em cima do viaduto. Segundo o inspetor Tenório, chefe da Delegacia que assumiu o comando da operação, mais 30 homens poderiam ser acionados num regime de prontidão que se estenderia pela madrugada. A Polícia Rodoviária monitorava as vias de acesso ao Recife para evitar a entrada de caravanas de kombeiros. Quatro homens do BPTTran e uma guarnição do 12º Batalhão da PM também se deslocaram para o encontro na Caxangá.

Das 20 kombis e vans estacionadas próximas à manifestação, apenas quatro permaneciam no local às 23h40. A debandada de veículos teve início com o próprio minitrio do SindKombi, encarregado de mobilizar a categoria. O presidente da entidade, Amauri Soares, recebeu a ordem do tenente Neves, do 12º BPM, de desligar o sistema de som ou colocar o veículo em circulação, por causa do protesto feito pela vizinhança, que reclamou do barulho. Após uma discussão em que até o presidente do PSTU, Joaquim Magalhães, tentou se envolver, acabando por ser questionado se era candidato a alguma coisa, os documentos do minitrio, de placa KHF-4323, acabaram sendo apreendidos, porque não havia comprovação do pagamento do licenciamento. O carro foi retirado do local e Amauri Soares também acabou indo embora, às 22h, na garupa de uma motocicleta.

A saída do presidente do SindKombi provocou a revolta dos motoristas que atenderam à convocação da mobilização, feita através de um panfleto. A assembleia frustrada da entidade expôs a divisão entre as lideranças do recém-criado Movimento do Transporte Alternativo (MTA), a junção do SinKombi com o SindRecife para reagir contra a regulamentação promovida pela PCR. Nem os presidente do SindRecife, José Gonçalves, nem do Movimento Terra, Trabalho e Liberdade (MTL),

Leia Mais...

Suspeito de incendiar ônibus é preso

Imprima esta página



Envie esta página por e-mail



Comente esta notícia

Renato Carvalho, foram vistos no local. A divulgação do ato através de panfletos que resultaram na presença da Imprensa e dos policiais foi criticada, porque a idéia inicial do quinto protesto contra a proibição de circulação no centro do Recife deveria ter acontecido em sigilo.

Os coordenadores do MTA garantem que ainda farão um grande protesto, que pode acontecer no dia de hoje, porque não acreditam mais em negociação com o secretário municipal de Serviços Públicos, Dilson Peixoto e a secretária estadual de Desenvolvimento Urbano e Projetos Especiais, Terezinha Nunes. Eles pretendem ter uma audiência com o governador Jarbas Vasconcelos, mas ainda não receberam resposta do pedido protocolado. Os kombeiros querem a suspensão dos bloqueios iniciados no dia 14 de julho e a suspensão imediata do processo de licitação para preenchimento das 252 vagas ao transporte complementar. Eles defendem a negociação de um prazo de seis meses para que os motoristas possam se adaptar às exigências do edital.



[Publicidade](#) [Privacidade](#) [Fale conosco](#) [Sua Opinião](#)



Copyright 2001 - Pernambuco.com
Todos os direitos reservados.
É proibida a reprodução parcial ou total do conteúdo
desta página sem a prévia autorização.
diario@dpnet.com.br



Anexo IX

Pernambuco.com - Diário

http://www.pernambuco.com/diario/2003/08/29/urbana7_0.html



Diário

Índice Geral
Expediente
Ed. Anteriores
Assinaturas

Cadernos

Política
Brasil
Mundo
Economia
Esportes
Vida Urbana
Viver

Suplementos

Revista da TV
Empregos
Viver Mulher
Viagem
Informática
Saúde
Carro
Imóveis

Serviços

Loterias

Vida Urbana

Indefinição na Câmara irrita kombeiros

AUDIÊNCIA

A indefinição sobre a realização de uma audiência pública a respeito do transporte alternativo revoltou cerca de 100 kombeiros e líderes comunitários que foram à Câmara do Recife ontem pela manhã. Eles chegaram no local acreditando que participariam de uma reunião oficial agendada desde a semana passada, mas que foi desmarcada na quarta-feira à noite. Os kombeiros não foram avisados e compareceram à Câmara, ocupando os corredores da Casa até a intervenção do presidente em exercício, o vereador Henrique Leite (PT).

A maior parte deles veio da Zona Norte e era ligada ao SindRecife, um dos sindicatos da categoria. "A gente até alugou um ônibus para vir. Ninguém disse que não ia ter audiência", reclamava o motorista Rodrigo Lourenço. Somente por volta das 11h eles foram para o estacionamento da Câmara enquanto uma comissão era atendida por Henrique Leite, e permaneceram por alguns minutos até se dispersarem.

A idéia da audiência partiu do vereador Clóvis Corrêa, que quer mostrar depoimentos de líderes comunitários e comerciantes que apóiam ou dependem dos kombeiros. Ela já realizou uma reunião informal com o mesmo formato, mas quer que a Câmara refaça o encontro oficialmente. A audiência deveria ser encaminhada pela Comissão de Trânsito e Transporte que negou o pedido considerando que não caberia mais interferência no processo de regulamentação.

Corrêa então fez um requerimento ao plenário, que foi aprovado e logo em seguida - na véspera da data marcada para a audiência - considerado irregular. Ele refez o pedido e agora aguarda nova data, mas o presidente da comissão, Luiz Helvécio (PT), ainda não definiu se vai acatá-lo.

Comentários dos Leitores

"Há tempos não se via tanta tranqüilidade no trânsito do Recife. Os engarrafamentos por ventura existentes são provocados por acidentes ou outros que com a prontidão da polícia logo são resolvidos. Agora se as kombis voltarem, o caos será total, pois não haverá controle dessa categoria. Eles não obedecem as mínimas regras de trânsito e tumultuam as ruas com suas irresponsabilidades. Parabéns ao governo estadual e ao municipal que estão se mantendo firmes e seguros em suas posições reguladoras.", Val, por e-mail.



Anexo X

:: Pernambuco.com - Diário ::

http://www.pernambuco.com/diario/2003/12/18/urbana5_0.html



DIÁRIO DE PERNAMBUCO

[Últimas](#) | [Diversão](#) | [Comunidade](#) | [Tecnologia](#) | [Esportes](#) | [Turismo](#) | [Quem Somos](#)
 Diário de Pernambuco | [TVGuararapes](#) | [Rádio Caetés](#) | [Rádio Clube](#)
 Edição de Quinta-Feira, 18 de Dezembro de 2003

Vida Urbana | **Empresas de ônibus amargam prejuízos**

VIDA URBANA

Envie por E-mail

DIÁRIO

[Índice Geral](#)

[Expediente](#)

[Ed. Anteriores](#)

[Assinaturas](#)

[História](#)

CADERNOS

[Política](#)

[Brasil](#)

[Mundo](#)

[Economia](#)

[Esportes](#)

[Vida Urbana](#)

[Viver](#)

SUPLEMENTOS

[Revista da TV](#)

[Empregos](#)

[Viver Mulher](#)

[Viagem](#)

[Informática](#)

[Carro](#)

[Imóveis](#)

[Saúde](#)

SERVIÇOS

[Loterias](#)

Empresas de ônibus amargam prejuízos

Bloqueios ao transporte alternativo em Olinda não aumentam demanda de passageiros nas linhas municipais

Envie por E-mail

Imprima

Comente

Mesmo com os bloqueios contra o transporte alternativo, as empresas de ônibus que mantêm linhas municipais em Olinda ainda amargam o prejuízo causado pela baixa demanda de passageiros. Ao contrário do esperado, não houve aumento significativo no número de usuários de coletivo na cidade e, via de regra, os ônibus continuam vazios. As empresas colocam a culpa do problema na permissão dada pela Prefeitura Municipal de Olinda (PMO) para que as Kombis e Vans com placas na cidade continuem rodando sem serem barradas.

Antes dos bloqueios do Recife, o transporte alternativo de Olinda ocorria principalmente nas linhas intermunicipais, com destino à Capital e a Paulista. Depois da operação, elas agora ficaram concentradas apenas dentro da cidade, e passaram a concorrer com os ônibus dos itinerários municipais. Adesivos nos pará-brisas, fornecidos pela Prefeitura, as deixam imunes a multas e fiscalização.

Prova disso é que as linhas de ônibus que vão de Paulista a Olinda de fato tiveram um crescimento. "O itinerário Paulista/Rio Doce, que é intermunicipal, teve um acréscimo de 110% no número de passageiros nestes três dias de bloqueio, porque as kombis não podem mais ir de uma cidade a outra. Mas as outras três linhas municipais da empresa aumentaram apenas 7%, porque o transporte alternativo continua dentro da cidade", exemplificou o gerente operacional da Rodotur, Almir Souza Leão.

O percentual não é, nem de longe, o que as empresas esperavam. O setor já vinha em queda nos últimos 10 anos e sofreu uma última derrocada em julho, quando o Recife fechou seu Centro expandido e boa parte do transporte alternativo da Capital se deslocou para Olinda. Nas três linhas municipais da Rodotur, a diminuição no número de passageiros chegou a 32%. Em outras, segundo a própria Prefeitura, a demanda caiu em até 45%.

"A Prefeitura simplesmente autorizou kombis para rodar nas mesmas linhas dos ônibus, só que elas trabalham com preço diferenciado. Do jeito como esta operação foi feita, é como se os bloqueios não servissem para nada", declarou Alberto Guedes, diretor da empresa Tamará. A transportadora já trabalhou com 20 veículos em três linhas municipais, mas desistiu de duas delas há oito meses, por falta de passageiros.

A questão é grave, principalmente porque Olinda é a única cidade da RMR a ter um sistema municipal de ônibus consolidado, com cerca de 130 veículos em 17 linhas. Por conta da permanência da baixa demanda, a PMO estuda a

possibilidade de fazer novas modificações nos bloqueios. "Podemos de determinar linhas para as Kombis, para que elas não fiquem competindo com os ônibus", declarou o secretário de Governo, Luciano Moura. "Estamos esperando a semana terminar para fazer uma avaliação mais concreta. Não podemos decidir com apenas três dias de operação", declarou.

LEIA MAIS

Prefeitura inicia vistoria

Escolha aqui um canal do Pernambuco.com:

quem somos | contato comercial | sua opinião sobre o portal
Copyright 2003 - Pernambuco.com | todos os direitos reservados. É proibida a reprodução parcial ou total do conteúdo desta página sem a prévia autorização | faleconosco@pernambuco.com

Anexo XI

:: Pernambuco.com - Imprimir ::

<http://www.pernambuco.com/imprimir.asp?url=http://www.pernam...>

edição de 18 junho 2003 - CAD. VIA URBANA

PERNAMBUCO.COM

Centro vive mais um dia de baderna

Uma semana depois de fechar a avenida Mascarenhas de Moraes, na Imbiribeira, os kombeiros voltaram a ocupar ruas e avenidas do Recife para protestar contra a regulamentação do transporte alternativo. Puxado e realizado pelo Sindicato dos Kombeiros do Recife (SindRecife), a manifestação aconteceu em diversos pontos da cidade, apesar do foco do confronto ter sido o edifício PCR, no Bairro do Recife. A manifestação de ontem foi mais ruidosa e agressiva que a anterior. Mais uma vez, o Centro se tornou um campo de guerra, em um cenário onde não faltaram bombas caseiras, ônibus incendiados e população assustada.

Era de madrugada, por volta das 4h, quando os motoristas começaram a se concentrar no Parque 13 de Maio. De lá, iriam fechar as principais ruas de acesso à cidade, como a avenida Caxangá, avenida Recife, a Perimetral, em Olinda, o bairro de Afogados, a avenida Antônio de Góes, em Boa Viagem, e Água Fria, na Zona Norte. O esquema montado pela PM, no entanto, minimizou os planos da categoria.

O estopim para o que seria mais um dia de cão para o recifense aconteceu por volta das 6h, quando os kombeiros tentavam fechar a ponte Princesa Isabel. Passageiros de ônibus que circulavam pela rua Princesa Isabel foram obrigados a descer porque os coletivos tiveram os pneus furados. Com a resistência da categoria em desocupar a ponte, o clima ficou mais tenso. O comandante da Radiopatrulha, coronel Eduardo Fonseca, tomou um rádio de comunicação das mãos do presidente do SindRecife, José Gonçalves da Silva. Gonçalves e um soldado chegaram a rolar no chão. A confusão terminou levando os kombeiros a mudar a estratégia da manifestação, se deslocando para a sede da Prefeitura do Recife. O que se viu a partir daí, já por volta das 9h, foi uma cena já conhecida: vias engarrafadas e pessoas obrigadas a seguir à pé o caminho até o trabalho.

Kombis de lotação que estavam circulando também foram alvo do protesto e também tiveram passageiros retirados dos veículos. Sem controle da situação, o presidente do SindRecife, José Gonçalves da Silva, condenava os atos de vandalismo. "Nosso movimento é pacífico e ordeiro", assegurava enquanto bombas caseiras eram encontradas em poder de kombeiros na rua da Aurora e avenida Caxangá. Para o protesto, a PM colocou 1.500 homens em pontos estratégicos - 450 deles no centro. Além do Batalhão de Choque e Radiopatrulha, também foram acionados o Batalhão de Trânsito, o 16º Batalhão, o Canil e a Cavalaria. Até o helicóptero da Secretaria de Defesa Social foi utilizado.

Comentários dos leitores

"Estou orgulhoso com duas atitudes do prefeito da cidade do Recife nestes últimos dias. A primeira diz respeito a acabar com o Recifolia na orla de Boa Viagem (obs.: não sou morador de Boa Viagem). A segunda diz respeito ao enfrentamento com esta quadrilha de Kombeiros que está, além de tumultuando o trânsito, desrespeitando as leis de trânsito, as leis municipais, o direito de ir e vir dos cidadãos civilizados, um verdadeiro afronte a cidadania. Gostaria de fazer uma ressalva, quando eu e outros chamamos estes elementos de marginais, não queremos dizer que eles sejam criminosos, assaltantes ou bandidos (embora já foram desarticuladas algumas quadrilhas que utilizavam Kombi para realizarem assaltos aos usuários).

Chamamos de marginais por que eles estão às margens do leito cristalino das leis, da justiça do direito à cidadania, do direito de ir e vir nas vias, sem os transtornos que eles causam, do desrespeito ao código de trânsito etc, etc. Prefeito João Paulo sua atitude é atitude de cabra MACHO de homem competente e sério. Gostaria de dar duas contribuições: a primeira é sobre o Recifolia. Sugiro que a cada ano seja realizado em um bairro diferente da cidade proibindo os trios elétricos (com esta música baiana de péssima qualidade), sendo realizado exclusivamente com nossas culturas: Maracatu, Blocos de pau e corda, orquestras como: Lavadeiras, Elefante, Pitombeiras, Banhistas do Pina, Flor de Lis etc, com proibição total dos trios elétricos. Poderíamos começar este ano no marco zero utilizando um palco para apresentação das agremiações.

A segunda sugestão é quanto ao transporte alternativo. Precisamos acabar definitivamente com o mesmo, porem precisamos começar imediatamente uma luta muito mais séria que é com os donos de empresa de ônibus obrigando-os a investirem mais colocando mais ônibus nas linhas com ar-condicionado, diminuindo um pouco a ganância dos mesmos, os lucros fáceis utilizando poucos coletivos por viagem levando pessoas como se fossem sardinhas enlatadas, e os que não cumprissem seriam sumariamente proibidos de rodar e seus ônibus seriam substituídos pelos de outras empresas. Com isto iríamos aumentar o número de empregos inclusive contratando os cobradores e motoristas de Kombi (que tivessem competência, deixando de fora os maus profissionais, os baderneiros) e oferecendo a população um transporte coletivo de alta qualidade com um trânsito fluído mais rápido e com mais segurança.

Quanto ao nosso secretário Dilson Peixoto não existe melhor opção para colocar a frente dessas negociações. Este cabra é dos bons. Conheço este baixinho a mais de 28 anos e sei muito bem da capacidade de negociação de que o mesmo é possuidor. Até o momento não tenho nenhum motivo para me arrepende do meu voto em sua administração e continuarei votando, pois sei da seriedade com você está conduzindo a administração de nossa cidade.", Clodoaldo Lucas de Albuquerque, por e-mail.

"Salve o trânsito! Mate um kombeiro!", Silvio, por e-mail.

"Sou pernambucano, estou morando em Salvador há 1 ano. Fico envergonhado com este maginais que se denominam kombeiros. Que as autoridades competentes entrem em contato com as de Salvador para se livrar desses marginais (não são todos).", Nelson, por e-mail.

Anexo XII

JC OnLine http://www2.uol.com.br/JC/_1998/1005/cd1005u.htm

UNIVERSO ONLINE MENU CORREIO BATE-PAPO FÓRUM SERVIÇO AO ASSINANTE MEU UNIVERSO RADAR UOL

JC OnLine [Cidades]
 -----Jornal do Comercio - Recife, 10 de maio de 1998

Índice

- Editorial
- Brasil
- Economia
- Política
- Internacional
- Cidades
- Regional
- Esportes
- Ciência/Meio Ambiente
- Caderno C
- Turismo
- Família
- Veículos
- Informática
- Colunas
- Charge
- Últimas Notícias
- Especiais

TRANSPORTE IV

Regulamentação nem sempre é a solução

A regulamentação do transporte alternativo ainda é uma grande polêmica no Estado. Dentro de alguns dias, a EMTU enviará à Secretaria de Infra-Estrutura um documento com a assinatura de quase todos os prefeitos da região metropolitana dizendo que querem "arrumar a casa" e, para isso, precisam de ajuda do governo. Em alguns municípios, essa arrumação significa regulamentação de um determinado número de kombis, mas aí surge outro problema: muitos motoristas ficarão de fora. Em diversos estados onde aconteceu isso, os "excluídos" insistiram em trabalhar na irregularidade.

"É preciso haver um entendimento geral entre os municípios. Não adianta um organizar o serviço e o vizinho deixar tudo como está, porque a licença dada a um kombeiro é para ele trabalhar na cidade que a concedeu e eles sempre acabam indo para o município do lado", avalia o presidente da EMTU, Oswaldo Lima Neto. As prefeituras que têm tentado fazer a arrumação da casa já começam a encontrar dificuldades. É o caso de Jaboatão dos Guararapes, que, ao planejar a regulamentação de 600 kombis, corre o risco de ficar sem diversos ônibus, pois a empresa que roda na área não aceita isso.

Camaragibe também encontra dificuldades. A idéia da prefeitura é regularizar as 60 kombis licenciadas no município, mas ocorre que o número de veículos desse tipo que operam lá ultrapassa os 300. Paulista já tem um serviço "organizado", mas acaba recebendo kombis de todos os municípios da zona norte.

O grande sonho dos kombeiros é o Recife, pois é para a capital que converge a maior parte dos passageiros. O vereador Clóvis Corrêa (PSDB) resolveu levantar essa bandeira e elaborou um projeto de regulamentação que deve ser votado em dois meses. A idéia é cadastrar 500 kombis no Recife (onde circulam mais de mil), com motoristas fardados e carteira de habilitação tipo D. Eles teriam que cumprir horário, itinerário e garantir um seguro de acidentes - vale frisar que, embora representem cerca de meio por cento da frota do Estado, as kombis estão envolvidas em dez por cento dos acidentes do Grande Recife.

Se depender do prefeito Roberto Magalhães, o projeto não passa. No documento da EMTU, ele e

Serviços JC

topo

próximo texto

http://www2.uol.com.br/JC/_1998/1005/cd1005u.htm

a prefeita de Olinda, Jacilda Urquiza, reforçam os decretos que publicaram, proibindo a operação de kombis em seus municípios.

[Índice](#) | [Editorial](#) | [Política](#) | [Brasil](#) | [Internacional](#) | [Cidades](#) | [Ciência/Meio Ambiente](#) | [Esportes](#) | [Economia](#) |

[Caderno C](#) | [Informática](#) | [Turismo](#) | [Charge](#) | [Colunas](#) | [Regional](#) | [Veículos](#) | [Família](#) | [Especiais](#)

[Últimas Notícias](#) | [JC Debate](#) | [Roteiro](#) | [Weekend](#) | [Bate-papo](#) | [Tábua de Marés](#)

[Fale com o JC](#) | [Links](#) | [Classificados](#) | [Rádio Jornal](#) | [Edições Anteriores](#) | [Assinantes](#)

[UNIVERSO ONLINE](#) [MENU](#) [CORREIO](#) [BATE-PAPO](#) [FÓRUM](#) [SERVIÇO AO ASSINANTE](#) [MEU UNIVERSO](#) [RADAR UOL](#)

Anexo XIII

Secretaria de Serviços Públicos http://www.recife.pe.gov.br/pr/servicospublicos/cttu/complementar.php




[Principal](#) [A Cidade](#) [Serviços](#) [Informações](#) [Secretarias e Órgãos](#) [Programas](#) [Especiais](#) [Busca](#) [Fotojornal](#)

[▶ Secretaria de Serviços Públicos](#) [▶ CTTU](#) [▶ Serviços](#) [▶ Transporte Complementar de Passageiros](#)



A Secretaria

A CTTU

- [Missão](#)
- [Estrutura](#)
- [Histórico](#)
- [Fale com a gente](#)

Projetos e ações

- [Zona Azul](#)
- [Fiscalização Eletrônica](#)
- [Projetos e Intervenções](#)
- [Trânsito Melhor](#)
- [Inversão de trânsito em Boa Viagem](#)

Serviços

- [Transporte Escolar](#)
- [Ciclovias do Recife](#)
- [Transporte Complementar](#)
- [Serviço de Táxi](#)

Dúvidas mais frequentes

Trânsito do Recife: um Panorama

Notícias CTTU

SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

Companhia de Trânsito e Transporte Urbano (CTTU)

Projetos e Ações

Transporte Complementar




O Sistema de Transporte Complementar de Passageiros (STCP) é um serviço oferecido do Recife desde novembro de 2003, em substituição ao transporte realizado por kombis que conduziam seus veículos de maneira irregular e perigosa. A Prefeitura do Recife criou o objetivo de proporcionar maior segurança e mobilidade aos cidadãos entre os bairros de áreas de difícil acesso. Hoje o serviço, gerenciado pela CTTU, beneficia 43 bairros da pernambucana, com a operação de 12 linhas. Ao todo, o sistema chega a transportar 100 mil pessoas por dia.

O STCP/Recife é formado por dois tipos de linhas: alimentadoras e interbairros. Com as alimentadoras transportam gratuitamente as pessoas que moram em áreas de difícil acesso até os terminais de ônibus mais próximos. Ao todo, seis linhas estão em operação, beneficiando as comunidades. Em alguns casos, os veículos são rastreados via satélite, através do sistema de fiscalização eletrônica. Essa fiscalização garante o melhor cumprimento das viagens e a qualidade do serviço oferecido à população. Futuramente, todas as linhas vão dispor dessa tecnologia.

As linhas interbairros, por sua vez, facilitam o deslocamento de pessoas entre os subúrbios sem passar pelo centro do Recife e pelos corredores de ônibus. Neste caso, o transporte é remunerado e o usuário paga o valor equivalente à tarifa do Anel 'A', ou seja, a passagem complementar do sistema de ônibus. As seis linhas em circulação ainda garantem o benefício da meia-entrada para estudantes e idosos, além da gratuidade para deficientes físicos e idosos. Com isso, o STCP/Recife supre a necessidade de deslocamento dos recifenses, completando o sistema de transporte dos ônibus.

** Atualmente, a tarifa do Anel 'A' custa R\$ 1,60.*

Bilhetagem eletrônica

Os recifenses podem utilizar o passe-fácil ou vale-transporte eletrônico nas linhas interbairros do Sistema de Transporte Complementar de Passageiros do Recife (STCP). Em 2006, a Prefeitura do Recife, através da Companhia de Trânsito e Transporte Urbano do Recife (CTTU), equipou os veículos definitivos com a bilhetagem eletrônica, também chamada de Control CIT. A tecnologia, exclusiva da frota de ônibus, agora beneficia usuários e permissionários do STCP/Recife.

A bilhetagem eletrônica atraiu, principalmente, as pessoas que tinham dificuldades em utilizar o STCP/Recife devido ao fim do benefício do vale-transporte e passe estudantil em pagamento de falta do equipamento, alguns estudantes e trabalhadores optavam por pegar até dois ônibus para chegar ao destino, mesmo existindo uma linha direta no sistema complementar. Assim, a implementação do Control Cit proporcionou o aumento na demanda de passageiros das linhas interbairros.

a transportar cerca de 25.800 pessoas por dia.

Além de atrair mais usuários, o Control CIT permite um maior controle na prestação e n. serviço. Isso porque o equipamento identifica os profissionais (motorista e cobrador) e ç de passageiros recolhidos, os horários de saída, chegada ao ponto de retorno e volta e Com esses números, é possível coibir a superlotação de veículos, cobrar o cumprimento e a regularidade das viagens. A CTTU ainda pode observar se o próprio permissionário seu veículo, como manda a legislação do STCP/Recife.

Histórico

Para os recifenses, hoje o transporte clandestino é passado. Mas, isso só foi possível p de 2003, a Prefeitura do Recife colocou em prática a lei municipal que proíbia o transp de pessoas sem autorização do município e, ao mesmo tempo, criava o Sistema de Tra Complementar de Passageiros (STCP). Assim, a prefeitura, com ajuda do Governo do l o cerco aos kombeiros, abolindo um tipo de transporte que colocava em risco a vida do causava sérios problemas ao trânsito da cidade.

A circulação de vans e kombis foi proibida, em novembro de 2003. Por alguns dias, a a educativa, informando aos motoristas e passageiros do transporte alternativo que não p ultrapassar os limites do município. Depois disso, o ônus para os motoristas flagrados f transporte remunerado de passageiros sem autorização passou a ser a apreensão do v aplicação de multa no valor de R\$ 2 mil, como prevê a Lei Municipal que criou o STCP/ vinculada à tarifa de ônibus, essa multa é reajustada anualmente e hoje custa R\$ 2.464

Bloqueios fixos foram instalados nos limites do Recife com os municípios de Olinda, Jat Guararapes e Camaragibe. Outros pontos de controle funcionaram na cidade, com o p fiscalização móvel. Os usuários que insistiram em andar nos clandestinos passaram pe descer das lotações nos bloqueios e pegar um ônibus de linha para seguir viagem. Por da pesada multa, ação logo desencorajou os kombeiros a continuar atuando irregularm

Para garantir o transporte da população, novos ônibus entraram em operação, aumente cerca de 700 unidades. Na mesma época, três linhas do STCP/ Recife também começ com 24 dos 89 vencedores da primeira licitação. O sistema complementar absorveu pai que faziam transporte clandestino, enquanto as empresas de ônibus da Região Metropi mais de 700 vagas de emprego. Em 2004, a segunda licitação do STCP aprovou mais permissionários, concluindo o projeto básico do sistema.